

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em História

MILENE LOPES FRADE DA COSTA

**SEGURANÇA PÚBLICA – SEGURANÇA NACIONAL
O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DA SESP/MG
(COSEG - 1970-1990)**

Belo Horizonte
2021

MILENE LOPES FRADE DA COSTA

**SEGURANÇA PÚBLICA – SEGURANÇA NACIONAL
O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DA SESP/MG
(COSEG - 1970-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Doutor Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte
2021

907
C837s
2021

Costa, Milene Lopes.
Segurança pública - segurança nacional [manuscrito] : o
serviço de informações da SESP/MG (COSEG - 1970-1990)
/ Milene Lopes Frade da Costa. - 2021.
142 f.
Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Serviço de inteligência - Teses.
3.Segurança pública - Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"Segurança Pública - Segurança Nacional: O Serviço de Informações da SESP/MG (COSEG - 1970-1990)"

Milene Lopes Frade da Costa

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão
UFMG

Prof. Dr. Marco Aurelio Chaves Cepik
UFRGS

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 29/01/2021, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Carlos Brandao, Subchefe de departamento**, em 29/01/2021, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Chaves Cepik, Usuário Externo**, em 29/01/2021, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

*Para minha filha Luísa e meu filho João.
Para Renato, meu amado companheiro.
À democracia
À justiça social
À igualdade de oportunidades e
À vida.*

Agradecimentos:

Agradeço a Deus.

Ao Renato Frade, meu marido, amigo e companheiro que sempre esteve disposto a me ouvir falar do tema e do objeto dessa pesquisa, mas especialmente por ter sido parceiro no desafio de nos tornarmos pais “de primeira viagem” durante a elaboração dessa dissertação.

Agradeço ao meu orientador, professor Rodrigo Patto Sá Motta, pela leitura atenciosa e crítica dessa dissertação e pelos apontamentos que me instigaram e deram grandes impulsos a pesquisa e a escrita.

Aos meus familiares, em especial à minha mãe Maria e avó dona Preta, por serem meus exemplos de valentia e perseverança diante das adversidades.

À CAPES pelo apoio financeiro através da bolsa PROEX que me foi concedida.

À professora Priscila Carlos Brandão e ao professor Marco Cepik por terem aceitado participar da banca examinadora desta dissertação e por terem agregado a ela relevantes conhecimentos através de seus trabalhos publicados.

A todos os funcionários do Arquivo Público Mineiro pelo excelente atendimento a mim prestado como consulente, em especial ao Denis Soares que leu o esboço dessa dissertação, tecendo importantes comentários.

Ao Rafael Fonseca, amigo que se dedicou a revisão da versão final do texto, sempre atento às regras e convenções acadêmicas.

Ao núcleo de apoio moral e psicológico formado pelas minhas queridas amigas Flávia, Gisele, Isabela, Thayná e Vivian.

Meu muito obrigada também aos demais professores e colegas do Departamento de História da FAFICH/UFMG não diretamente citados aqui, mas que de alguma forma contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal.

Os serviços de inteligência fazem esforços desmedidos para reconstituir, a partir dos menores indícios, toda uma trama de guerra revolucionária. Já que não há nenhuma diferença entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo, guerra, já que tudo isso é manifestação de um único fenômeno, a guerra revolucionária, a Inteligência consiste em criar uma rede abstrata de relações entre a suposta guerra revolucionária e qualquer indício de descontentamento por parte do povo. (Pe. Joseph Comblin, 1978.)

Resumo

Esta dissertação se dedica ao estudo da Coordenação Geral de Segurança (COSEG), criada em 1970 durante a fase mais aguda da perseguição político-ideológica que marcou a ditadura militar brasileira, com a missão primordial de produzir e difundir informações de interesse para a segurança interna, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais (SESP/MG). Cabia também à COSEG planejar e coordenar as atividades de segurança que envolvesse o emprego conjunto dos órgãos policiais do estado e os supervisionar, mesmo que separadamente, em suas operações. O principal objetivo deste trabalho é realizar um estudo histórico acerca dos agentes motivadores da criação deste órgão e compreender sua estrutura, funcionamento e *modus operandi*, para então problematizar seu papel na rede de compartilhamento de informações, bem como sua atuação como órgão permanente de assessoramento dos tomadores de decisão, na esfera de segurança pública estadual.

Palavras-chave: ditadura militar; serviço de informações; polícia política; segurança pública; segurança interna.

Abstract

This dissertation is dedicated to the study of the General Security Coordination (COSEG), created in 1970 during the most acute phase of the political-ideological persecution that marked the Brazilian military dictatorship, with the primary mission of producing and disseminating information of interest to internal security, within the scope of the Minas Gerais State Secretariat of Public Security (SESP / MG). COSEG was also responsible for planning and coordinating security activities involving the joint employment of state police bodies and supervising them, even if separately, in its operations. The main objective of this work is to carry out a historical study about the motivating agents of the creation of this organ and to understand its structure, functioning and *modus operandi*, to then problematize its role in the information sharing network, as well as its performance as a permanent advisory body for decision makers in the state public security sphere.

Keywords: military dictatorship; intelligence service; political police; public security; internal security.

LISTA DE SIGLAS

12º RI – Décimo Segundo Regimento de Infantaria	CUT – Central Única dos Trabalhadores
4ª Bda – Quarta Brigada de Infantaria Leve - Montanha (antiga ID/4)	DOI - Destacamentos de Operações de Informações
4ª DE - Quarta Divisão do Exército	DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
4ª RM - Quarta Região Militar	DPF - Departamento de Polícia Federal
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	DRSP – Delegacia Regional de Segurança Pública
AESI - Assessoria Especial de Segurança e Informações	DSI - Divisão de Segurança e Informações
AID - Agency for International Development	DSN - Doutrina de Segurança Nacional
ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais	DVE – Delegacia de Vigilância Especial (do DOPS)
AN - Arquivo Nacional	EMFA - Estado Maior das Forças Armadas
AP - Ação Popular	ESG - Escola Superior de Guerra
APM - Arquivo Público Mineiro	EsNI - Escola Nacional de Informações
ARENA – Aliança Renovadora Nacional	FACE – Faculdade de Ciências Econômicas (da UFMG)
ASI - Assessoria de Segurança e Informações	FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (da UFMG)
BH – Belo Horizonte	FBI – Federal Bureau of Information (EUA)
BPM – Batalhão de Polícia Militar	GOE - Grupos de Operações Especiais
CAI - Centro Avançado de Informações (PM)	IGPM - Inspetoria Geral das Polícias Militares
CDN - Conselho de Defesa Nacional	KGB – Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (ex-URSS)
CEB - Comunidades Eclesiais de Base	LSN – Lei de Segurança Nacional
CENIMAR - Centro de Informações da Marinha	MCC – Movimento Contra a Carestia
CIE - Centro de Informações do Exército	MCV - Movimento contra o Custo de Vida
CEP - Centro de Estudos do Pessoal do Exército	MDB – Movimento Democrático Brasileiro
CIA - Central Intelligence Agency	MFPA - Movimento Feminino pela Anistia
CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica	SI/NUBABH – Seção de Informações do Núcleo de Base Aérea de Belo Horizonte
CISEx - Comissão de Investigação Sumária do Exército	OBAN - Operação Bandeirantes
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	OPS - Office of Public Safety
CODI- Centro de Operações de Defesa Interna	OSS - Office of Strategic Services
CODIN - Coordenação de Informações (da COSEG)	PB – Pedido de Busca
COndIs - Conselhos de Defesa Interna	PCB - Partido Comunista Brasileiro
COP – Coordenação de Operações (da COSEG)	PC do B – Partido Comunista do Brasil
COSEG - Coordenação Geral de Segurança	PCMG – Polícia Civil de Minas Gerais
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito	PDT – Partido Democrático Trabalhista
CSN - Conselho de Segurança Nacional	PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
	PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PMs – Policiais Militares
PNI – Plano Nacional de Informações
PT – Partido dos Trabalhadores
QG – Quartel General
SAE/PR - Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
SESP/MG - Secretaria de Estado da Segurança
Pública de Minas Gerais
SFICI - Serviço Federal de Informações e Contra-
Informações
SI - Serviço de Informações
SIIP - Superintendência de Informações e
Inteligência Policial
SISNI - Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN - Sistema de Segurança Interna
SNI - Serviço Nacional de Informações

SNI/ABH - Agência de Belo Horizonte do Serviço
Nacional de Informações
SQI - Sumário Quinzenal de Informações
SR-DPF - Superintendência Regional do
Departamento de Polícia Federal
SUSIEM - Subsistema de Informações Estratégicas
Militares
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UMES – União Municipal dos Estudantes
Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas
Soviéticas
USAID - United States Agency for International
Development

SUMÁRIO

Apresentação	11
Introdução	16
Capítulo I: As Origens da COSEG	41
1.1) As Ordens do Dia.....	44
1.2) Crescei e Multiplicai-vos.....	51
1.3) Uma manobra para assegurar o controle do governo estadual sobre as ações isoladas ou conjuntas da PMMG e PCMG.....	57
1.4) Ingerência Militar.....	61
1.5) Influência Norte-Americana.....	65
Capítulo 2: COSEG: Estrutura e Ideal de Funcionamento	68
2.1) O Processo de Institucionalização.....	68
2.2) Funcionamento Conforme o Regimento Interno.....	78
2.2.1) A Coordenação de Informações (CODIN).....	80
2.2.2) A Coordenação de Operações (COp).....	98
2.2.3) Atividade-meio.....	103
2.3) Relação COSEG-DOPS.....	104
Capítulo 3: COSEG: Panorama da Atuação	110
3.1) 1970 a 1975: Reconhecendo sua missão não-institucionalizada.....	110
3.2) 1976 a 1985: Nova organização, mesmas práticas.....	116
3.3) As atividades da COSEG na redemocratização e no período pós Constituição de 1988.....	129
Considerações Finais	138
Bibliografia	141
Anexos	145

Apresentação

“Ficha não se limpa. Informações não se apagam: superpõem-se como camadas geológicas”¹. Graças a essa máxima relacionada às atividades de Inteligência, vinda do ideólogo e primeiro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), atualmente é possível resgatar importantes traços da estrutura, funcionamento e *modus operandi* de muitos dos órgãos de Informações que operaram durante a ditadura que teve início no Brasil com o golpe de Estado civil-militar em 1964. Evidentemente, não foi com esse intento que o general Golbery do Couto e Silva formulou a frase, certamente sua intenção era sublinhar que, de uma maneira ou de outra, o passado estaria ali arquivado, mas constantemente alimentado. O general sabia que, como política de Estado, o conhecimento precede a administração e é aliado do planejamento.

A palavra informação é passível de diferentes abordagens conceituais, mas sua definição elementar se resume em conhecimento. Aquilo que no Brasil do século XX convencionou-se chamar de serviços de informações (atualmente conhecido por Inteligência) se popularizou com a alcunha de serviço secreto, devido à necessidade de investigações sigilosas e proteção dos conhecimentos sensíveis, e se desenvolveu como um ramo de atividade dotado de fundamentos teóricos, técnicas, intensa doutrinação ideológica e redes de compartilhamento bem articuladas.

Completamente inserida nesse assunto, a dissertação que ora apresentamos tem como objeto a Coordenação Geral de Segurança (COSEG), criada em 30 de julho de 1970 durante a fase mais aguda da perseguição político-ideológica que marcou a ditadura militar brasileira, com a missão primordial de produzir e difundir informações de interesse para a segurança interna, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais (SESP/MG). Cabia também à COSEG planejar e coordenar as atividades de segurança que envolvesse o emprego conjunto dos órgãos policiais do estado e os supervisionar, mesmo que separadamente, em suas operações. O principal objetivo deste trabalho é realizar um estudo histórico acerca dos agentes motivadores da criação deste órgão e compreender sua estrutura, funcionamento e *modus operandi*, para então problematizar seu papel na rede de compartilhamento de conhecimentos, bem como sua atuação como órgão permanente de assessoramento dos tomadores de decisão, na esfera de segurança pública estadual.

¹ Frase dita pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI entre 1964 a 1967, publicada no Jornal do Brasil em 07/08/1981. A edição destacava seu pedido de demissão do cargo de Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Sem um regulamento e contando com uma estrutura modesta, formada por um serviço de Coordenação de Informações (CODIN), outro de Coordenação de Operações (COp) e uma Secretaria, o início das atividades na COSEG ocorreu somente a partir de 1971, funcionando como uma espécie de projeto-piloto até o ano de 1975 quando foi reorganizada, pelo então secretário de segurança pública em 17 divisões, entre as classificadas como seções e subseções, além dos gabinetes de comando do coordenador-geral, do coordenador de informações e do coordenador de operações.²

Alguns dos principais documentos levantados ao longo desta pesquisa e que tornaram esta dissertação exequível se encontram no acervo COSEG, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, instituição na qual estagiei durante o período de graduação no curso de História. Na ocasião realizei uma análise por amostragem do conteúdo da documentação para fins de organização arquivística, além de ter pesquisado a legislação estadual a respeito. Já nos primeiros contatos com o acervo, chamou-me a atenção a grande quantidade de documentos sobre informações políticas e sociais produzidos por este órgão, uma vez que as datas coincidiam com o período de atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG), que originalmente cuidava da área de informações política e social no âmbito da SESP/MG. Este dado se apresentou como uma questão que uma pesquisa historiográfica poderia ajudar a resolver, despertando assim meu interesse em investigar a COSEG.

A partir do diálogo com outras fontes, indícios que se relacionam entre si revelaram um controle da SESP/MG por militares ligados ao Governo Federal desde pouco antes da COSEG ser criada. Durante e após o processo de institucionalização da COSEG, nota-se, também, uma atuação mais intensa de seu serviço de informações (CODIN) em matéria de informações de segurança interna. Em vista dessas evidências percebidas durante a pesquisa, definimos o título dado ao trabalho que ora apresentamos – Segurança Pública / Segurança Nacional –, amparados na tese que assegura ter havido a incorporação da segurança pública à segurança nacional durante a ditadura militar brasileira³, cabendo acrescentar a essa perspectiva a constatação de que o compartilhamento da responsabilidade sobre a segurança interna do país entre militares e as forças policiais por meio de diretrizes políticas, pode ser considerado o elemento de conexão entre essas duas faces da segurança.

Conforme a Doutrina Básica da Escola Superior de Guerra formulada naquele período, a segurança nacional consistia em salvaguardar o Estado/Nação de ameaças ou agressões à

² As competências específicas e o funcionamento da COSEG durante as décadas de 70 e 80 serão trabalhados no capítulo 2.

³ Essa é uma das conclusões de Maria Pia Guerra em seu trabalho “Polícia e Ditadura: A arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988”. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

estabilidade de suas instituições (políticas e econômicas), à integridade de sua gente e do patrimônio nacional e à preservação de sua cultura e valores. Essa proteção deveria ser proporcionada pelas Forças Armadas, no domínio das relações internacionais (segurança externa) e pelas instituições policiais civis, no âmbito interno do país (segurança interna).

Desde 1966, a ESG estabeleceu um conceito de segurança interna que foi amplamente utilizado nos manuais dos órgãos de segurança e informações:

A segurança interna é a garantia proporcionada à Nação contra os antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem no âmbito interno do país, com possibilidade de comprometerem a conquista ou a manutenção dos Objetivos Nacionais.⁴

Dentro dessa concepção, corrobora a hipótese da incorporação da segurança pública à segurança nacional a maneira como os militares – especialmente os que tiveram formação na Escola Superior de Guerra (ESG) – e parte da sociedade civil entendiam os antagonismos de natureza ideológica: de origem externa, mais precisamente no bloco comunista. Nesta visão, estaria em curso uma guerra revolucionária comunista provocada pelo inimigo que havia se infiltrado no país. Tal diagnóstico serviu de justificativa para a entrada dos militares no campo da defesa interna em fins dos anos de 1960. Houve, a partir deste ponto, uma reestruturação de todo o sistema de segurança brasileiro, marcado pela formulação e reformulação de vários instrumentos legais de segurança interna, bem como por investimentos nessa área e mobilização de muitos dos recursos humanos e materiais do aparato da segurança pública, nas medidas de prevenção e repressão relacionadas às “lutas ideológicas”. No estudo que ora apresentamos, entendemos a COSEG como fruto dessas grandes linhas de ação governamental de nível federal que, em última instância, visava à segurança nacional.

Durante a ditadura militar, a iniciativa de se definir segurança pública partiu dos próprios militares: “Segurança Pública é a garantia que o Estado (União, Estados-Membros e municípios) proporciona à Nação, a fim de assegurar a Ordem Pública contra violações de toda espécie, que não contenham conotações ideológicas”⁵. Naquela época, ressaltar como par de oposição ilegalidades de caráter ideológico versus não-ideológico corroborava tanto para diferenciação entre segurança pública e segurança interna, como para reafirmar a principal característica que distinguia o ‘crime comum’ do ‘crime político’. De alguma maneira esse entendimento repercutiu nos sistemas de segurança estaduais, ainda que naquele momento

⁴ BRASIL. Escola Superior de Guerra: Doutrina Básica. Rio de Janeiro, 1979, p. 241.

⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra, p. 243.

não tenha havido a preocupação em definir a ordem pública, o elemento essencial quando o assunto é segurança pública. A conceituação de ordem pública pôde ser observada apenas em 1983, na nova versão do Regulamento para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros (Decreto nº 88.777 / R-200), recebendo ali o seguinte conceito:

Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.

Além de executar as funções concernentes aos serviços de informações da SESP/MG, a Coordenação Geral de Segurança se institucionalizou como órgão de assessoramento direto do secretário de segurança, nas ações correntes de comando, fato que pode ser considerado os primórdios da inteligência de segurança pública atualmente praticada em Minas Gerais.

A COSEG foi criada na gestão de um militar à frente da SESP/MG, o coronel Edmundo Adolpho Murgel, sendo que coronéis do Exército continuaram chefiando a Pasta até o ano de 1983. Embora desde sempre seja comum ver oficiais militares ocuparem cargos do Poder Executivo em qualquer dos três níveis de governo, especialmente no campo da segurança, no caso em questão, isso significava aprofundar ainda mais o estado de Minas Gerais no autoritarismo burocrático que marcou a ditadura militar no Brasil⁶.

Ao longo do século XX, a formação de unidades policiais para controle da ordem política e social estabelecida (os DOPSS) encontrou respaldo nos traços autoritários e conservadores da sociedade em geral e, em particular, no ideal positivista de ordem e progresso cultivados pelos militares⁷, bem como no crescente sentimento anticomunista. Essa perspectiva relativiza a importância dada às razões circunstanciais para o estabelecimento de todo o aparato repressivo do período da ditadura, marcadamente o contexto de luta armada de fins da década de 1960 e início de 70, ao realçar as de fundo estrutural.

Durante suas duas primeiras décadas de existência, a COSEG trabalhou baseando-se na tônica anticomunista, sob os auspícios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG) para constituir-se como pilar das

⁶ Embora tenhamos tomado de empréstimo o conceito de autoritarismo burocrático do cientista político argentino Guillermo O'Donnell, acreditamos que este não defina o sistema político vigente no Brasil entre abril de 1964 e março de 1985, apenas serve para lançar luz sob uma de suas principais características: a racionalização da máquina pública a partir de projetos autoritários.

⁷ Para positivismo no Brasil ver: ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 42, 2º semestre de 1996, p. 109-134.

diretrizes para a Segurança Nacional e como ideologia de Estado. No período em questão, a ordem política e social era posta como sinônimo de ordem constitucional que, portanto, deveria ser preservada em benefício tanto da segurança pública, como da interna e da nacional. As ações para a manutenção dessa ordem eram praticadas por meio de medidas antidemocráticas e pela vigilância das atividades políticas. Desse modo, a ordem política e social também é um tema que atravessa por completo a pesquisa que ora apresentamos.

Segundo o jurista Diogo Moreira Neto, a *ordem política* se define pela organização política de uma sociedade, em relação à sua estrutura, funcionamento e seus aspectos culturais e sociológicos. Esse sistema viabilizaria a existência do Estado e do Direito⁸. Já a ordem social diz respeito às condições de coexistência em sociedade. Para sua conceituação devem-se considerar os comportamentos sociais em relação aos variados aspectos da vida em sociedade. Pressupõe indivíduos comprometidos com a manutenção da organização política, jurídica e econômica do Estado ao qual pertencem, e bem integrados nos valores, costumes e tradições nacionais (ou, pelo menos, em convivência respeitosa com estes). Subverter a ordem social pode levar a mudança da ordem política, o mesmo se aplicando ao caso contrário. Daí a associação entre manutenção da ordem política e social e segurança nacional.

Todos os sistemas políticos pressupõem a manutenção de sua ordem política, porém, nos regimes autoritários essa ordem é garantida por meios violentos de supressão, tanto dos direitos individuais e de contestar e alterar a ordem social, quanto de formar oposição política. No caso das democracias, as readequações na ordem social provenientes do exercício da cidadania e das liberdades individuais são a razão de ser do próprio sistema. Isso somente é possível porque, nestes casos, alterar a ordem não significa que em sequência se terá a desordem, mas sim um novo arranjo coletivo, uma estruturação societária diferente da anterior.

A principal função da COSEG/MG era produzir e administrar informações que subsidiassem a elaboração de medidas de manutenção da ordem pública e da ordem política e social. Para além de proporcionar conhecimento, a informação nesse caso, adquiria o potencial de antecipar aos delitos e reduzir seus efeitos ou mesmo de impedir que aconteçam. Daí vem a natureza preventiva dos Serviços de Informações. Portanto, o propósito desta dissertação é exatamente investigar como a COSEG atuou em nome da preservação da segurança pública e da segurança interna.

⁸ NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. A Segurança Pública na Constituição. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 28, nº 109, jan./mar. 1991, p. 140.

INTRODUÇÃO

Os Serviços de Inteligência: breve histórico

Ainda no século IV AC, o estrategista chinês Sun Tzu escrevia o tratado militar atualmente conhecido como “A Arte da Guerra”, no qual se vê as primeiras recomendações escritas acerca do que posteriormente ficou conhecido como atividade de Inteligência, fornecendo também a base da espionagem tal como passou a ser praticada no século XX. Por influência ou não desses escritos, a partir de então o conhecimento da situação e intenção inimiga passou a ser condição essencial para assegurar o fortalecimento dos governantes e a manutenção ou ampliação de um território nacional, sobretudo em situações de guerra.

Considerando as experiências de países como França e Rússia com os serviços de busca e análise de informações para fins de segurança, Allen Dulles (1965), ex-chefe da Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA), afirma que a partir do século XIX tais atividades passaram a ser trabalhadas nos dois âmbitos da defesa nacional, interno e externo. Isso porque, ao passo que as instituições militares foram crescendo, com suas especificidades e objetivos, suas estruturas organizacionais se tornaram mais complexas e nelas foi introduzida a responsabilidade de busca por informes para fins de defesa externa, concomitantemente ao aparecimento das polícias secretas destinadas a coibir dissidências internas e ameaças de revoltas e revoluções, no contexto de emergência do modelo liberal e crise dos grandes sistemas imperiais e autocráticos. Nesse processo de diversificação, a captação de informações políticas estrangeiras ficou a cargo dos diplomatas. Além disso, foi introduzido o conceito de contrainformações, entendida como sendo uma atividade completar e indispensável para salvaguardar o sigilo e preservar o conhecimento adquirido da interferência alheia⁹.

A Primeira Guerra Mundial foi um marco para a atividade de Inteligência, sobretudo pelas inovações na espionagem com o emprego do rádio em comunicações para as operações táticas militares. Entretanto, em termos de importância para o processo de tomadas de decisões governamentais, a II Guerra revelou o potencial estratégico de certas informações para apresentar alternativas confiáveis e oportunas sobre o problema em consideração, bem como a necessidade de centralizá-las em somente um órgão. O resultado foi a

⁹ Ao longo do século XX, a um setor de contrainformações competia, em geral: proteger suas instalações das ameaças de violação; conhecer como os órgãos de informações dos opositores eram organizados, seus planos e objetivos; identificar possíveis espiões; realizar ações para iludir e confundir o adversário; colaborar na formação da opinião pública, para evitar que a disseminação informações contrárias criassem um clima de instabilidade e insegurança no país ou região.

institucionalização de agências de Inteligência de governo em vários países (como a CIA, nos Estados Unidos e a KGB, na URSS), que em conexão com seus respectivos centros de informações das organizações militares e policiais formariam um sistema de Inteligência nacional. Dessa forma, iniciou-se um processo pelo qual a Inteligência foi estabelecida como setor específico, deixando a condição de “*General Staffs*” e se tornando um serviço permanente e especializado.

No Brasil, a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) em 1927 – órgão que futuramente se denominaria Conselho de Segurança Nacional (CSN) – foi o primeiro passo em matéria de informações integradas. Sob a chefia do Presidente da República, nele se reuniam representantes do alto Comando das forças militares e Cíveis para estudar e coordenar “as informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral relativas à defesa da Pátria”¹⁰. Conforme Brandão (2001, p. 43),

A criação do Conselho naquele momento tinha o objetivo de acompanhar e avaliar os agitados acontecimentos da década de 1920, pois não só o Brasil passava por um período de turbulências, com as pregações do movimento tenentista e o surgimento do movimento operário, como o mundo ainda se encontrava abalado com a vitoriosa revolução russa, além de estar enfrentando uma série de crises econômicas que culminou com a quebra da Bolsa de Valores em 1929.

Em 1934 o CDN foi reorganizado, ganhando nova denominação e atribuições¹¹, mas sem as configurações de uma agência de Inteligência, afinal, no ocidente isso se deu somente a partir dos anos 40. Desde 1937, começaram a serem implementadas as Seções de Segurança nos Ministérios civis¹². Em 1942 elas foram institucionalizadas como órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, através do Decreto-Lei nº 4.783, que dispunha sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional. O objetivo era centralizar, na esfera da competência de cada Ministério, todas as questões relativas à segurança nacional, mantendo o Conselho bem informado acerca dos assuntos ministeriais de maior relevância. Quatro anos depois uma nova lei enfatizava a obrigatoriedade das Seções prestarem à Secretaria Geral do CSN todas as informações que lhes forem solicitadas, para que os dados recolhidos subsidiassem os estudos no âmbito do Conselho¹³. Tal medida ocorreu paralelamente à

¹⁰ Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927.

¹¹ Decreto 23.873, de 15 de fevereiro de 1934.

¹² Arquivo Nacional, fundo: DSI do Ministério das Relações Exteriores. Notação: AGR. RFU. 13, documento 4, p. 13.

¹³ Decreto-Lei nº 9.775, de 06 de setembro de 1946.

criação do Estado Maior Geral (das Forças Armadas), órgão consultivo do Presidente da República, logo, incumbido de trabalhar informações de segurança¹⁴.

Também nesse período já se notava um policiamento político e social que gerava informações úteis não apenas para fins de repressão direta, como para indiretamente subsidiar a elaboração de políticas governamentais acerca do assunto subversão. Isso porque, desde a década de 1920, segmentos especializados do aparato de segurança dos estados federados, responsáveis por assegurar a ordem política e social, foram sendo instituídos como reação ao clima de instabilidade e momentos de crise que influenciariam na sensação de ameaça à segurança do Estado e das instituições: Revolução Russa ocorrida em 1917, greves operárias, entrada de imigrantes europeus com disposição para associarem-se à luta de revolucionários brasileiros, percepção de forte mudança nos padrões culturais (Semana de Arte Moderna), fundação do Partido Comunista Brasileiro, entre outros. Segundo Motta (2006), estes foram os estímulos para o governo federal criar no Rio de Janeiro a primeira delegacia especializada na vigilância política (Quarta Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal)¹⁵. A ideia de monitorar e reprimir os que tentassem desafiar ou subverter a ordem estabelecida foi logo apropriada e levada à efeito pelos governos de outros estados¹⁶.

A crescente radicalização política observada durante o governo de Getúlio Vargas fez crescer o temor do estado de que grupos atentassem contra a independência, a soberania, a integridade territorial da União e a forma de organização política e social. Receio que levou à promulgação da primeira Lei de Segurança Nacional brasileira, em 1935. No ano seguinte, o Congresso dos Chefes de Polícia convocado pela Chefia de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça buscava “estreitar laços entre as polícias estaduais, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho de repressão ao comunismo”¹⁷. A principal decisão oriunda deste encontro foi o compromisso firmado entre as policiais estaduais e a do Distrito Federal para troca de informações e compartilhamento de investigações entre si, quando o objeto fosse atividades subversivas¹⁸.

¹⁴ Decreto-Lei nº 9.107, de 01 de abril de 1946.

¹⁵ Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922. Para o processo de criação dos DOPSS estaduais ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Ofício das Sombras. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLII, nº 1, jan – jun de 2006, p. 52 a 67. Para o policiamento político na polícia federal ver: REZNIK, Luís. Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹⁶ No capítulo 1, seção 1.2 deste trabalho buscamos mostrar de maneira sintética o desenvolvimento de uma polícia secreta vinculada a polícia política mineira.

¹⁷ MOTTA. O Ofício das Sombras, p. 56.

¹⁸ MOTTA. O Ofício das Sombras, p. 56.

Apesar do empenho em se criar leis que ambicionavam levar ao conhecimento do Governo Federal todas as informações que interessassem à defesa e ao desenvolvimento nacional, o modelo de Serviço de Informações até então vigente ainda não se via em condições práticas de trazer à tona conhecimentos que superassem a esfera dos dados ostensivos ou básicos. Além disso, observou-se que a Secretaria Geral do CSN não era um órgão preparado para as novas exigências vindas com a Guerra Fria, em relação à segurança nacional.¹⁹

Em atenção a essas carências e preocupações, o presidente Dutra foi orientado a organizar o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), na nova estrutura que a Secretaria Geral do Conselho adquiriu pelo Decreto-Lei nº 9.775 de 1946, marcando oficialmente a instalação da primeira agência de Informações do Brasil. Além da Chefia, o SFICI era estruturado em 4 Subseções: Interior, Exterior, Operações e Segurança Interna. Estudos nessa área indicam que “durante toda a existência do SFICI sua parte operacional permaneceu em estado embrionário”²⁰, de certo, em muito devido à ausência de uma doutrina geral que levasse à racionalização e sistematização do processo de produção das informações. Porém, militares envolvidos na estruturação máxima do SFICI, ocorrida pelas medidas implementadas entre os anos de 1958 e 1959, atribuíram o não investimento em um setor de busca de informes à perspectiva de fundar uma agência central tendo a CIA como modelo e depois disso criar uma agência operacional:

Esta parte operacional atuaria dentro do país, juntamente com uma Polícia Federal, e fora do país, com o apoio do serviço diplomático. Os dados de informações de âmbito governamental federal seriam obtidos nos Ministérios, através de ligações com a agência central, e no âmbito estadual, pelos serviços de informações que seriam criados pela Polícia Federal.²¹

Embora posteriormente a agência central tenha sido de fato criada, não foi exatamente essa a configuração do sistema de informações brasileiro implementado oficialmente, haja vista que pelo menos até meados da década de 1970 a Polícia Federal ainda não havia se fortalecido institucionalmente, a ponto de ter meios materiais e elementos humanos suficientes para assumir tamanha responsabilidade sobre a segurança interna²². Mas desde

¹⁹ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços de secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 44.

²⁰ ANTUNES. SNI & ABIN, p. 47.

²¹ ANTUNES. SNI & ABIN, p. 47.

²² I Seminário de Segurança Interna: Sugestões para integração dos órgãos de segurança interna. Brasília, fevereiro de 1969. Arquivo Nacional. Academia Nacional de Polícia. Fundo: Centro de Informações de

1956 já se notava um intercâmbio mais frequente de delegados e oficiais militares brasileiros para os Estados Unidos, na intenção de compreender a estrutura e funcionamento de seus serviços de Inteligência²³.

Por influência do modelo Francês de estruturação organizacional militar, na década de 1950 foram constituídos nos Estados Maior da Marinha, Exército e Aeronáutica suas respectivas Segundas Seções com a atribuição de atuar com informações²⁴. Nos primeiros anos da década de 1960 já havia se iniciado o processo de padronização dos princípios e métodos para o exercício da atividade de inteligência no Brasil, por meio do curso de informações da Escola Superior de Guerra e com base na bibliografia norte-americana. Trata-se de obras que ao mesmo tempo em que expõe fundamentos gerais, priorizam o enfoque nas informações direcionadas a servir de subsídio no processo de tomada de decisão de autoridades governamentais e nos assuntos de importância vital para a nação.

Efeito da evolução dos serviços de Informações no Brasil que, como foi mencionado, se deu em parte pelo contato direto com as agências de inteligência estadunidenses e sua literatura, a formação de um vocabulário técnico serviu para sintonizar a comunicação dentro da comunidade de informações formada após a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Da mesma forma, do exercício da atividade também surgiam jargões próprios e alguns termos que expressavam diferentes significados²⁵. Assim é o caso do princípio básico estabelecido sobre a palavra Informação, definida como sendo o “conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis relacionados com o referido fato ou situação”, ao passo que Informe denotava “qualquer dado, observação, fato, relato ou documento que [pudesse] contribuir para o conhecimento de determinado assunto”²⁶. Até mesmo uma palavra banal como Busca, no universo dos serviços de informações adquiriu especificidade: referia-se ao trabalho de coletar dados, a partir de um conhecimento preliminar, para completar o processamento de determinado informe, portanto, era realizada por meio de uma operação planejada, seja ela ostensiva (aberta ao conhecimento de outros) ou encoberta (sigilosa). Por vezes o termo Coleta aparecia como sinônimo de Busca.

Segurança da Aeronáutica: BR_DFANBSB_VAZ-19.21, p. 6. Um marco para o processo de fortalecimento do Departamento de Polícia Federal foi o Decreto 73.332, de 19 de dezembro de 1973, que definia sua estrutura.

²³ Entrevista do general Rubens Bayna Denys concedida, em 1988, a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro com a assistência de Micaela Moreira, Leila Bianchi e Samantha Viz. In: ANTUNES, 2001, p. 46.

²⁴ QUADRAD, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, vol. 28, nº 47, jan-jun, 2012, PP. 19-41.

²⁵ Ver anexo VI: Glossário de Informações.

²⁶ Manual de Informação e Contra-informação do Departamento de Polícia Federal. 197?, P. 9.

O entendimento construído sobre Informações/Intelligence em seu tempo histórico

O modelo empregado no Brasil para o trabalho com Informações foi o norte-americano²⁷, primeiramente devido aos laços de cooperação que vinham sendo construídos entre Estados Unidos e Brasil, sobretudo no que respeita ao treinamento de agentes de segurança, mas também por ser considerado o mais adequado para o desenvolvimento da atividade, como elemento constituinte de uma estratégia que visava, principalmente, erradicar qualquer sinal do movimento comunista internacional no país. Isso significa que os órgãos de Informações criados para tal finalidade tinham como função elementar municiar dos conhecimentos prévios essenciais tanto às autoridades governamentais responsáveis pelas tomadas de decisões em termos de segurança e desenvolvimento nacionais, como às policiais e militares, nas missões de planejar operações de repressão²⁸.

Em vários aspectos, o Serviço de Informações da COSEG se encaixa nessa descrição, na medida em que sua atribuição de planejar e coordenar as atividades globais de segurança do estado implicava também em captar informes que pudessem ser do interesse dos órgãos de cúpula que cuidavam da segurança nacional. Por isso, para esta pesquisa partimos do princípio de que, especialmente após o golpe de 64, os serviços de Informações brasileiros trabalharam em grande medida com vistas abastecer das chamadas informações estratégicas (*strategic intelligence*) a agência de Informações do Governo Federal.

Na definição dada pelos militares no período em questão,

Informação Estratégica é o conhecimento de fato ou situação de interesse imediato ou potencial para o planejamento e para a condução de ações de alcance estratégico. Pode situar-se no âmbito de qualquer das Expressões do Poder Nacional [político, psicossocial, econômico, militar]. Na ESG [Escola Superior de Guerra], o estudo das Informações está voltado exatamente para esta subclasse, que serve ao planejamento e à ação governamental em seu mais alto nível, no interesse da segurança e do desenvolvimento nacionais.²⁹

Com o início da Guerra Fria e a progressiva aproximação do Brasil com o bloco capitalista, possuir informações estratégicas imediatamente passou a indicar a necessidade de

²⁷ Vários indícios comprovam essa afirmação, entre eles: 1) O depoimento do ex-chefe da COSEG, delegado Ediraldo Brandão à CPI do DOPS, vol. I, p. 530; 2) Depoimento de militares para D'ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. & CASTRO Celso, no livro "Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão"; 3) Bibliografia utilizada naquele período no Brasil para a produção de material doutrinário sobre Informações.

²⁸ No caso dos militares, isso se deu especialmente durante a ditadura iniciada em 1964.

²⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979, P. 287-88.

concentrar informações sobre suspeitos de serem comunistas, incluindo sindicalistas e políticos taxados como progressistas, aos olhos das polícias política.

Especialmente a partir de 1969, a maioria das Secretarias de Segurança estaduais constituíram um Serviço ou Central de Informações em suas estruturas orgânicas³⁰, com o objetivo principal de auxiliar as Agências Regionais do SNI na produção de informações de segurança interna. No caso da COSEG, optou-se por trabalhar diferentes vertentes do serviço de Informações em um mesmo órgão, dividido-as em quatro setores: informações de segurança pública; informações de segurança interna, informações internas e contrainformações³¹. Em quaisquer destas esferas poderiam ser extraídos informes para subsidiar a produção das informações estratégicas, bastava que os critérios fossem abrangência e utilidade, isto é, conhecimentos vantajosos aos interesses nacionais, em vista dos problemas conjunturais existentes.

O conceito de informações estratégicas foi desenvolvido nos Estados Unidos e exportado através do livro *Strategic Intelligence for American World Policy*, de Sherman Kent – um ex-oficial de informações da OSS³² e instrutor da National War College, que usou de sua experiência para preencher uma lacuna que havia sobre o assunto, no que respeita às conceituações e métodos. Pioneiro na abordagem do tema, provavelmente foi o livro de maior repercussão em matéria de Inteligência desde sua primeira publicação em 1949. O autor definiu a informações estratégicas como sendo os conhecimentos hábeis “sobre os quais as relações exteriores do nosso país devem basear-se, na paz e na guerra”. Destacou que essa subclasse de informações era essencialmente positiva, ou seja, amplamente desejada para planejamento de médio e longo prazo, e do interesse de usuários “alto nível”, em referência a sua utilidade para os governantes, em suas responsabilidades na segurança e desenvolvimento nacionais. Apesar desse enfoque, muitas das lições contidas nesta obra se aplicavam às demais vertentes da atividade informações.

O autor desenvolveu um tripé conceitual e metodológico no qual informação/*intelligence* significava ao mesmo tempo o ‘conhecimento’, o ‘órgão que produz o conhecimento’ e a ‘resultante da atividade desempenhada pelo órgão que produz o conhecimento’. Somente em 1967 a editora Bibliex o traduziu para o português com o título

³⁰ Ver anexo V: Lista das Secretarias de Segurança Pública estaduais que instalaram serviços ou centrais de Informações em suas estruturas orgânicas a partir 1969.

³¹ Ver definição na parte 2.2.1 do segundo capítulo deste trabalho.

³² Office of Strategic Services – a agência de Inteligência antecessora da Central Intelligence Agency – CIA.

reduzido “Informações Estratégicas”. Os militares que dirigiam a editora acreditavam que havia nesta obra um potencial de oferecer ao leitor

(...) a convicção da necessidade das informações estratégicas, problema da alçada de civis e militares, e mostra[r] a sua impraticabilidade sem uma organização que consiga realizar a justa medida de controle entre a direção e a execução, visto que as informações são um trabalho de equipe e não individual.³³

Kent afirmava que, em essência, a produção de informações era a procura da melhor das respostas, mas o diferencial das informações estratégicas era que elas não se limitavam às informações úteis, mas estariam destinadas a oferecer “os conhecimentos vitais à sobrevivência nacional”. Assim, a principal missão de um órgão especializado em informações estratégicas seria elaborar “especulações de longo alcance sobre o potencial e as intenções de outros estados e a previsão de suas prováveis reações às ações que planejamos realizar” (KENT, 1967, p. 8).

Outra obra que ganhou destaque no Brasil foi *A Produção de Informações Estratégicas*, de Washington Platt. Com a primeira edição em 1957, o livro partia dos escritos de Kent com a ambição de se aprofundar no campo conceitual e técnico das informações estratégicas. Traduzido e publicado no Brasil em 1967 pela editora Agir e em 1974 também pela Bibliex, nele o autor define Informações (*Intelligence*) como “um termo específico e significativo, derivado da informação, informe, fato ou dado que foi selecionado, avaliado, interpretado e, finalmente, expresso de forma tal que evidencie sua importância para determinado problema de política nacional corrente”. A partir desse entendimento, procura determinar alguns métodos e princípios básicos sobre a atividade de *Intelligence*, sua função e utilidade nas decisões de Estado.

Por informações úteis o autor entende serem aquelas com capacidade de ampliar o conhecimento e a compreensão de assuntos direta ou indiretamente ligados à segurança nacional ou de servir de auxílio na solução de problemas dessa ordem. Aponta, ainda, os fatores que atuam na utilidade, entre eles, se a informação é completa e absolutamente confiável. Mas ao lembrar que a maior parte das informações perde rapidamente seu valor, ou seja, deprecia-se com o tempo interferindo negativamente na sua utilidade, Platt vê como necessário às vezes sacrificar a segurança de um documento integral e preciso em benefício da *oportunidade*, que no seu entendimento significava basicamente executar as fases da

³³ Notas da editora. Orelha do livro.

produção da Informação no mais curto prazo, geralmente em prejuízo da profundidade da análise e do rigor metodológico³⁴.

Neste trabalho, Platt desenvolveu um conceito sobre informação estratégica baseado num leque mais amplo de aproveitamento de seus potenciais, a definindo como sendo

(...) o conhecimento referente às possibilidades, vulnerabilidades e linhas de ação prováveis das nações estrangeiras. Nos Estados Unidos destina-se direta ou indiretamente ao uso do Conselho de Segurança Nacional e outras agências de formulação política do Governo Federal. Busca, principalmente, guiar a formulação e a execução de medidas de segurança nacional, em tempo de paz, e a conduta de operações militares, em tempo de guerra, bem como o desenvolvimento do planejamento estratégico no período de após-guerra (PLATT, 1974, p. 31).

O autor fora um dos primeiros escritores da área de *Intelligence* a teorizar de forma mais objetiva sobre a “previsão”, que dá origem as estimativas. As informações estimadas são produzidas com finalidade e metodologia específica que agrega valor ao conhecimento e o torna indispensável para o planejamento de política interna e externa, sendo também úteis para se ter vantagem numa situação de conflito ou disputa.

Assim era dada ênfase à dimensão analítica da atividade de Inteligência, uma vez que atualmente os estudiosos sobre o assunto entendem que a Inteligência se diferencia da mera informação não apenas por sua função primária explicativa, mas, sobretudo, por sua capacidade preditiva (CEPIK, 2003, p. 28-29). Porém, Platt menciona as diferenças em relação ao potencial especulativo e afirma que isso teria relação direta com propósito do conhecimento produzido. Como exemplo cita as informações de combate, cujo interesse estaria sempre num futuro imediato. Em outra categoria estariam as informações estratégicas, cuja utilidade compreenderia uma faixa mais estendida do futuro.

De fato, a principal tarefa da Inteligência norte-americana destinada à consecução de política externa durante a Guerra Fria era fazer retroceder o comunismo ou pelo menos limitar o campo de influência soviético. Porém, em que pese às ameaças de enfretamento bélico, essas disputas se deram por meios minimamente beligerantes. Nas palavras de Eric Hobsbawm,

A Guerra Fria que de fato tentou corresponder à sua retórica de luta pela supremacia ou aniquilação não era aquela em que decisões fundamentais eram tomadas pelos

³⁴ Platt estabeleceu percentuais de depreciação para algumas categorias de informações, levando em conta que o limite de 100% referia-se ao valor que a informação tinha ao ser produzida, ficando da seguinte forma: Informações Táticas e de Combate – 10% ao dia; Informações Estratégicas em tempo de guerra – 10% ao mês; Informações Estratégicas em tempo de paz – 20% ao ano; aspectos semipermanentes (Informações Internas) – 10% ao ano.

governos, mas a nebulosa disputa entre seus vários serviços secretos reconhecidos e não reconhecidos, que no Ocidente produziu esse tão característico subproduto da tensão internacional, a ficção de espionagem e assassinato clandestino (HOBSBAWM, 2013, p. 226).

As narrativas, ficcionais ou não, tanto se somavam aos subprodutos do quadro de instabilidade decorrente da Guerra Fria, como constatado por Hobsbawm, quanto ao discurso anticomunista do “mundo livre”. Por isso, no Brasil as publicações sobre *Intelligence* tiveram boa repercussão, uma vez que antes mesmo da influência norte-americana, já havia se consolidado uma tradição anticomunista cujas matrizes podem ser encontradas no nacionalismo (sobretudo o de origem militar), no liberalismo (econômico) e no catolicismo³⁵. Além dos livros já citados, *The Craft of Intelligence*, de Allen Dulles também entra na lista de doutrinação por esse tipo obra.

Primeiro civil a se tornar chefe da CIA, Dulles foi um advogado e diplomata norte-americano, ligado à OSS assim como Sherman Kent, que antes havia acumulado vasta experiência em espionagem para assuntos externos Durante a Segunda Guerra Mundial. Conforme o autor, diante de determinado conflito, projeto ou situação que exija decisões de alto nível de autoridade, sempre emergirão dos gabinetes de comando e demandarão conhecimento com elevado grau de certeza questões tais como: O que acontecerá em seguida? Como se processarão os negócios? Que curso de ação tomar? Qual a força dos inimigos e o que estão tramando?

Publicado em 1965, o livro traz à tona técnicas de coleta de informações e trata do papel das estimativas produzidas pelas agências de Inteligência nas formulações da política nacional. Em várias passagens, *Intelligence* se resume em apenas um pré-conhecimento, o que em parte explica o foco do estudo nos aspectos operacionais da atividade de Informações, assim como numa visão mais restrita em que *Intelligence* significa “coleta de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação”³⁶. Pesa o fato de que, no período de escrita do livro, as operações típicas de espionagem se acentuaram em várias partes do mundo, tais como implantação de agentes locais, duplos ou infiltrados e, conseqüentemente, as medidas de contrainformações, contraespionagem e interrogatório. De modo geral, o texto revela muito sobre a atividade de busca visando a

³⁵ Para matrizes do anticomunismo ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”. São Paulo: FAPESP/Perspectiva, 2002. Conforme o autor, o anticomunismo tomou corpo a partir do momento em que diversos grupos políticos e setores da sociedade civil afinaram seus discursos e ações contra àquela ideologia/regime que atacava seus principais valores e costumes – propriedade privada, livre comércio, cristianismo religioso e rejeição da subordinação do país a modelos socialistas –, por isso Motta identificou na camada conservadora da sociedade a face mais acentuada do fenômeno.

³⁶ CEPIK, Marco. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 28.

produção de informações e, apesar da ausência de conceituações precisas sobre o tema, traz um rico resgate histórico do ofício.

Citando o caso da desocupação nazista do norte da Itália durante a Segunda Guerra, o autor sustenta que o sucesso dessa operação se deveu em muito as ações de espionagem empreendidas pela equipe da qual fazia parte. Assim, embora a espionagem seja um entre os muitos métodos possíveis para o trabalho de coleta, Dulles manteve nela sua base argumentativa, na qual aparece quase como o cerne da atividade de Inteligência. Este fato endossa certa visão em que o termo *Intelligence* seria um eufemismo anglo-saxão para designar as ações de espionagem (ANTUNES, 2001, p. 19), herança também dos contornos que a atividade adquiriu em razão da Guerra Fria. Por isso não seria forçoso cogitar que essa interpretação tenha exercido influência nas traduções para o português, de *Intelligence* para *Informações*, nas obras em que o termo aparece, não expressando, dessa forma, somente uma questão de semântica.

Essa hipótese também justificaria a opção do Brasil pela adoção do vocábulo *Informações* em detrimento do termo *Inteligência* para designar tanto a atividade e o produto desta, como as unidades organizadas para realizá-la. Somente a partir do ano de 1990, com o fim do SNI e a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o uso do termo *Informação* passou a ser questionado, tendo como agente de motivação o estigma negativo que os órgãos responsáveis por essa atividade carregavam, uma vez que esse serviço era sempre associado com regimes autoritários, espionagem e violação dos direitos individuais (ANTUNES, 2001, p. 10).

Se por um lado a extinção do SNI marcou o início da tentativa de superação do significado por trás do termo *Informação*, com a inclusão de *Inteligência* no vocabulário de segurança pública e de segurança nacional, por outro, essa mudança repercutiu na revisão teórica do sentido dessa atividade:

Por ocasião de tal adoção, foi entendido que “Informações” estava associado à acontecimentos passados, à fatos jornalísticos, à coisa já acontecida. Empregar “Inteligência” agregaria o conhecimento prospectivo, a antevisão de como o acontecimento evoluiria no futuro.³⁷

A citação acima representa um entendimento da Inteligência do Exército sobre a forma como essa atividade se deu no Brasil: acompanhando de maneira muito lenta a evolução das

³⁷ *Informações por Inteligência: Razões da mudança.* A Lucerna: Boletim informativo da Escola de Inteligência Militar do Exército (ESIMEX). Brasília, ano 1, nº 10, p. 1, Nov. 2003. Op. Cit. FERNANDES, Fernando do Carmo. *Inteligência ou Informações.* Revista Brasileira de Inteligência. Brasília, ABIN, v. 2, nº 3, set. 2006, p. 8.

concepções acerca do ofício e sua finalidade, não obstante terem adotado um pressuposto comum, fundamentado na ideia de que a informação prévia era instrumento de gestão essencial, especialmente em se tratando de governar e guerrear. Desse ponto partiram os autores aqui citados, alguns indo além, afirmando que a Informação deveria conter elementos que permitissem antecipar ações antagônicas, o que proporcionaria vantagem em caso de conflito ou de negociação.

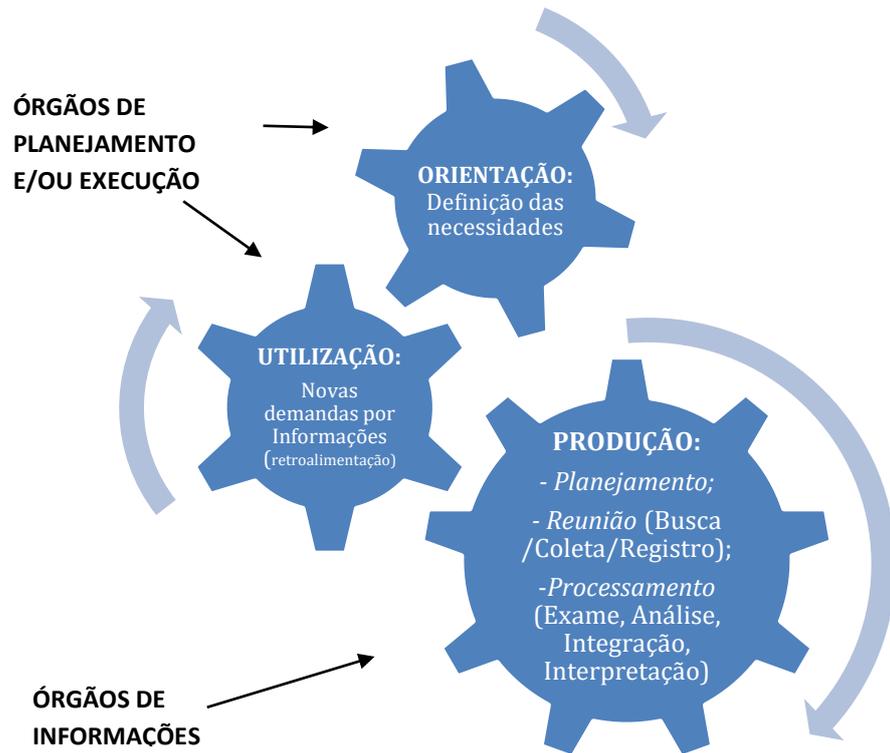
Não apenas para fazer frente ao comunismo, mas sobretudo para manutenção de sua hegemonia no bloco ocidental, através de diversos meios de comunicação os Estados Unidos deu publicidade a sua máquina de *Intelligence*, expandindo técnicas, padrões de coleta, análise e difusão das informações para seus aliados, sempre apontando como imprescindível à segurança nacional desses países a produção de informações estratégicas, porém sem abandonar as informações de outras categorias, como as operacionais, as táticas ou as de combate.

Assim, alguns homens do serviço secreto do governo norte-americano construíram suas narrativas a partir de suas experiências de campo e do conhecimento dos que os antecederam, oferecendo às forças de segurança do “mundo livre” algo que ia além de seus conceitos e métodos: um arcabouço ideológico para formarem suas próprias agências. Foram recompensados quando os países aliados se mostraram receptivos às consultorias e aos treinamentos por eles oferecidos, ultrapassando as fronteiras das Forças Armadas e chegando até as forças policiais, consideradas pelos americanos como sendo a “primeira linha de defesa” contra o comunismo³⁸.

No Brasil, os serviços secretos adquiriram relevância dentro do sistema de segurança, sobretudo quando se passou a utilizar a espionagem de maneira sistemática, principalmente pelos métodos de infiltração, vigilância e fotointerpretação, mas também pelos interrogatórios de prisioneiros e uma vasta rede de informantes, em diversos locais, selecionados pelo SNI e pelas polícias políticas, muito embora estes procedimentos não constituíssem a totalidade do trabalho.

Na década de 1970 já havia se consolidado no serviço de informações brasileiro um modelo para o “Ciclo da Informação”, tal como esquematizado na figura abaixo:

³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a Repressão: A USAID e a polícia brasileira. Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 30, nº 59, 2010, p. 237-266.



Fonte:

ESG - Doutrina Básica, 1979, p. 283-284.

Segundo a doutrina estabelecida para a área de informações, os componentes do ciclo aplicados em consonância com os princípios básicos da objetividade, oportunidade, segurança, clareza, simplicidade, controle, amplitude e imparcialidade, responderiam em grande medida pela qualidade das Informações.

Porém, concomitante à sistematização do processo de produção das informações, no período mais crítico da ditadura militar os agentes de busca e analistas de informações foram doutrinados a extraírem indícios de culpabilidade dos informes, subsídios essenciais aos conhecidos IPMs (Inquéritos Policial-Militar)³⁹. Essa diretriz foi igualmente útil para tornar

³⁹ Em 14 de abril de 1964, o Comando Supremo formado por militares das Forças Armadas para ditar os primeiros passos após a tomada de poder, determinou através da Portaria nº 1, “a abertura de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definiam os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”. Os IPMs se tornaram o principal instrumento jurídico utilizado pelos militares para exercerem a perseguição política contra os opositores, sendo também amplamente utilizado para punir desafetos da elite econômica ou de seus subordinados diretos, devido a um conjunto de determinações emanadas pelo Comando, ainda no mês de abril deste mesmo ano. Isso porque, durante o período de “operação limpeza” (expurgos, prisões, detenções, exonerações, etc., realizados com o amparo do primeiro Ato Institucional), Castelo Branco, primeiro militar a assumir o poder após o golpe, assinou o Decreto-Lei nº 53.897 que instituía a Comissão Geral de Investigações para ser formada por três membros

mais eficientes as operações de segurança dos órgãos do Sistema de Segurança Interna, formado na década de 1970. SISSEGIN fora a sigla dada a esse novo modo de articular informações com força policial e estratégia militar em proveito dos objetivos nacionais arbitrados no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG) e compilados pelo general Golbery na forma de integração nacional, soberania, bem-estar social e progresso⁴⁰. Mas a implantação deste sistema só foi possível porque já havia se consolidado uma agência central e de alcance nacional, capaz de coordenar os órgãos de informações a ela subordinados.

O sistema de compartilhamento de informações brasileiro: o SNI, o SISNI e as comunidades de informações

Criado logo após o golpe civil/militar, o SNI era o órgão central de informações da União, cuja principal missão era produzir informações úteis (estratégicas) ao Presidente da República e ao Conselho de Segurança Nacional. Como foi mencionado, outros antes dele já desenvolviam essa atividade no âmbito nacional, porém, sem o status de ministério que garantia ao novo órgão estrutura, orçamento e capacidade de integração das informações em grau elevado em comparação ao SFICI por exemplo, o último que o antecedeu.

Para auxiliar a Agência Central na coordenação das informações, o SNI chegou a ter aproximadamente 22 agências espalhadas pelo Brasil⁴¹, que recolhiam dos órgãos de informações setoriais os informes e as informações sobre política, subversão, corrupção, improbidades na administração pública, entre outras muitas. Sobretudo a partir de 1967, quando se tornou notável a ineficiência das polícias políticas estaduais em antever as ações da

nomeados entre servidores civis e militares ou profissionais liberais da confiança daqueles que assumiram o poder político, com a incumbência de promover a investigação sumária dos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional de 1953. O que conferia poder discricionário a tal iniciativa se encontrava, em grande medida, no Art. 3º, pelo qual se determinava que a investigação poderia ser aberta por “iniciativa da Comissão, ou mediante determinação do Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, ou ainda em virtude de representação dos dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas”, ou seja, por representantes dos poderes, político, econômico e militar. Porém, até o segundo Ato Institucional editado em 1965, os processos e julgamentos previstos na LSN, resguardadas algumas raras exceções, competiam à Justiça Ordinária, ou seja, à Justiça comum, e eram regulados pelo disposto no Código de Processo Penal então vigente, cabendo ainda recurso para o Supremo Tribunal Federal (Lei Federal nº 1.802, de 5 de jan. de 1953, parágrafo único). A partir do prescrito no AI.2, a Justiça Militar passou a cuidar do processo e julgamento dos crimes contra a ordem política e social.

⁴⁰ SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil. 1967, p. 159.

⁴¹ Conforme o depoimento de Carlos Alberto da Fontoura em: D’Araújo, Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão. p. 91.

luta armada⁴² e dos movimentos de representação de classe e estudantil, o SNI reavaliou o setor de informações dessas polícias, em muitos casos constatando certa precariedade de instrumentos matérias e doutrinários⁴³.

Embora tenha possuído larga margem de ingerência sobre diversos assuntos, o foco das ações do SNI sempre esteve voltado para os que interessassem a Segurança Nacional. Sendo um órgão Civil, porém com ampla influência militar, tratou, portanto, do resgate e renovação da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida no contexto de pós-guerra e no âmbito da Escola Superior de Guerra⁴⁴ para posicionar o Brasil no lado capitalista da Guerra Fria. Nesse tocante, para além de revisitar os conceitos estruturantes da Doutrina (Poder Nacional, Política Nacional, Objetivos Nacionais, Defesa (Segurança) Nacional e Estratégia Nacional), foram introduzidos argumentos menos abstratos que associavam segurança, progresso (desenvolvimento econômico, técnico/científico e industrial), bem-estar social e a necessidade de se combater os “antagonismos e pressões” que, na concepção dos golpistas de 64, estavam sendo gerados e alimentados por uma “entidade” chamada Movimento Comunista Internacional, cujo ponto de irradiação era a União Soviética. A intenção era a busca da adesão àquela ideologia de Estado e não apenas a obediência cega. Mas, no contexto de fins dos anos 60, ressaltar a Doutrina fazia parte de um preparo para fazer frente aos grupos mais radicais da esquerda brasileira e suas guerrilhas, afinal, nesse estágio passaram a perceber a existência de grupos inspirados nas revoluções chinesas e cubana.

Desse conjunto decorre a tese do belga Joseph Comblin (1978), missionário da Igreja Católica que estudou e escreveu sobre segurança nacional e o poder militar na América Latina, constatando na DSN não apenas uma ideologia, tampouco somente uma enciclopédia

⁴² Existe na historiografia uma discussão sobre a origem da radicalização das esquerdas durante a ditadura militar brasileira, dado o impacto de suas consequências (prisões, exílios, desaparecimento de militantes, torturas e mortes nos dois lados). O principal argumento é que a radicalização se deu em razão do fechamento de todos os canais democráticos para oposição. No entanto, sabemos que nenhuma das teorias revolucionárias, as quais os grupos de luta armada se amparavam ideologicamente, tinham como passo seguinte à Revolução a consolidação da democracia. Também é sabido que aqueles eram os anos da chamada ‘linha dura’, caracterizado pelos governos dos militares mais propensos ao extermínio dos focos de contestação. Em vista desse debate, ainda hoje alguns dos ex-militantes (a exemplo do historiador Daniel Aarão Reis Filho) renegam o título de ‘vítimas da ditadura’ a eles conferido diante de um possível “acerto de contas” entre o presente e o passado.

⁴³ HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 175.

⁴⁴ Em face da experiência da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial, militares (sobretudo os do Exército) retornaram com novos padrões em relação aos princípios estratégicos, equipamentos e planejamento de operações em possíveis batalhas. Essa missão foi decisiva para a conformação, em 1949, de um centro para formulações doutrinárias acerca da segurança e defesa nacional, com a assessoria de militares franceses e americanos, justamente a Escola Superior de Guerra. Antes da ESG, o Clube Militar fundado em 1887 na cidade do Rio de Janeiro (associação de caráter representativo, assistencial, social, cultural, esportivo e recreativo) foi o centro para debates dos militares brasileiros acerca das questões nacionais.

de condutas para a segurança nacional, mas uma estratégia militar de efeitos psicológicos. Na DSN foi fixada a ideia de que o comunismo representava uma ameaça iminente de usurpação do Poder Nacional (político, econômico, psicossocial e militar), haja vista o diagnóstico de que o Brasil possuía certas fragilidades internas, próprias de países subdesenvolvidos, que deixavam seu povo e suas instituições vulneráveis às ações estrangeiras de desestabilização política e desagregação social.

Comblin percebeu então que, de posse do Poder Nacional e diante de pressões contrárias ao governo, os militares ideólogos da DSN reinterpretaram o conceito de defesa nacional, desfazendo a distinção que havia entre seus dois elementos constituintes, segurança interna e segurança externa, isso porque, acreditavam que o inimigo externo havia se infiltrado no país. Nessa visão, a maior ameaça à segurança nacional possuía uma dupla face, externa e interna. Tratava-se de combater mais do que um terrorista, uma facção criminosa ou um exército estrangeiro: seria preciso suprimir ou pelo menos neutralizar a ideia de revolução socialista.

Diante das circunstâncias postas nos últimos anos da década de 1960, a perseguição política/ideológica derivada dos princípios da DSN mobilizou forças militares para a segurança interna e todo o aparato de segurança para a segurança nacional, acarretando em certa indistinção entre o que era trabalho de polícia e o que era tarefa de militares. Conforme a doutrina militar

A segurança interna integra-se no quadro da segurança nacional, tendo como preocupação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar sua origem, se externa, interna ou externo-interna. Não importa sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar. Nem mesmo se deve considerar as variadas formas como se apresentam: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeito dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações que se define como Estratégia de Segurança Interna.⁴⁵

Pensar a segurança interna de forma global, ou seja, considerando a origem, a natureza e a forma como se apresentam os antagonismos, serviu ainda para a formação de uma frente relativamente coesa para o combate à subversão e aos demais opositores do regime militar, no entanto, apresentando como efeito colateral o acirramento da competição entre as instituições que compunham essa coalizão.

⁴⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra: Doutrina Básica. Rio de Janeiro, 1979, p. 241.

Assim disseminou-se a ideia de que o Brasil se encontrava em estado de guerra, e às forças de segurança agindo coordenadamente buscavam orientar, controlar e vigiar todos os aspectos da vida social⁴⁶, conseqüentemente crescia a demanda por informações de diferentes níveis de prioridade, sobretudo as de importância estratégica. Para atendê-las, na década de 1970 foram formadas redes pelas quais os informes e informações gerados pelos órgãos que atuavam nessa área pudessem ser compartilhados de modo eficiente e seguro. A maior delas, com abrangência nacional, era o Sistema Nacional de Informações (SISNI), criado em decorrência do primeiro Plano Nacional de Informações⁴⁷ com o objetivo de coordenar e fixar as prioridades do Serviço Nacional de Informações. O SISNI era coordenado pela Agência Central do SNI e formado pelos centros de informações dos Ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica)⁴⁸, pelos Ministérios civis, através de suas Divisões de Segurança e Informações (DSIs)⁴⁹, pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM)⁵⁰ e por outros órgãos setoriais de informações (ver: anexo II).⁵¹

Da mesma forma, havia também redes chamadas de Comunidade de Informações⁵². A confidencialidade e o sigilo eram um dos pilares. Evitar o vazamento de informações era a meta diária, talvez por isso a opção de se formar redes regionais, tendo em vista que o pertencimento a uma mesma área territorial traria maior eficiência na troca de informações e medidas mais eficazes na contenção de possíveis ameaças⁵³. Assim, os órgãos de informações de instituições civis e militares que atuavam na área de responsabilidade de uma agência

⁴⁶ COMBLIN, Joseph. A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 57.

⁴⁷ Criado no âmbito do SNI pelo general Carlos Alberto da Fontoura, então chefe do órgão, o Plano foi fixado pelo Decreto nº 66.732, de 16 de junho de 1970 para orientar todos os órgãos de informações do país na execução de suas missões. Conforme apurado por Fico (2001, p. 80), “com base no plano e na doutrina, os diversos sistemas que integravam o SISNI redigiam seus planos setoriais, que eram aprovados [ou não] pelo SNI”.

⁴⁸ Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), somado as seções de informações do Estado Maior, os órgãos de informações das organizações militares e os Escritórios Adidos de cada uma dessas instituições.

⁴⁹ No caso do Ministério da Justiça, no lugar da DSI o representante era o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal.

⁵⁰ Com funções ainda pouco conhecidas, o SUSIEM era chefiado pelo Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e era integrado pela 2ª seção do EMFA, pela subchefia de Informações do Estado-Maior (M-20), pela 2ª seção do Estado-Maior do Exército (2ª/ EME) e pela seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª EMAer).

⁵¹ Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, através da Chefia de Gabinete; EMFA, pela 2ª seção; Departamento de Administração dos Serviços Públicos, pela sua Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI); ITAIPU BINACIONAL, também através da sua AESI.

⁵² Normalmente na historiografia esse termo é referenciado no singular, sem a preocupação em explicar que tal formação se tornou mais complexa, ao ponto de se formarem várias redes que não eram diretamente interligadas.

⁵³ Havia também a comunidade dos órgãos setoriais de informações dos Ministérios Civis, formada pelas DSIs dos diversos Ministérios. Existia ainda uma comunidade de informações no Exterior.

regional do SNI formavam, junto com esta, uma comunidade regional.⁵⁴ Essas comunidades existiam em número igual ao das Agências do SNI e eram referidas pela área de abrangência ao qual pertenciam (estado ou região). Sempre que necessário, cabia às agências regionais do SNI a coordenação das atividades de informações dos diversos órgãos de informações das áreas correspondentes e ao DPF a integração entre as diversas comunidades. Os órgãos de informações das polícias militares e da alçada das Secretarias de Segurança dos estados não pertenciam ao SISNI, mas com ele colaboravam por meio de canais técnicos.⁵⁵

O núcleo mineiro dessa comunidade era formado pela Agência de Belo Horizonte do Serviço Nacional de Informações (SNI/ABH), a 4ª Divisão do Exército (4ª DE), a 2ª seção da 4ª Região Militar (4ª RM)⁵⁶, 4ª Brigada de Infantaria Leve - Montanha (4ª Bda, antiga ID/4) , o Comando da 3ª Zona Aérea /Destacamento de Base Aérea de Lagoa Santa, o Centro de Informações da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal (SR-DPF-CI), a Polícia Militar (G2)⁵⁷, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG)⁵⁸, a Capitania de Portos (na cidade de Pirapora) e, após 1971, a Coordenação Geral de Segurança (COSEG/SESP)⁵⁹. Cada partícipe da comunidade contribuía com o que lhe determinava sua legislação regulamentadora, ou com o que suas atividades rotineiras favorecia a título de informes. Embora seja possível supor que também havia redes de informações informais, ainda não há apoio nas fontes pesquisadas que sustentem essa hipótese.

Certo é que a ramificação do serviço secreto brasileiro fez crescer a demanda por um centro de formação de pessoal especializado para atuarem na área, afinal, mesmo no caso do SNI, “apenas parte de seus quadros haviam passado pelos bancos escolares da ESG e das escolas do Exército, e mesmo assim o ensino nessas instituições era considerado vago e,

⁵⁴ Manual de Informação e Contra-informação do Departamento de Polícia Federal. 197?, P. 8.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁵⁶ Esta unidade militar abrigava o Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) em Minas Gerais.

⁵⁷ Em 1975 um Decreto estabeleceu que a G2 passaria a ser denominada PM/2, mas sua estrutura original permaneceu. A PM mineira também mantinha nesse período um Centro Avançado de Informações (CAI).

⁵⁸ Análises documentais indicam que, após o ano de 1976, o DOPS/MG não mais fez parte da Comunidade, em termos de arquivo de Informações, tendo sido substituído pela Coordenação Geral de Segurança.

⁵⁹ Na verdade, todas as unidades militares do estado trabalhavam informações políticas, porém, foi possível determinar a existência desse núcleo em Minas a partir do documento contido na pasta 3980 dos arquivos do DOPS/MG, combinado com a listagem dos temas, assuntos e organizações que acompanhou o acervo documental da COSEG quando foi transferido para o Arquivo Público Mineiro. Mas é importante frisar que, até o ano de 1970, as informações políticas não eram compartilhadas por uma rede regional. Havia outros critérios para esse procedimento, por exemplo, até o ano de 1970, fazia parte do círculo de compartilhamento do DOPS mineiro também o DOPS de São Paulo, o da Guanabara, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o da Aeronáutica (CISA) e o do Exército (CIE).

portanto, insuficiente.”⁶⁰. Com essa missão foi criada, em 1971, a Escola Nacional de Informações (EsNI), que mostrou haver muita vontade política por parte do presidente Médici, para atender a demanda do SNI de capacitação de pessoal e aprimoramento dos serviços de informações no Brasil, que correspondesse as diretrizes da época para o campo da segurança.

Subordinada ao chefe do SNI e estruturada com amplo apoio norte-americano⁶¹, entre as principais atribuições da EsNI estavam a formação de civis e militares para atender às necessidades de informações e contrainformações na esfera do Sistema Nacional de Informações (SISNI), e elaborar mais uma doutrina nacional de informações. Segundo o seu idealizador, general Enio Pinheiro, a escola não era tão bem equipada como a da CIA ou a do FBI (Federal Bureau of Investigation) nos Estados Unidos, onde muitos militares de alta patente receberam curso de informações, mas, por outro lado, a brasileira possuía instalações bem melhores e maiores. Relata ainda que, a partir de 1972, quando a Escola entrou em pleno funcionamento, os cursos de informações oferecidos pelo CEP (Centro de Estudos do Pessoal do Exército) e pela Escola Superior de Guerra (ESG), que em sua avaliação tinha o melhor curso de analista de informação do Brasil até então, foram transferidos para a nova escola em Brasília⁶².

Arquivos da ditadura/Arquivo da COSEG

A marcante característica repressiva do período de ditadura militar absorveu muito a atenção de pesquisadores, porém, gerando mais pesquisas sobre os órgãos de execução, em relação aos de informações. Certamente em razão do caráter sigiloso de suas atividades, até o final da década de 1990 poucos conheciam a COSEG, quando os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito formada para apurar a destinação dos arquivos do DOPS/MG (CPI do DOPS) a retirou das sombras, não sem antes sofrer algumas tentativas de impugnação.

Durante a CPI, o deputado Adelmo Carneiro Leão, do Partido dos Trabalhadores (PT), autor do pedido de Inquérito, atentava para o fato de que os trabalhos daquela Comissão ainda estarem muito obscurecidos por não se conhecerem bem os arquivos do DOPS. As fichas de identificação de crimes políticos com o timbre de um desconhecido órgão chamado COSEG que por vezes apareciam na mídia, traziam consigo dúvidas quanto a sua origem e

⁶⁰ FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005. Rio de Janeiro: editora Record, 2005, P. 221.

⁶¹ ANTUNES. SNI e ABIN, p. 58.

⁶² D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO. Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133.

autenticidade. Perguntava o deputado se havia algum “poder paralelo” que detinha as informações e os arquivos do período da ditadura militar.

Quando já esclarecido que a COSEG operava informações da área de segurança no âmbito da SESP/MG, o então secretário de segurança pública, Santos Moreira da Silva, foi indagado pela CPI sobre a possibilidade de abertura dos arquivos da COSEG referente ao período da ditadura. O secretário vetou veemente a possibilidade, chegando a afirmar que “o processo de microfilmagem, já disse, naquela época, era um processo completamente arcaico. (...) Então é praticamente impossível rodar 400 microfimes para buscar qualquer informação que possa ter sido inserida”⁶³. Portanto, ele contrariava a informação dada por outro depoente, o ex-chefe da COSEG, delegado Ediraldo Brandão, de que a microfilmagem dos documentos era um grande passo no que se refere a recuperação da informação produzida pelo órgão naquele período. Enfatizava, Santos Moreira, que seria uma irresponsabilidade com o cargo que ocupava no executivo mineiro permitir a abertura de documentos que colocassem em risco ações policiais de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, por exemplo, uma vez que a COSEG cuidava das informações inerentes à segurança pública como um todo. Embora tenha sido chefe da Corregedoria de Polícia durante a ditadura, o secretário afirmou não saber se existia nos arquivos da COSEG alguma informação de ordem política.

Por outro lado, o delegado Ediraldo Brandão julgava não haver nenhum problema em se transferir os arquivos da COSEG para o Arquivo Público Mineiro (APM), desde que houvesse lei para que isso acontecesse e que as informações contidas fossem analisadas *sem preconceito*, pois, em seu entendimento, a Polícia Civil estava sendo julgada por ter apenas cumprido sua missão, “embora, bem ou mal, *alguns devam ter extrapolado*”.⁶⁴

O acesso ao conteúdo dos microfimes da COSEG pelos membros da CPI aconteceu por meios judiciais, após um dos membros da Comissão solicitar à Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa de Minas Gerais um Parecer técnico/jurídico sobre o caso. Após a análise por amostragem dos microfimes, os técnicos da ALMG constataram que se tratava de uma documentação muito semelhante à que fora encontrada nos arquivos do DOPS, e até mesmo complementar. Essa análise somada ao depoimento do delegado Ediraldo Brandão evidenciou também que todo o serviço de informações, antes exercido no âmbito do DOPS –

⁶³ Notas taquigráficas do depoimento de Santos Moreira da Silva à Comissão Parlamentar de Inquérito formada para apurar a destinação dos arquivos do DOPS/MG (CPI do DOPS), vol. I, p. 628-29.

⁶⁴ Cumprir missão, extrapolar. Esses e outros discursos de agentes de segurança envolvidos direta ou indiretamente em ações de extrema violência foram analisados em trabalho de HUGGINS, HARITOS-FATOUROS E ZIMBARDO (2006), no qual os autores concluem que “os operários da violência manipulavam habilmente a linguagem para ocultar, tergiversar, negar e mentir para si próprios e para os outros.” P. 359.

o que contempla a manutenção de prontuários, o processo de análise, disseminação e o arquivo de informações –, a partir de 1976 passou a ser feito na COSEG. Até mesmo parte dos documentos que compunham os arquivos do DOPS foi transferido para compor o banco de dados da COSEG.

Convidado a expor na CPI seu conhecimento a respeito da liberação dos arquivos do DOPS de outros estados da União, foi o então deputado federal Nilmário Miranda, também do PT quem sugeriu que, por meio de uma emenda à lei que transferia os arquivos do DOPS para o APM, se transferisse também os arquivos da COSEG, argumentando que, se de fato o DOPS deixou de arquivar as informações da repressão política e que a ditadura continuou depois disso, certamente a COSEG, tendo em vista a Lei de Segurança Nacional, prosseguiu nessa tarefa de produzir e arquivar informações de cunho político-social que serviam à repressão. Os arquivos do DOPS foram transferidos naquele mesmo ano de 1998, mas os da COSEG somente foram franqueados ao público com o Decreto nº 46.143 de 2013, ato efetivado apenas no ano seguinte.

De fato, embora tenhamos uma literatura acadêmica que explica e problematiza a atuação dos serviços de informações, escassos ainda são os estudos históricos que tratam dessa atividade quando realizada por setores de segurança pública estaduais. É também nesse sentido que nossa pesquisa deseja contribuir, por isso, o conjunto documental acumulado pela Coordenação Geral de Segurança, que atualmente integra o acervo do Arquivo Público Mineiro, se constitui na principal fonte para sua realização. São inúmeros documentos do tipo administrativo, tais como ofícios, memorandos, portarias, além dos classificados como operacionais como os informes, informações, estudo de situação, pedidos de busca, entre outros. Fazia parte dos trabalhos da COSEG arquivar recortes de jornais, documentação apreendida taxada como subversiva, realizar gravação de programas de rádio e televisão, estudos para a área da segurança, entre outros. Os assuntos contidos contemplam os campos político, econômico, psicossocial e da subversão, termos utilizados pelo próprio órgão.

Respondendo a perguntas sobre o campo de atuação da COSEG e os critérios de arquivamento de seus conjuntos documentais, o já citado delegado Ediraldo Brandão afirmou que havia na época uma linha de conduta na segurança pública voltada para fazer o levantamento dos *antagonismos*, ou seja, potenciais conflitos em todos os assuntos que pudessem ser de interesse do secretário de segurança. O delegado acrescentou que na busca desse repertório completo, também os delegados de todos os municípios participavam da construção desse banco de dados informando, periodicamente, tudo com relação à população, número de viaturas, eleitores, vereadores e prefeitos eleitos em suas jurisdições.

Tudo isso confere ao acervo um caráter particularmente diverso e rico. É comum encontrar nele registros próprios do universo do chamado crime comum, como furto, homicídio, prática de jogos de azar (especialmente a partir de meados da década de 1980), ou outros relacionados à segurança nacional, como as organizações de esquerda, partidos políticos e suas dissidências, os movimentos sociais, os de representação estudantil e de classe, além de muitos dados sobre a política nas esferas municipal, estadual e federal. Vale ressaltar que são limitadas as condições atuais de pesquisa a essa documentação, sobretudo pela quase ausência de tratamento arquivístico, tal como um instrumento de busca que abarque todo acervo.

Os documentos desse acervo abrangem o período de 1971 a 2000, tendo sido microfilmados a partir do ano de 1983 como parte de um programa de racionalização administrativa praticado pelo governo estadual. No total são 521 rolos originais, sendo que cada um tem aproximadamente duas mil imagens. Na ausência de instrumento de busca detalhado seria necessário abrir e ler cada rolo de microfilme. Como isso seria inviável, para esta pesquisa foram selecionados alguns rolos que pareciam mais promissores, conforme critérios de data e título das pastas, priorizando a diversidade de assuntos dentro dos campos de atuação da COSEG: segurança interna, segurança pública, informações internas e coordenação de operações.

Por se tratar de uma documentação nunca antes pesquisada na condição de conjunto documental, espera-se que um conhecimento mais aprofundado do órgão seja estímulo ao interesse de mais pesquisadores e que o acervo da COSEG seja fonte empírica para futuras pesquisas.

Teorias, Métodos Aplicados e Objetivos

Com base no conhecimento exposto até aqui pudemos definir os objetivos da pesquisa sobre a COSEG: revelar os agentes motivadores de sua criação e compreender sua estrutura, funcionamento e *modus operandi*, buscando determinar quais eram suas competências específicas, bem como estudar sua atuação de fato. Com isso, pretende-se lançar luz sobre as espécies de informações que faziam parte das demandas de trabalhos entre os delegados, detetives e especialistas em informações que atuavam na segurança pública e na segurança interna, durante as décadas de 1970 e 1980, além de entender como operava a comunidade regional de informações da qual faziam parte. Buscou-se atentar também para as prioridades da COSEG, sobretudo tendo em vista seu lugar de importância estratégica na estrutura orgânica da Secretaria.

Nesse sentido, no primeiro capítulo da dissertação, examinamos os pontos que tiveram relação direta com o processo histórico de criação da COSEG, revelando aspectos que incluem o uso de influência por parte de agências norte-americanas ligadas ao setor de segurança pública, ingerência militar, manobras para assegurar o controle do governo estadual sobre as ações isoladas ou conjuntas da PMMG e PCMG, em meio a um quadro de modernização da Polícia Civil e fortalecimento na área de segurança interna.⁶⁵ Para a análise construída no capítulo os conceitos de evento e de estrutura presentes na obra de Reinhart Koselleck foram de grande valia.

Na segunda parte do livro *Futuro Passado*, “Sobre a teoria e o método de determinação do tempo histórico”, Koselleck chama atenção para as diferentes extensões temporais desses dois conceitos, no campo de experiência do movimento histórico. Para o autor, apesar das circunstâncias ao longo das quais se dá um evento (seu antes e seu depois) poderem ser estendidas, sua coerência permanece presa a uma determinada sucessão temporal, perceptível no plano da longa duração, e como resultado tem-se duas implicações: interdependência e tensão entre essas temporalidades. O autor afirma que as constantes temporais de quaisquer estruturas “ultrapassam o campo de experiência cronologicamente registrável dos indivíduos envolvidos em um evento. [Assim] Os eventos são provocados ou sofridos por determinados sujeitos, mas as estruturas permanecem supra-individuais e intersubjetivas” (KOSELLECK, 2006, p. 136). Com base nessa teoria, os agentes motivadores da criação da COSEG puderam ser analisados dentro de uma linha temporal mais elástica, que abarcou o desenvolvimento da área de informações, as questões de fundo ideológico e a cristalização de saberes, costumes e práticas dentro da Polícia Civil.

De tal modo, a interpretação do nosso problema histórico como sendo um *evento* (o processo de criação e institucionalização da COSEG) dentro de uma estrutura caracterizada por uma cultura política autoritária e repressora, sujeitou as hipóteses sobre a criação da COSEG ora a conjuntura ora aos processos de média e longa duração, sem que uma necessariamente invalidasse a outra.

⁶⁵ O artigo conjunto de Motta e seis de seus bolsistas que trabalharam na organização dos arquivos do DOPS/MG constituiu a primeira tentativa de compreender os motivos para a criação da COSEG e suas funções, porém sem aprofundar no assunto, pois o objetivo do texto que fora publicado no ano de 2003 na revista *Varia História* era apresentar uma discussão teórica sobre direito à informação e analisar a trajetória do DOPS. Posteriormente, duas dissertações de mestrado defendidas na Universidade Federal de Minas Gerais, respectivamente, na Escola de Ciência da Informação e no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas abordaram a COSEG. Na primeira, Shirlene Silva (2007), ao tratar dos problemas no acesso aos arquivos do DOPS/MG, traz à tona alguns dados sobre a COSEG. Na segunda, Juliano Furtado (2012) analisa a tentativa do governo mineiro de integrar as forças policiais do Estado entre 2000 e 2007, destacando a COSEG como a primeira tentativa nessa direção.

No segundo capítulo nos propusemos a analisar o processo de institucionalização⁶⁶ da COSEG e, a partir daí, estudar sua estrutura, funcionamento e relação com a comunidade regional de informações, por meio da análise de seu Regimento Interno e de dados extraídos tanto de documentos do acervo da própria COSEG quanto os de outros órgãos do sistema de segurança que operavam no período. Concluímos que o trabalho da COSEG foi eficiente e útil aos propósitos que levaram à sua criação, ao ponto de se fazer necessária sua ampliação a partir de meados dos anos 70, mesmo se tratando do período em que a ditadura já havia conseguido neutralizar a oposição com a forte repressão estatal ocorrida especialmente entre 1968 e 1974.

Ainda no segundo capítulo, empenho especial foi também dedicado à relação entre a COSEG e a polícia política, isso porque, em Minas Gerais, assim como a COSEG, o DOPS integrava a Secretaria de Segurança Pública estadual, ou seja, era formado por quadros da Polícia Civil. Entre as principais atribuições do DOPS estava fiscalizar o emprego, comércio e tráfico de armas, munições e explosivos e prevenir e reprimir os crimes ditos contra a segurança nacional, com atribuição jurisdicional em todo território do estado de Minas Gerais⁶⁷. A missão de prevenir levou ao estabelecimento de um serviço secreto no DOPS, que realizava a busca de informes, produzia informações e planejava a execução das ações de policiamento e choque (contenção e/ou detenção). A principal questão que se buscou responder é como ficou a distribuição das atribuições em relação ao crime político entre DOPS e COSEG?

No terceiro capítulo tratamos da atuação da COSEG em matéria de ordem pública e de segurança interna e de seu comportamento institucional em relação à comunidade de informações, por meio da análise de alguns de seus documentos operacionais. Essa abordagem buscou revelar os aspectos relevantes do processo de coleta, classificação, manipulação, avaliação, arquivamento e difusão dos documentos produzidos pela COSEG, para além das orientações regulamentadoras.

Cientes de que a maior parte dos analistas de informações que atuaram na COSEG tiveram formação na EsNI, bem como afirmou em depoimento o delegado Ediraldo Brandão, entendemos que houve um aperfeiçoamento de suas técnicas e padronização dos procedimentos operacionais. No entanto, a historiografia mostra que os serviços secretos mantiveram-se sistematizando formas de inculpação com o objetivo de “gerar culpados em

⁶⁶ Entenda-se, aqui, por institucionalização “um processo através do qual organizações e procedimentos adquirem estabilidade e valor” (HUNTINGTON, 1975, *apud* CEPIK, 2003, p. 14).

⁶⁷ APM. Fundo DOPS/MG, pasta: 3980.

quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista de que estavam tomados”⁶⁸. Assim nos pareceu pertinente avaliar o papel da tradição anticomunista nos serviços de informações, a partir da análise de documentos operacionais produzidos pela COSEG.

Em razão de a tarefa abarcar os contextos de abertura e redemocratização, incidindo sobre a história recente do Brasil, cuidados especiais foram reservados a possíveis usos políticos do passado, do ponto de vista ético, e com a mobilidade de suas fronteiras temporais, pela perspectiva metodológica⁶⁹. Observando os desafios e avanços oriundos da experiência de historiadores com a chamada História do Tempo Presente, esta proposta de análise nos levou a “olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação” (Delgado e Ferreira, 2013, p. 23). Os vestígios do passado no presente puderam ser observados na atual situação da inteligência de segurança pública em Minas Gerais, haja vista que, atualmente, “os setores de inteligência estão, cada um, querendo preservar a sua própria autonomia”⁷⁰, algo diferente da integração ocorrida no contexto de ditadura militar, que se mostrou eficiente na supressão da luta armada e no abafamento da oposição ao regime.

⁶⁸ FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 100-101.

⁶⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. & FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente e Ensino de História*. Revista História Hoje - vol. 2, nº 4, p. 19 a 34 - 2013.

⁷⁰ Trecho da entrevista que Luis Flávio Saporì concedeu a Juliano Furtado, em 18 de novembro de 2011, para sua pesquisa acadêmica. Saporì foi secretário adjunto da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais entre 2003 e 2007. Apud: BRANDÃO e CEPIK, 2013 – capítulo 7, p. 186.

CAPÍTULO I: As origens da COSEG

Um Relatório Especial de Informações sobre a situação política e social em Minas Gerais, produzido pelo serviço de Informações da 4ª Região Militar em Juiz Fora (2ª seção/4ª RM) em maio de 1969 e classificado como secreto, detalhava graves falhas na administração de Israel Pinheiro que, conforme apurado por aquela Unidade, não espelhava em sua vida pregressa os postulados da revolução de 64. A visão negativa dos militares em relação a esse governador se estendia a boa parte do executivo mineiro, em especial a Secretaria de Agricultura, Educação, Finanças e Segurança. Em relação a essa última, o analista destacou:

É sensível o descontrole existente na Secretaria de Segurança, que além de não coordenar os diversos órgãos a ela subordinados, de agir em paralelo com a PMMG, de não apresentar a eficiência desejável na conjuntura atual, está sujeita e submissa à injunções políticas de todo prejudiciais ao seu bom funcionamento. No âmbito desta Secretaria é notória a corrupção, não com a conivência direta do secretário, - cuja conduta neste sentido nos parece absolutamente fora de suspeitas - mas sobre a pressão de políticos da situação, que valendo-se de suas influências, dominam inteiramente as delegacias do interior.⁷¹

As críticas afetavam alguns pontos relacionados à segurança pública nos quais a ditadura militar justificava sua ingerência, entre eles, ausência de coordenação entre as polícias estaduais e a corrupção. Porém, grande tônica foi dada a falta de eficiência para lidar com os problemas da conjuntura, uma vez convictos de que a “guerra revolucionária”⁷² estava em curso e precisava ser contida.

⁷¹ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal - BR_DFANBSB_ZD_0_0_0005C_0004, p. 10.

⁷² Conforme COMBLIN (1978, p. 44-45), a ideia de guerra revolucionária que foi formada por pessoas ligadas ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, partia da análise dos escritos de Mao Tse-tung, Ho Chi-minh, Giap e Che Guevara. O conceito formulado foi utilizado para preparar oficiais latino-americanos que foram receber treinamento na Escola das Américas, no Panamá. Era de simples entendimento e perfeitamente assimilável ao da Guerra Fria: a guerra revolucionária é uma guerra permanente e onipresente, pois “em toda a parte haverá a presença do comunismo internacional; em toda parte uma guerrilha potencial”. Essa leitura deu origem a três princípios básicos: 1) ela é uma estratégia do comunismo internacional; 2) ela é um modelo que serve para compreender todas as outras manifestações “radicais” (guerra de libertação nacional, guerrilhas, subversão, terrorismo, etc.); 3) ela é uma nova técnica. Porém, estudos mais recentes, como o cientista político João Roberto Martins Filho, chamam a atenção quanto à origem do conceito de guerra revolucionária, que teria surgido no interior do oficialato Francês, em razão de “uma preocupação obsessiva no sentido de apreender as lições da guerra da Indochina (Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, nº 67, p. 40).” Conforme apurado pelo autor, a Doutrina de Segurança Nacional formulada na ESG brasileira teria sido influenciada mais pela escola francesa do que pela americana.

As mentes por trás do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), constituído em 1970 no âmbito da Estratégia de Segurança Interna, contabilizaram mais de 14 organizações revolucionárias⁷³ espalhadas pelo Brasil durante a ditadura militar que optaram pela derrubada do governo através da luta armada seja em meio urbano ou rural. Embora anteriormente comunistas já houvessem tentado levantes armados, do ponto de vista da repressão, tanto a forma de resistência e atuação das esquerdas armadas entre 1967 e 1974 (suas novas táticas e melhor organização das ações), como também a fragmentação desses grupos foram consideradas novas estratégias, afinal, monitorar várias organizações demandava mais tempo, pessoal, equipamentos e, conseqüentemente, verba. Por isso a opção em se investir em Inteligência como estratégia de repressão, na qual ameaças reais ou potenciais recebiam o mesmo violento tratamento, sobretudo diante do diagnóstico de que nem as polícias estaduais, tampouco a jovem Polícia Federal estariam estruturadas e capacitadas para realizar a missão de conter ou eliminar divergências dessa natureza.

Portanto, era a chamada radicalização das esquerdas que estava servindo de justificativa para a formação de grandes centros destinados à segurança interna. Conforme o sistema de repressão estatal, esses grupos de esquerda estariam atuando sob influência do que era discutido nas reuniões da OLAS⁷⁴, bem como dos manuais de guerrilha de Che Guevara (A Guerra de Guerrilha, de 1960) e de Régis Debray (Revolução na Revolução, de 1967), que estariam estimulando e norteando as ações de militantes, além de fortalecer sua disposição psicológica para suportar as pressões da vida clandestina e as situações de “queda”. Em relação a essa suspeita, é importante atentar para as ofensivas de guerrilha urbana e rural que de fato estavam em curso por todo país, sobretudo a partir de 1967⁷⁵, assim como para a

⁷³ Destaque para as organizações do tipo guerrilha: Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Resistência Democrática (REDE), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Operário Comunista (PCO), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Fração Bolchevique Trotskista (FBT), Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML-B), Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Ala vermelha do PC do B, Corrente revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE).

⁷⁴ A Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) foi uma conferência convocada por Cuba para fundar um movimento de solidariedade e coordenação das organizações que, no continente, de alguma forma compartilhavam das propostas estratégicas da Revolução Cubana. A reunião realizou-se em Havana de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, sob o impacto da divulgação da carta de Ernesto Che Guevara a Fidel Castro, revelando que se encontrava numa frente guerrilheira. Verbetes Enciclopédia Latino-Americana. Editora Boitempo. Encontrado em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/o/olas>.

⁷⁵ Faziam parte das ações da guerrilha urbana, que foi a mais amplamente utilizada no Brasil, assaltos à bancos e casas comerciais (expropriação, na linguagem dos militantes); roubos de veículos, roubo de armamentos de unidades militares, sequestros de autoridades estrangeiras, justicamentos, entre outras. Todo o arrecadado normalmente destinava-se a manutenção da própria guerrilha. As repercussões muitas das vezes amplificadas

resposta dada a elas pelo sistema de repressão. Porém, na ótica dos órgãos de repressão havia também os outros meios de pressão.

Fechados os canais democráticos no qual se fazia o “trabalho de massas”, as organizações de esquerda que não foram para a luta armada, assim como os que resistiam individualmente, mudaram de tática no intuito de minar o sistema político-social então vigente através das vias autorizadas pela legislação autoritária pós-Constituição de 67.⁷⁶ Isso ocorreu especialmente nos meios de grande potencial de propagação de opinião, como o estudantil, entre os membros mais progressistas da Igreja, a imprensa, a indústria cultural, entre outros. Conscientização feita com a devida sutileza para não chamar a atenção da censura ou da polícia política, muito embora frequentemente isso acontecesse. Destes feitos depreende-se que a ditadura fizera uma acertada leitura da conjuntura, na medida em que as ações tanto da luta armada, quanto da chamada via democrática se tornavam mais contundentes. Porém, fechando os olhos para o fato de que foram os próprios militares e seus apoiadores os arquitetos do ambiente asfíxiante no qual se desenrolava toda a trama.

Portanto, para prevenir, neutralizar e reprimir as manifestações antiditatoriais e os crimes contra a segurança nacional, três palavras sintetizam as estratégias dos órgãos de segurança e de informações na primeira metade da década de 70: integração, planejamento e coordenação⁷⁷. Eram justamente esses os pontos de questionamento pelos militares, na medida em que sua ausência limitava enormemente a capacidade operacional das polícias estaduais no desempenho dessas tarefas. Para possibilitar tal rearranjo que conferisse essas características à área da segurança pública, foram tomadas algumas medidas essenciais.

dessas investidas causavam, frente à sociedade, constrangimentos para as polícias, mas, principalmente, para os militares.

⁷⁶ Com exceção de alguns militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se manteve sempre na resistência democrática.

⁷⁷ Vale mencionar que a utilidade em se compor centros de segurança com essas características, não se trata somente de melhorar a relação entre as polícias com jurisdições em um mesmo estado, assim como, também, não data apenas do período de ditadura militar. Em artigo sobre a polícia política mineira, publicado em 2006 na revista do Arquivo Público Mineiro, Rodrigo Motta lembra que no Congresso dos Chefes de Polícia, realizado no Rio de Janeiro em 1936, para além do objetivo central do evento, que era estreitar laços entre as polícias estaduais, “cogitou-se a possibilidade de federalização da polícia política, ou seja, de retirar as delegacias especializadas do controle dos Estados para criação de uma polícia federal efetiva, cujo raio de ação não se restringisse ao Distrito Federal” (p. 59). Na época, essa polícia tinha status de polícia federal, por responder diretamente ao Ministério da Justiça e ao Presidente da República, embora não pudesse atuar fora do estado carioca. A federalização ocorreu em 1944, mas não houve a centralização proposta, no sentido de desmantelamento das polícias políticas estaduais. Sobre o assunto, Luís Reznik (2004) assegura que a transformação da Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) reacendeu a preocupação com a ausência de uniformização e centralização dos procedimentos de vigilância e repressão indispensáveis ao melhor desempenho de toda estrutura policial, sobretudo para o combate dos crescentes movimentos sociais e da ameaça do “perigo vermelho”. A Divisão de Polícia Política e Social (DPS) teria sido criada na estrutura orgânica do DFSP com o propósito de suprir essa deficiência.

1.1) As Ordens do Dia

O Seminário de Segurança Interna de fevereiro de 69

Visando a aperfeiçoar a coordenação e eficiência dos órgãos repressivos, a primeira providência foi de iniciativa do Governo Federal e do Conselho de Segurança Nacional para realização do I Seminário de Segurança Interna, ocorrido em Brasília em fevereiro de 1969, na Academia Nacional de Polícia. Neste estavam presentes os Secretários de Segurança Pública de todos os estados, além dos Comandantes das Polícias Militares, os Superintendentes Regionais da Polícia Federal e membros da Seção de Segurança Pública (Office of Public Safety – OPS-Brasil), uma divisão da Agência [norte-americana] para o Desenvolvimento Econômico Internacional (Agency for International Development – AID). A reunião foi conduzida pelo então ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva e pelo general Carlos de Meira Mattos, chefe da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM).

A grande pauta desse Seminário era a urgente necessidade de integração dos órgãos de segurança interna⁷⁸. A integração deveria obedecer os limites de competência da União e dos Estados-membros, isso porque, nos termos da Constituição Federal de 1967 e do art. 39 do Decreto-Lei nº 200 do mesmo ano, o Ministério da Justiça teria a atribuição de elaborar as diretrizes necessárias ao planejamento da segurança interna pelos órgãos civis, assim como coordenar, através da Polícia Federal, a sua execução em todos os níveis de governo. À IGPM, criada também em 1967 junto ao Ministério do Exército (da Guerra), cabia cuidar dos assuntos de ordem Ministerial, relacionados às Polícias Militares. Sendo essas responsáveis por atuar de maneira preventiva e repressiva, em seus respectivos estados, nos casos de perturbação da ordem, estariam elas também incumbidas da segurança interna e a IGPM de orientá-las com normas e diretrizes, fato que também justifica a escolha das autoridades que presidiram o encontro.

Nessa reunião discutiram-se as linhas gerais de outra estratégia, cuja origem era o Palácio do Planalto, que designava a elaboração de dois planos, um de responsabilidade do Ministério da Justiça – Plano Político de Segurança Interna – e outro a cargo do Estado Maior

⁷⁸ Os órgãos responsáveis pela segurança interna naquele período eram classificados em: *normativos e de coordenação* (Ministério da Justiça, Estado Maior das Forças Armadas, Inspeção Geral das Polícias Militares), *de assessoramento* (Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações), *de informações* (SNI, seções de informações de todas as Forças Armadas, Divisão de Informações do DPF, DSIs dos Ministérios Civis, os serviços secretos das Polícias Civis (DOPS) e Militares); *de execução* (PF, Polícias Civis e Militares).

das Forças Armadas (EMFA) – Plano Militar de Segurança Interna. Esses dois planos seriam o desdobramento do Planejamento de Segurança Interna em Situação de Paz.⁷⁹

Com base em todo esse conhecimento, a representação do Estado de São Paulo nesse seminário, na figura do Secretário de Segurança Pública, prof. Hely Lopes Meirelles, sugeriu que

Em cada Estado da Federação, poder-se-ia constituir uma ‘Comissão de Segurança Interna Estadual’, integrada pelo Comandante da área militar, pelo Secretário de Segurança Pública (ou Chefe de Polícia), pelo chefe do SNI [da agência local] e pelo Delegado Regional da Polícia Federal. Essa Comissão teria a responsabilidade do planejamento da segurança interna da área estadual e do assessoramento das autoridades civis e militares superiores, em assuntos de policiamento da área. Para suas reuniões periódicas, poderiam ser convidadas ou convocadas outras autoridades ou pessoas ligadas ao assunto a ser debatido, diante da conjuntura regional ou de fatos que afetem ou possam afetar a segurança interna do Estado.⁸⁰

Os consultores da OPS presentes no Seminário teriam elogiado a proposta, argumentando “que a integração e a centralização das forças de segurança do Brasil constituíam ‘elementos vitais no planejamento estratégico da segurança nacional (...)’”⁸¹.

Parte da literatura que inclui análises sobre a formação do aparato repressivo neste período conclui que neste Seminário foram elaboradas as bases do que viria a ser a Operação Bandeirantes (OBAN)⁸², mas a leitura do documento feito pela Secretaria de Segurança de São Paulo para o encontro, oferece elementos que apontam em direção diversa dessa dedução. Em vista desse fato, aqui cabe um parêntese.

A grande maioria dos autores que dissertaram sobre as origens da OBAN escreveram baseados no livro que o jornalista e ex-presos político Antônio Carlos Fon publicou em 1979, utilizando uma entrevista com o ex-Secretário de Segurança, Hely Lopes Meirelles, entre outras fontes. Porém, neste mesmo livro é mencionado que a ordem para montagem de um organismo que combinasse integrantes das três Polícias e das Forças Armadas havia sido ditada muito antes deste seminário, citando o próprio Hely Meirelles, que afirmava tê-la recebido em fins de 1968.⁸³ No documento gerado em razão do Seminário, além de se propor

⁷⁹ I Seminário de Segurança Interna: Sugestões para integração dos órgãos de segurança interna. Brasília, fevereiro de 1969. Arquivo Nacional. Academia Nacional de Polícia. A.N. Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica: BR_DFANBSB_VAZ-19.21, p. 4.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 9.

⁸¹ HUGGINS, Polícia e Política, p. 168.

⁸² Podendo citar HUGGINS (1998); FICO (2001); FIGUEIREDO (2005); JOFFILY (2008).

⁸³ FON, Antônio Carlos. Tortura: A História da Repressão Política no Brasil. São Paulo: Global Editora, 1979, P. 18.

a formação da Comissão estadual destacada na citação anterior, havia também uma sugestão ao Ministério da Justiça para a elaboração de Portaria determinando que para o planejamento e execução das operações de segurança interna deveriam atuar no âmbito Federal, integradamente com o Ministério da Justiça: o Conselho de Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informações e o Departamento de Polícia Federal. E no plano estadual somariam esforços junto à Secretaria de Segurança Pública: a Polícia Militar e a unidade regional da Polícia Federal e do SNI⁸⁴. Nota-se assim que não há muita semelhança entre a forma como a OBAN foi organizada e as propostas de estruturação do aparato repressivo apresentadas no I Seminário de Segurança Interna, que tenderam mais para uma integração do tipo Órgãos de Assessoria e Coordenação, como os Conselhos de Defesa Interna (COnDIs) do que para a formação de um Órgão de Execução como a OBAN.

É sabido que a iniciativa de criação da OBAN foi militar, e que recebeu incentivos do governo estadual paulista e financiamento de empresários locais e de empresas nacionais e multinacionais. O órgão estava estruturado em três pilares: a Central de Operações, a Central de Difusão e a Central de Informações. Vinculada a essa última, estava a Coordenação de Execução, seção de importância fundamental nesse arranjo, devido a sua incumbência de coordenar as operações de busca e captura, investigação, interrogatório e análise de informações⁸⁵.

A ideia básica era centralizar o comando e militarizar as operações, “coordenar as atividades das diversas organizações policiais e militares de segurança interna do estado e facilitar a coleta rápida de informações”⁸⁶. Portanto, a mão-de-obra era mista: entre as forças militares, homens da Marinha, da Aeronáutica, mas preponderantemente do Exército, somados a elementos provenientes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (agentes do DOPS, investigadores e policiais militares).

Embora criada extra-oficialmente, a OBAN foi exemplar, pois, além de demonstrar o quanto eficiente poderia ser a efetiva coordenação de forças, o experimento funcionou como modelo para a constituição dos Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna, resguardadas as devidas diferenças. Formados a partir de 1970, no contexto em que os militares passaram a exercer controle o operacional das polícias

⁸⁴ I Seminário de Segurança Interna: Sugestões para integração dos órgãos de segurança interna. Brasília, fevereiro de 1969. Arquivo Nacional. Academia Nacional de Polícia. A.N. Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica: BR_DFANBSB_VAZ-19.21, p. 10.

⁸⁵ JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: EDUSP, 2012, p. 35.

⁸⁶ HUGGINS. Polícia e Política, p. 175-77.

estaduais para repressão aos crimes políticos, os DOI-CODIs mantiveram composição e estrutura orgânica bastantes semelhantes a da OBAN, porém com *status* oficial.

Contudo, embora o I Seminário de Segurança Interna pode não ter sido tão relevante para a criação da OBAN e do sistema DOI-CODI, teve importância no modelo de integração e coordenação das polícias estaduais empregado para a criação de órgãos como a COSEG.

A organização burocrática

Ainda no primeiro semestre de 1969, o governo federal estabeleceu medidas para que os princípios fundamentais que norteavam a Reforma Administrativa definida pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, em fase de implementação no âmbito federal, fossem adotados pelos governos estaduais. Com essa finalidade foi editado o Ato Institucional nº 8, de 02 de abril de 1969, que atribuía competência ao poder executivo dos entes federados com população superior a duzentos mil habitantes para realizar suas respectivas reformas administrativas, permitindo que no plano estadual fosse legalmente possível redefinir cargos sem que isso gerasse grandes encargos aos estados ou à União, o que no vocabulário jurídico atual seria o “regime especial de trabalho”. A partir deste Ato foi possível alterar a denominação ou reclassificar cargos em comissão, transformar funções gratificadas em cargos comissionados e declarar a extinção de cargos. Essa deliberação foi bastante útil para o remanejamento do pessoal que iria compor a COSEG, ao viabilizar a efetivação, nos órgãos de Polícia Civil, de detetives que atuavam sem vínculo, servindo também à realocação de servidores públicos para exercerem funções para a qual originalmente não foram admitidos. Ainda no campo da legislação, no caso específico de Minas, a Lei Orgânica da Polícia Civil, de dezembro de 1969, no seu artigo 8º, prevenia quanto a possíveis alterações na estrutura orgânica da instituição, quando aventou a possibilidade de “instituir novos órgãos, na medida da conveniência e interesse dos serviços policiais civis e visando sua maior eficácia”.

O pioneirismo da SESP de São Paulo e a “Diretriz Presidencial de Segurança Interna” de 1970

Como foi visto, o principal objetivo do Seminário de fevereiro de 69 era que as medidas propostas resultassem num melhor entrosamento e gerenciamento logístico das forças policiais, afinal, havia três Polícias (Federal, Militar e Civil) com competências voltadas para a segurança interna e essa diversidade apenas evidenciava a necessidade de cooperação entre elas e de um setor de planejamento de ações policiais centralizado. E os resultados já eram conhecidos no Estado de São Paulo: na expectativa de que sua sugestão

fosse abraçada pelo conclave, o Secretário de Segurança revelou que reuniões periódicas para tratar de assuntos relacionados à segurança interna no estado já vinham ocorrendo extraoficialmente no estado desde 1967, “com bons resultados para a integração dos órgãos de segurança que atuam[vam] na área estadual”⁸⁷.

O pioneirismo na montagem de um serviço de informações na estrutura de uma Secretaria de Segurança também coube ao estado de São Paulo que, como foi visto, havia formulado os contornos dessa organização e apresentado no Seminário de fevereiro de 1969. O órgão foi nomeado *Coordenação de Informações e Operações (CIOP)*, e começou a operar ainda no ano de 69. Fontes encontradas nos arquivos oriundos da COSEG comprovam que a grande maioria das Secretarias de Segurança Pública estaduais constituíram seus próprios Serviços de Informações durante a ditadura militar, porém, foram identificados órgãos com a dupla função de coordenar informações e operações policiais, assim como a COSEG em Minas Gerais, apenas nos estados de Mato Grosso, São Paulo e no Distrito Federal (ver anexo V). Embora aparentemente congêneres, somente um estudo mais sistêmico destes outros avaliará se também se institucionalizaram como órgãos de assessoria do Secretário de Segurança e de planejamento e coordenação de operações policiais conjuntas, bem como ocorreu em Minas Gerais. Os únicos estados que mantiveram os serviços de informações concentrados em seus DOPSs foram: Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí, também o então território de Amapá.

Dessas constatações conjectura-se que o serviço de informações montado na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (a CIOP) funcionou como efeito demonstração para criação da COSEG e, em parte, dos outros congêneres pelo país. Essa afirmação ganha mais solidez tendo em vista que o estado de São Paulo teve outras organizações do setor de segurança que serviram como exemplos para o restante do país, como foi o caso da OBAN (JOFFILY, 2008) e até mesmo do DOPS (MOTTA, 2006). Porém, para que outros estados adotassem um serviço de informações em suas Pastas da segurança pública, seria necessária a aplicação de medidas amplas pelo governo federal. O que nos parece ter sido decisivo.

Ao que tudo indica, as sugestões apresentadas pela representação de São Paulo no I Seminário de Segurança Interna, somadas as demais iniciativas desse mesmo estado para a área da segurança, foram merecedoras da atenção do presidente Costa e Silva. Isso porque, em março de 1970 o Governo Federal estabeleceu a “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”

⁸⁷ Academia Nacional de Polícia. I Seminário de Segurança Interna: sugestões para integração dos órgãos de segurança interna. Brasília, fevereiro de 1969. A.N. Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica: BR_DFANBSB_VAZ-19.21, p. 9.

e em 29 de outubro uma Resolução Presidencial, documento complementar intitulado “Planejamento de Segurança Interna”. Considerado o mais amplo programa contra a subversão, este documento definia as medidas para uma melhor coordenação, planejamento e cooperação entre os órgãos de segurança e de informações. Uma de suas diretrizes foi estabelecer as bases para a criação do sistema DOI-CODI⁸⁸, determinando uma maior centralização das ações de segurança interna (planejamento e execução) em cada um dos Comandos Militares de área, que deveriam contar *com a assessoria das Secretarias de Segurança Pública de seus respectivos estados*.

No documento Planejamento de Segurança Interna, uma das diretivas básicas era “possibilitar um desengajamento progressivo das Forças Armadas das ações tipicamente policiais”, para que isso ocorresse, determinava a Resolução que o governo federal e os Estados adotassem medidas que visassem, respectivamente, “*ao fortalecimento do Departamento de Polícia Federal e dos órgãos de segurança pública estaduais, compatibilizando-os com as missões que lhe incumbem face a realidade nacional*”.⁸⁹

O Planejamento traçava como Objetivos Fundamentais: “a) Assegurar os ideais que norteiam a Revolução Brasileira, de março de 1964”. “B) Preservar a população da ação do comunismo e mobilizá-la contra suas investidas”. “C) Garantir a plena consecução da política de desenvolvimento nacional”. “D) Aperfeiçoar o dispositivo de garantia da Segurança Nacional”. Como é sabido, os três primeiros objetivos foram colocados em prática através do uso das diversas técnicas de propaganda anticomunista, da censura aos meios de comunicação e através do modelo econômico do tipo “desenvolvimentista”, posto em prática pelo governo, que visava o investimento do grande capital, especialmente o estrangeiro, que promovesse a arrancada do desenvolvimento econômico⁹⁰. Porém, o que estava implícito nessas diretrizes era a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle social como condição *sine qua non* para sua realização. Partindo dessa premissa, o texto trouxe anexo a “Política de Consecução dos Objetivos Fundamentais”, no qual, para aperfeiçoar os dispositivos de garantia da segurança interna estabeleceu como metas, entre as outras ações já destacadas

⁸⁸ Arquivo Público Mineiro. Fundo SESP/COSEG. Notação: SESP-1.2-2.2-0001(2).

⁸⁹ AN. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0123. Documento anexado à “Solicitação do Exm^o Governador de Pernambuco de auxílio da União para aparelhamento de organizações de segurança daquele Estado”. Setembro de 1973 a outubro de 1974, p. 825.

⁹⁰ Para política de desenvolvimento econômico durante o regime militar ver: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

anteriormente, “reaparelhar, dinamizar e coordenar os órgãos de segurança e informações” e “incrementar medidas que estimulem o ingresso e o exercício da profissão policial”.⁹¹

O cumprimento de tais medidas impostas aos Estados geraria custos adicionais aos seus governos, fato que levou, em 1973, o Governador do Estado de Pernambuco a solicitar ao Presidente da República a concessão de recursos financeiros extraordinários, a serem aplicados em instalações e na aquisição de equipamentos necessários às organizações vinculadas à sua Secretaria de Segurança Pública.⁹²

No limite, a intenção dos dois documentos focou em estabelecer a “Estratégia de Segurança Interna” adotada pelo governo, determinando, entre outras coisas, que o planejamento e execução integrada dos meios disponíveis para a garantia da segurança interna contariam com a assessoria das Secretarias de Segurança Pública. Somado a isso, os estados deveriam ainda elaborar seus próprios planos e submetê-los a aprovação da Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Essas medidas serviriam não apenas para fazer cumprir as determinações oriundas de Brasília, visando um melhor entrosamento entre seus órgãos policiais, como para orientar na definição das competências da COSEG.

O Plano Nacional de Informações de 1970

O passo seguinte foi estabelecer um Plano Nacional de Informações. Segundo o general Enio dos Santos Pinheiro, o PNI elaborado em junho de 1970 pelo Serviço Nacional de Informações foi fundamental para “a organização completa de todos os órgãos que constituíam a comunidade de informação no Brasil, o que faziam e a missão de cada um (...). O PNI teve uma influência muito grande na organização administrativa brasileira.”⁹³ Os critérios que determinavam quais informações deveriam ser captadas para atender as necessidades da Presidência da República eram estabelecidos no Plano por meio dos Objetivos Nacionais Permanentes, formulados pelo Presidente e pelo Conselho de Segurança Nacional.

⁹¹ AN. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0123. Documento anexado à “Solicitação do Exmº Governador de Pernambuco de auxílio da União para aparelhamento de organizações de segurança daquele Estado”. Setembro de 1973 a outubro de 1974, p. 824-826.

⁹² AN. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0123. Documento anexado à “Solicitação do Exmº Governador de Pernambuco de auxílio da União para aparelhamento de organizações de segurança daquele Estado”. Setembro de 1973 a outubro de 1974, p. 824-826.

⁹³ D’ARAÚJO..., Anos de Chumbo, p. 131-2.

1.2) Crescei e Multiplicai-vos

Data de 1842 o Decreto nº 120, que regulava a execução da parte policial e criminal do Código do Processo Criminal recém reformulado por determinação do Imperador D. Pedro II. Entre outras prescrições, o dito ordenamento estabelecia os princípios da dupla função que seria exercida pela polícia em *judiciária* e *administrativa*, segmentação ainda vigente na configuração atual da Polícia Civil. De modo geral, pela função judiciária, os policiais buscariam as provas de crimes e contravenções, a fim de subsidiar o processo penal e, pela administrativa, policiariam condutas e atividades e assegurariam a manutenção da ordem pública através da vigilância e da repressão. Além de definir as atividades do que viria a ser a Polícia Civil, futuramente essa divisão serviria para distinguir as atividades desta em relação à Força Pública (Polícia Militar).

Ao longo dos anos as polícias foram somando vários poderes para a aplicação das leis, inclusive os de vigiar, investigar e desferir força física. Passaram, em certa medida, a também interferir na conduta dos indivíduos, porquanto buscavam submetê-las às políticas de governança. Assim não bastava as pessoas apenas agirem dentro do ordenamento jurídico, era preciso adequar os comportamentos individuais e coletivos com base na ideologia política por trás de cada governo. Levaria mais de um século desde o decreto imperial de 1842 para se atribuir às polícias a missão de zelar pela integridade física das pessoas e garantir o exercício da cidadania.

É na tão reafirmada função de polícia administrativa defensora da ordem pública que se pode encontrar as bases da polícia política que viria a ser instituída, como órgão especializado, em Minas Gerais no ano de 1927. O conceito de ordem que vigoraria por décadas implicava na marginalização de pessoas que, em razão de suas condições objetivas de existência e cujos comportamentos não se encaixassem no modelo de normalidade imposto, não fossem capazes de garantir seu próprio sustento. Com isso, a polícia não apenas tinha autoridade para encarcerar em prisões convencionais, como alegar insanidade e enviar aos chamados Hospitais de Alienados. Isso porque, conforme destacado no artigo de Motta et al. (2003) a respeito da polícia política mineira, a República impôs à polícia uma missão civilizadora, cujos parâmetros de cultura se encontravam no próprio ideário desse novo regime político. Nesse sentido, a lei que reprimia a vadiagem⁹⁴ se transformou em um dos

⁹⁴ Conforme o Decreto nº 613, de 9 de março de 1893, eram considerados vagabundos “os indivíduos que não tendo domicílio certo, não têm habitualmente profissão ou ofício, nem renda, nem meio conhecido de subsistência.”

primeiros instrumentos legais de manutenção daquela ordem social, apresentada pelos líderes políticos como uma espécie de limpeza social e, até mesmo, étnica, na medida em que sua aplicação focava na população mais pobre, sobretudo os pretos, os desempregados, os alcoólatras, os sem-teto e as pessoas que manifestavam algum tipo de sofrimento mental.

Pesquisas na área da História a respeito do serviço de ordem política e social na polícia de Minas Gerais⁹⁵ demonstram o quanto o desenvolvimento da polícia política também esteve associado com a pretensão do estado de adaptar sua estrutura de segurança aos diversos contextos de instabilidade política e social. As várias associações trabalhistas que vinham surgindo ou intensificando suas atividades, a Intentona Comunista em 1935, a intensificação da propaganda comunista através de periódicos, as pretensões reformistas do governo Goulart, entre outros fatos e acontecimentos são apontados como exemplos dessas instabilidades. Acrescentam que polícias políticas do Distrito Federal e de São Paulo foram pioneiras nesse aspecto e representaram um modelo a ser seguido pelas polícias políticas dos outros estados da União.

O Estado mineiro sentiu a necessidade de um órgão especializado no policiamento político e social nos anos 1920, em vista da crescente agitação social que marcou esse período, motivada pela crescente conscientização das massas em relação às questões sociais como a pobreza nos grandes centros urbanos, a escassez de escolas públicas e a exploração capitalista da classe trabalhadora. A esse quadro somou-se o receio das classes política e economicamente dominantes, diante de ideologias “estrangeiras” (tais como o comunismo e o anarquismo) com potencial para instigar a população a subverter a ordem.

Assim, em 1922 foi criado e regulamentado o Gabinete de Investigações e Capturas. Conforme a Lei nº 6.110 que definia suas competências, cabia a essa seção “vigiar a ação de indivíduos filiados as diversas modalidades de anarchismo violento e perturbadores da ordem social e representar ao Chefe de Polícia sobre a conveniência da expulsão dos estrangeiros perigosos”. Em 1927, no quadro de ampliações e melhorias proporcionadas pela transformação da Chefia de Polícia, ora subordinada à Secretaria do Interior, em Secretaria de Segurança e Assistência Pública, o Gabinete de Investigações foi substituído pelo Serviço de Investigações, composto pelo Corpo de Segurança e quatro Delegacias Especializadas, entre elas a de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, cujas atividades por ela

⁹⁵ Ver: MOTTA; et. al., República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG. In: Varia História, Belo Horizonte: UFMG / Departamento de História, v. 29, 2003, p. 126-153. Ver também: ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). Belo Horizonte, dissertação de mestrado, FAFICH/UFMG, 2006.

desempenhadas constituir-se-iam nas bases do Departamento de Ordem Política e Social, quase trinta anos mais tarde.

Em vista do acirramento da Guerra Fria e da influência do chamado “socialismo real” em alguns segmentos da sociedade, com a Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, o presidente Getúlio Vargas atualizou a Lei de Segurança Nacional de 1935, especificando melhor os crimes contra o Estado e a ordem política e social e tornando as penas ainda mais rigorosas. Embora a palavra comunismo não aparecesse, estava implícito que a lei representava o temor de que estivesse no horizonte dos simpatizantes dessa ideologia e da classe trabalhadora uma revolução que levasse ao estado de ditadura do proletariado, isso porque, a LSN insistia na possibilidade de que pressões estrangeiras estimulassem pessoas a subverter a ordem política e social e atentar contra a soberania e segurança do país.

Disso decorre a rotulação de subversivo e de inimigo interno (ou inimigo da nação) para aqueles que se manifestavam contrários a esse conjunto de determinações. Para contê-los, a polícia civil mineira definiu como meta ampliar sua presença no estado, política e geograficamente, ambição que foi sendo possibilitada através de importantes modificações ocorridas no âmbito do poder executivo estadual, em vista também de outras demandas que foram se apresentando.

Largo passo nessa direção foi dado no ano de 1956, quando foi criada uma pasta governamental exclusiva para os assuntos de segurança pública através da Lei nº 1.455: a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais (SESP/MG), ato que conferiu maior poder político à Polícia Civil, também por ter inserido as atribuições de chefe de polícia no cargo de secretário de segurança. Em termos práticos, este novo *status* permitiu maiores investimentos em equipamentos, instalações e valorização da PCMG⁹⁶. A lei que estabeleceu a nova Secretaria viabilizou ainda o aumento do número de delegacias regionais, de comarcas e distritais, e a criação das especializadas em capturas, “que além de melhorar a atuação policial como um todo, auxiliaria no serviço de vigilância exercido no DOPS, comunicando e até mesmo tomando as primeiras providências sobre atividades subversivas em suas respectivas regiões”⁹⁷. A Polícia Civil de Minas Gerais teria ainda neste ano seus vencimentos e salários aumentados.

⁹⁶ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. História da Polícia Civil em Minas Gerais: A instituição Ontem e Hoje. Belo Horizonte, 2008, pp. 85-104.

⁹⁷ ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). Dissertação de mestrado em história. FAFICH/UFMG, 2006, P. 50.

Também houve mudanças na polícia política. O que anteriormente era apenas uma Delegacia de Ordem Pública (DOP)⁹⁸ passou ao *status* de Departamento de Ordem Política e Social, dando origem, em Minas Gerais, à famosa e temida sigla DOPS. Ainda em 1956, o Decreto de nº 5.027 aprovou seu Regulamento, definindo melhor suas atribuições e a Lei nº 1.527 transformou as Seções do DOPS antes existentes em Delegacias Especializadas, criando ainda uma nova, a Delegacia de Vigilância Especial, responsável pelo serviço secreto do Departamento.

Com o passar dos anos, o DOPS se tornaria um espaço privilegiado para o exercício da espionagem, isso porque, não obstante essa atividade já estivesse sendo praticada no âmbito da polícia política mineira desde a década de 1930, passou a ocupar mais espaço dentro do novo Departamento, com o estabelecimento de duas divisões: se por um lado à Delegacia de Ordem Política e Social cabia, entre outras coisas, atuar de forma preventiva coletando informações de natureza política partidária e de personalidades em todo o estado, procedendo, ainda, “investigações sobre pessoas e lugares suspeitos, onde se presume qualquer alteração ou atentados contra a ordem política e social, ou fatos atinentes a sua competência”⁹⁹, por outro, a Delegacia de Vigilância Especial tinha a missão de se infiltrar nos “meios conspiratórios”, afim de “descobrir os planos de agitação ou de revolução de organizações políticas que visem, por meio violento, à mudança do regime social e político do país”¹⁰⁰. Pelo entrosamento desses dois Serviços, foi se cristalizando a atividade de espionagem no DOPS/MG, atuando pela “lógica da suspeição”, ou seja, na vigilância indiscriminada de potenciais antagonismos.

Em análise sobre os motivos para o avanço da centralização do sistema de segurança interna no Brasil em fins da década de 1960, Huggins (1998, p. 175) menciona que em 1969, um analista militar brasileiro avaliou os DOPSs de vários estados, identificando neles expressivas diferenças que definiam suas capacidades operacionais para fazer frente às novas formas de subversão. O DOPS mineiro, assim como o de Porto Alegre foram considerados razoáveis, e do Rio de Janeiro foi classificado como sendo regular. Apenas o DOPS de São Paulo foi avaliado positivamente, pois conforme o analista, este possuía *uma boa unidade de informações*. Mas mesmo com a arquitetura institucional adquirida pelo DOPS/MG, que além de gozar de um serviço secreto exercido preponderantemente por seu Serviço de Vigilância Especial, que tinha à disposição de seu chefe (delegado de carreira) um corpo de

⁹⁸ Em 1954 a DOP foi reestruturada e passou a uma Delegacia Especializada de Ordem Pública – DEOPS.

⁹⁹ Art. 4º do Decreto nº 5.027, de 18 de junho de 1956.

¹⁰⁰ DUTRA LADEIRA, 1971, p. 359. Op. Cit. ASSUNÇÃO. DOPS/MG, p. 47.

investigadores escolhidos “à dedo” pelo chefe do Departamento e uma seção de arquivo geral teoricamente rigorosamente controlada, evidenciou-se que era necessário conferir melhor organização e rigor no trato das informações. Conforme o delegado que entre fins de 1979 e início de 1981 chefiou concomitantemente o DOPS e a COSEG,

O DOPS [MG] era um amontoado de papéis superpostos, sem análise. E quando falo amontoado não quero denegri-lo, não é isso. O que vale na informação é a estimativa que ela faz para a decisão do chefe. E isso vale tanto no campo da polícia política, no campo psicossocial, como no militar, que nos não fazíamos. (...).¹⁰¹

Para além da busca por maior controle e melhor gerenciamento das informações de segurança e também da integração das polícias Civil e Militar em algumas operações, a ideia da criação de uma coordenadoria geral na SESP/MG para as ações de segurança, se encaixa numa perspectiva em que fixar um núcleo de informações com potencial de conhecimento mais abrangente, mesmo em longo prazo, seria de utilidade não apenas para a segurança interna (política e subversão), como também para a pública (crimes comuns) e as questões relacionadas ao sistema de trânsito e penitenciário do Estado.

Quando da implantação da COSEG, que se deu entre 1970 e 1971, seus idealizadores encontraram uma considerável estrutura de apoio pelo estado¹⁰², além de recursos humanos e tecnológicos, isso porque, especialmente entre 1969 e 1971, portanto durante o governo Israel Pinheiro, a Polícia Civil havia passado por uma reestruturação, para atender as demandas históricas da instituição, com destaque para sua primeira Lei Orgânica (Lei n. 5.406/69), que “estabeleceu um ordenamento jurídico mais racional e abrangente, com o objetivo de oferecer à Polícia Civil melhores meios de atuação, dada sua nova estrutura, além de permitir melhores condições aos servidores policiais (...)”¹⁰³. Somado a isso, a extinção da Guarda Civil¹⁰⁴, em 1970, realocou o pessoal desse Departamento para servir em outras funções na PCMG.

¹⁰¹ Notas taquigráficas do depoimento do delegado Ediraldo Brandão. CPI do DOPS. Vol. I, p. 530.

¹⁰² Delegacias previamente instruídas quanto à necessidade de estarem sempre atentos a subversão e “elementos de informações” (informantes) em várias cidades mineiras.

¹⁰³ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. História da Polícia Civil em Minas Gerais: A instituição Ontem e Hoje. Belo Horizonte, 2008, p. 105.

¹⁰⁴ “A Guarda Civil era, no final da década de 1960, um departamento da Polícia Civil responsável pelo policiamento ostensivo, pela fiscalização do trânsito e por acompanhar o policial civil em suas diligências na Capital, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba. A existência da Guarda Civil como um departamento da Polícia Civil correspondia a um modelo de polícias auto-suficientes, que atuavam em todo o ciclo de combate ao crime, na sua prevenção e na investigação dos crimes. O fim da Guarda Civil coincidiu com o mesmo período de ruptura, no final da década de 1960, com a separação das atribuições policiais: a Polícia Militar ficou responsável pelo policiamento ostensivo e a Polícia Civil fazia a investigação” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. História da Polícia Civil em Minas Gerais, p. 105-107). Diante dessa constatação, o DOPS representava a exceção dessa regra imposta, na medida em que atuava pelo módulo ‘ciclo completo’ em relação ao crime político.

Nesse período também foi dada grande ênfase ao setor de gerenciamento de dados, informação e comunicação. No início de 1970, o Conselho Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (COETEL), solicitou ao então chefe do DOPS, Dr. David Hazan, alguns dados preliminares que orientassem os trabalhos relativos à implantação do novo sistema de telecomunicações na SESP/MG. O chefe do DOPS foi taxativo ao informar ao Conselho que, a julgar pelos serviços realizados naquele departamento, era grande a necessidade de comunicação pronta e rápida com outros órgãos que desenvolviam a mesma atividade ou que o auxiliava. Assim justificou David Hazan:

Apesar de organizado como uma repartição comum, isto é, um Departamento com dependências subordinadas e de atendimento ao público, funciona também como um Serviço Secreto, ou seja, um autêntico órgão de informações e contra-informações, em perfeita sintonia funcional com os demais órgãos da chamada 'comunidade de informações', ou seja, SNI/ABH, ID/4, 2ª Seção da 4ª RM, G2 da PMMG, DPF/SDR/MG, Capitania de Portos (Pirapora), CENIMAR, CIE, CISA, DOPS/GB e DOPS/SP. Tal tipo de atividade empresta ao DOPS uma característica que o torna completamente diferente de qualquer outra repartição oficial do Estado, eis que, se de lado investiga sigilosamente e exerce atividades subterrâneas, de outra aparece abertamente e, às vezes, mesmo, emprega turmas especializadas como equipes de choque. [Por isso] o DOPS necessita comunicação pronta com as repartições congêneres acima mencionadas e com certas delegacias do interior do Estado, bem como da periferia de Belo Horizonte.¹⁰⁵

Nota-se pela argumentação do chefe do DOPS que o desempenho da atividade de informações se impunha como elemento fundamental para o exercício do policiamento político. Mas através dela também é possível visualizar o quanto era descentralizada a 'comunidade de informações' vigente até então, dando margem para o trânsito de informações com baixo grau de processamento e utilidade para as decisões de alto nível. Neste mesmo ano, a Coordenação Geral de Segurança teria sido criada também com o escopo de conferir maior racionalidade no tratamento dos informes e das informações positivas dentro de sua área de abrangência.

É importante ter em vista também que o novo órgão não seria de ciclo completo como o DOPS (patrulha, investiga, prende), mesmo porque a ideia era segmentá-lo e especializá-lo como órgão de coordenação e assessoramento, uma vez que fora criado com base na Reforma Administrativa de 1967. Mas também não seria apenas uma unidade de produção e difusão de informações, pois era preciso articular operacionalmente as duas polícias através do planejamento.

¹⁰⁵ APM. Fundo DOPS/MG, pasta: 3980.

Não foram encontrados indícios de que tenha havido algum tipo de rivalidade entre o DOPS e a COSEG, mas é certo que ao passo que a COSEG foi aperfeiçoando seus serviços e crescendo em espaço e pessoal, com sua própria seção de buscas, seus próprios investigadores e gente treinada pela EsNI para desenvolver a atividade, o DOPS foi perdendo a autonomia no que tange aos serviços de informações. Porém isso não significou que a estrutura do DOPS tenha “encolhido”, significou apenas uma alteração nas funções internas, sem prejuízo imediato para seu desenho organizacional. Também não significou que os agentes do DOPS ligados ao trabalho com informações tenham sido realocados para outra função tampouco exonerados, mesmo porque, nessa readequação muitos dos agentes que operavam na COSEG integravam a chamada Polícia de Informações e Segurança¹⁰⁶, ou seja, policias com experiência no DOPS.

1.3) Uma manobra para assegurar o controle do governo estadual sobre as ações isoladas ou conjuntas da PMMG e PCMG

Em relação à Polícia Militar de Minas Gerais, cabia à G2, seção vinculada a seu Estado Maior, “o planejamento, coordenação e supervisão dos assuntos relativos a informações, contrainformações e investigações”, bem como previa o Decreto Estadual nº 11.636, de 1969, que estabelecia o novo Regulamento Geral da instituição¹⁰⁷. Além do gabinete de chefia, a G2 tinha em sua estrutura mais cinco Subseções: de Buscas, de Segurança Interna, de Contrainformações, de Investigações e uma Administrativa vinculada à Subchefia.

Além dos serviços comuns a órgãos de informações, tais como, executar pedidos de busca, transformar informes em informações e difundir-los, manter arquivos secretos, etc., as questões circunstanciais relacionadas aos aspectos políticos/sociais da segurança interna levaram a PMMG a oficializar em seu Regulamento a obrigatoriedade da G2 manter estreita ligação com a polícia política do Estado. Competia também a G2 coordenar as informações oriundas dos batalhões e subsidiá-las aos seus mais intensos usuários naquele período: o Comando Geral, a Secretaria de Segurança Pública e o Exército.

As informações vindas da G2 (PM/2) em geral eram oriundas das atividades de patrulhamentos rotineiros ou de denúncias, o que não significa que o trabalho da PM na

¹⁰⁶ O Capítulo IV da Lei Orgânica da Polícia Civil nº 5.406, de 16/12/1969 define as competências da Polícia de Informações e Segurança.

¹⁰⁷ Em 1975 um Decreto estabeleceu que a G2 passaria a ser denominada PM/2, mas sua estrutura original permaneceu.

segurança interna tenha sido menos relevante em relação ao da PCMG, em que pese os objetivos da ditadura, sobretudo como parte da força de repressão¹⁰⁸. Isso porque, embora as operações de busca e o trabalho investigativo não fossem as principais tarefas dos policiais militares, eventualmente desenvolviam atividades de infiltração e interrogatórios¹⁰⁹ para auxiliar na produção das informações. Assim, sua colaboração para com a comunidade não se limitava a difusão de informes.

Tendo em vista a dinâmica política da ditadura que insistia em dar aspecto legal a suas ações, também em 1969 o governo federal publicou o Decreto-Lei nº 667, que reorganizava as polícias Militares e o Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal, dando diretrizes e estabelecendo princípios para que o Ministério do Exército exercesse controle e coordenação sobre as Polícias Militares através do: a) Estado-Maior do Exército; b) Exércitos e Comandos Militares de Áreas nas respectivas jurisdições; c) Regiões Militares nos territórios regionais. Conforme seu artigo 2º, a Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM), antes pertencente ao Departamento Geral de Pessoal do Ministério da Guerra, passaria a integrar organicamente o Estado-Maior do Exército, com a função de assessoria nos assuntos de abrangência nacional referentes às PMs, cabendo-lhe os estudos, a coleta e registro de dados. Em razão de já serem força reserva do Exército e, mais ainda, de seu grande efetivo, que lhe permitia marcar presença constante em boa parte do estado e ter contato mais direto com a população, as PMs seriam a instituição perfeita para serem olhos, ouvidos e força repressiva permanente onde os militares ou os DOPS tardassem a chegar.

No ano seguinte ficou normatizado através do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos De Bombeiros Militares (R-200), Decreto Federal nº 66.862/70, que as informações das PMs seriam integradas ao serviço de informações e contra-informação do Exército, conforme a conveniência dos Comandantes de Exército ou Comandos Militares de Área, nas respectivas áreas de jurisdição. Porém, foi possível avaliar que em Minas Gerais, mesmo antes, o Exército selecionava “fontes credenciadas” nos batalhões da PMMG. Tratava-se de oficiais da ativa e da reserva que, em caráter sigiloso, forneciam informes e informações “sob

¹⁰⁸ O fato é que a PMMG sempre negou esse envolvimento, como exemplo podemos citar o depoimento prestado à CPI do DOPS pelo major Sérgio Ricardo Bueno, então integrante do sistema de inteligência da Polícia Militar. Atendendo ao pedido que os membros da CPI fizeram ao Comandante-Geral da Polícia Militar na época, coronel Márcio Lopes Porto, o major negou que a PMMG tivesse qualquer arquivo, qualquer dado ou documento que contivesse informações políticas sobre pessoas. O major afirmou que como componente da comunidade de informações durante o regime militar, o papel da PM era o de somente repassar informações que eram solicitadas pelo órgão central, o SNI.

¹⁰⁹ HUGGINS, Martha K. HARITOS-FATOUROS, Mika. e ZIMBARDO, Philip G. Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora UnB, 2006, p. 147.

a égide das relações de amizade e confiança mútua ou do respeito e acatamento à pessoa do Cmt. da 4ª RM 4ª DI”.¹¹⁰

Não obstante todas essas medidas, “os militares ainda não consideravam o aparato de segurança interna do Brasil um sistema de controle interno que funcionasse de maneira eficaz”,¹¹¹ mesmo com os esquadrões de operações conjuntas das Polícias Militar e Civil formados, a partir de 1969: os Grupos de Operações Especiais (GOEs).¹¹²

Rotulados por pesquisadores acadêmicos como “operários da violência”¹¹³ ou “facilitadores de atrocidades”¹¹⁴ as polícias Civil (através dos DOPS) e Militar atuantes durante a ditadura, ao virarem a chave de controle social para eliminação das dissensões, passaram a naturalizar a violência física e psicológica e fazer do ambiente de segurança pública um espaço marcado por disputas entre instituições, haja vista a instrumentalização dessas forças pelos militares, que fez do combate a subversão uma constante busca por mérito pessoal e institucional. Sobre este aspecto, Huggins et. al. concluíram que

Uma vez institucionalizada essa forma de violência, ela acabou por começar a voltar-se contra si mesma. A combinação da pressão sobre as forças de segurança para efetuar detenções, obter confissões, colher informações de inteligência e eliminar “elementos perigosos” – tudo isso executado em um clima de guerra total contra o crime e a subversão interna – exacerbou a competição entre as forças de segurança. (...) Os agentes sabiam que prestígio e importância iam para aquelas unidades que, antes das demais, conseguiam informações a respeito de “subversivos” proeminentes, capturavam-nos ou de algum modo os neutralizavam.¹¹⁵

O trabalho avançou e tornou-se ainda mais violento, ao ponto de gerar a formação de esquadrões da morte informais, sendo um resultado paralelo a corrupção no meio policial impulsionada por essas ilegalidades. Seria essa, portanto, uma das heranças das disputas entre instituições para o protagonismo no combate a subversão.

¹¹⁰ Ministério do Exército – I Exército – 4ª RM – 4ª DI – Estado Maior – 2ª Seção. Relatório Especial de Informações (Situação em Minas Gerais e 4ª RM 4ªDI). Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0005C_0004. p. 8.

¹¹¹ Huggins... Operários da Violência, p. 147.

¹¹² Ibidem. Ver também: HUGGINS, Polícia e Política, p. 170. A autora cita apenas o GOE do Rio de Janeiro, mas nosso levantamento identificou outro formado por policiais do Rio Grande do Sul, que desde 1967 atuava em Porto Alegre (à princípio informalmente e posteriormente formalizado).

¹¹³ Título do trabalho conjunto de Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo (2006), no qual foram entrevistados 23 policiais brasileiros, entre Cíveis e Militares, 14 deles identificados como torturadores. Os autores criam uma metodologia de análise baseado em fatores psicossociais com a intenção de reconstruir a memória social a respeito da violência perpetrada por esses agentes do Estado durante a ditadura.

¹¹⁴ Aqueles que supostamente não tiveram participação direta na violência de Estado durante a ditadura.

¹¹⁵ Huggins... Operários da Violência, p. 160-161.

Na COSEG também foi estabelecido um setor para planejar e coordenar operações conjuntas entre policiais militares e civis, a COp. Porém, não é possível afirmar se ali teve origem uma milícia com a mesma missão e *modus operandi* do GOE do Rio, por exemplo. Pelo o que se pode depreender do decreto de criação, na COSEG, o emprego conjunto das polícias seria destinado ao melhor entrosamento entre as duas instituições, em benefício da política de segurança fixada no estado. E, mais do que isso, desejava-se ampliar o controle do governo estadual sobre as ações das duas instituições policiais.

De fato, os aspectos da organização interna, formação, história e cultura da Polícia Militar a aproximava mais do Exército em comparação a outras instituições da área de segurança, muito além do fato de ser sua força reserva. Além disso, no caso de Minas Gerais, a PMMG respondia diretamente ao governador do estado, por isso gozava de uma maior autonomia em relação à PCMG que, administrativa e funcionalmente, era subordinada à Secretaria de Segurança estadual. Certamente estes fatores levaram a cúpula da PMMG a ter acreditado (ou desejado) que a legislação especial respeitante as Forças Armadas se estendesse a sua corporação. Um exemplo estava na questão em torno da aplicação do direito sobre crimes cometidos por PMs ou contra eles, que em regra seria de competência da Justiça Comum, conforme Parecer Jurídico da Consultoria do Ministério do Exército, mas que a Corporação da PMMG insistia no julgamento pela Justiça Militar¹¹⁶.

A COSEG se tornaria um espaço no qual as duas polícias teriam papéis igualmente relevantes, afinal, desde sua criação até o ano de 2003, essa coordenação não era propriamente da PCMG, pertencia a Secretaria de Segurança Pública, pasta governamental à qual as duas polícias estavam de algum modo subordinadas. Exceto pelo cargo de Coordenador Geral, os cargos de maior importância eram os de: Coordenação de Informações (CODIN), cuja chefia deveria ser exercida por um delegado de carreira com experiência comprovada em atividades de informações, e a Coordenação de Operações (COp), com o comando a cargo de um oficial da Polícia Militar. Assim, a palavra de ordem no órgão era manter o equilíbrio entre PCMG e PMMG e, com isso, apaziguar possíveis desentendimentos entre membros dessas instituições.

¹¹⁶ APM/Fundo SESP-COSEG – 1.1-1 / cx. 01/pacotilha: 01.

1.4) Ingerência Militar

Sinais de que os militares tinham interesse em comandar a segurança pública em Minas durante a ditadura de 64 não faltam. Como é sabido, desde os primeiros momentos do golpe, o crime político assumiu uma primordial importância, posto ser este tipo de “criminoso” considerado inimigo interno da nação. A partir daí o Estado passou a suprimir direitos civis através de medidas com forte componente autoritário, tendo como pano de fundo as questões inerentes ao contexto de Guerra Fria. Assim o general Carlos Meira Matos, que veio a se tornar professor de geopolítica na ESG, entendia a relação entre segurança e política: “O Estado de Direito não pode se tornar a ruína da democracia. Não se trata, na presente conjuntura mundial, de escolher entre a ordem e a liberdade, e sim entre a liberdade com ordem e a anarquia sem ambos”.¹¹⁷

O argumento do militar justificava não apenas o golpe de 64, como também o ambiente político de final da década de 60, em que a ditadura passava por um momento de grande recrudescimento de seu aparato repressivo, legalmente possibilitado pela Lei de Segurança Nacional de 1967, por sua nova versão de 1969 ainda mais autoritária, bem como pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. Essas medidas faziam parte de um contexto específico, em que parte das esquerdas se (re)organizava contra o regime e em prol de seus ideais, também por isso é certo inferir que as atividades de informações e contrainformações referentes à segurança interna tenham adquirido demasiada importância em todas as esferas responsáveis pela contenção desses grupos. Justificando suas ações nessa conjuntura, as Forças Armadas usaram do poder que lhe conferia a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, em seu art. 91, na qual se lê que “As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”.

Assim, ainda que historicamente as Polícias Civis (através dos DOPS) e posteriormente a Polícia Federal fossem as responsáveis por vigiar, controlar e combater os crimes de ordem política e social, nesse período foram os militares, especialmente do Exército, que lideraram essa empreitada, não sem o apoio, é claro, dos setores conservadores de toda a sociedade. Assim como aconteceu em vários outros órgãos de informações espalhados nos ministérios civis e militares e instituições a eles vinculadas, empresas

¹¹⁷ Ensaio sobre a doutrina política da Revolução. In: O processo revolucionário brasileiro. Brasília: AERP, 1969, p. 14. Op. Cit. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976, p. 44.

públicas, autarquias, etc., os cargos de chefia desses órgãos geralmente eram reservados aos oficiais militares¹¹⁸.

Desde 1964, a legislação militar previa a possibilidade de seus quadros exercerem *cargo público civil temporário ou funções civis consideradas de caráter ou de interesse militar*¹¹⁹. Tendo em vista essa concessão, entre 1970 e 1982 o Exército enviou 5 coronéis para ocupar o cargo de secretário de segurança em Minas: Edmundo Adolpho Murgel, Odelmo Teixeira Costa, Venício Alves da Cunha, Washington Flores e Amando Amaral. Os principais objetivos eram moralizar a polícia, aprimorar os dispositivos para fortalecê-la, criar meios e estratégias que levassem ao aperfeiçoamento do sistema de segurança interna no estado e, em última instância, assegurar o total controle dos órgãos policiais pelos militares. No caso das Secretarias de Segurança, sendo os secretários dos estados indicados pelo Governo Federal, e estando as duas polícias submetidas a ele – como prescrito no Decreto-Lei nº 317/67, em relação às Polícias Militares, especialmente redigido para evitar qualquer sobreposição de funções com as Polícias Civis – estariam assim asseguradas as condições preliminares para uma melhor coordenação das operações policiais.

Por outro lado, embora saibamos que a partir do AI-3 os governadores fossem escolhidos pelo processo implantado pela ditadura, ou seja, por eleição indireta, e que geralmente “só chegavam ao poder estadual candidatos da Arena com o beneplácito do governo federal, pessoas de sua confiança, com sinal verde do SNI”¹²⁰, quando a COSEG foi instituída, o governador de Minas não era exatamente um político da confiança do governo militar¹²¹. Israel Pinheiro era do Partido Social Democrático (PSD), partido da “oposição”, motivo por ter sido um dos únicos governadores eleitos para o quinquênio de 1966-1971 sem o apoio da ditadura, por isso sempre teve uma relação difícil com os militares. Além disso, era ligado ao ex-presidente Juscelino Kubitschek que foi processado por corrupção logo após o golpe de 1964 e teve seu mandato cassado, se tornando, por isso, um forte opositor do regime militar. Assim como Kubitschek, Israel também foi acusado de aceitar apoio comunista.

Sobre a relação de então governador de Minas com o Governo Federal, o jornal carioca *Correio da Manhã*, de 11 e 12 de janeiro de 1970, exibia a seguinte manchete: “Depois de falar com Médici, Israel inicia reforma no secretariado”. As mudanças anunciadas foram nas Secretarias de Segurança, de Educação, de Fazenda e de Viação. Informava o jornal

¹¹⁸ FICO. Como eles agiam. p. 158.

¹¹⁹ Especialmente a LPO nº 4.448, de 29/10/1964 e o Decreto-Lei nº 1.029, de 21/10/1969.

¹²⁰ Depoimento de Octávio Costa em D’Araújo..., p. 261.

¹²¹ VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel Pinheiro: uma vida para a história*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1996, p. 287-352.

que para ocupar o cargo de secretário de segurança foi escolhido o coronel do Exército Edmundo Adolpho Murgel, cuja origem era mineira. Na edição de 21 de fevereiro de 1970 desse mesmo jornal, noticiou-se que o então secretário de segurança, Joaquim Ferreira Gonçalves, foi “sacrificado em função da nova ordem estabelecida em Minas”. Este episódio alerta não apenas para a forte ingerência do governo federal em setores estratégicos da administração pública do estado, como também sinaliza certa insatisfação da ditadura com a forma como esses setores submetidos à troca do secretariado estavam sendo conduzidos.

Ocorre que uma boa imagem do coronel Edmundo Murgel, ocupante do cargo de secretário de segurança quando a COSEG fora instituída, já estava sendo construída. Os jornais da época mencionavam sua atuação “destacada” desde que voltou ao estado para assumir o comando do 12º RI em Belo Horizonte. Na edição do Correio da Manhã, de 5 e 6 de abril de 1970, cujo tema era a sucessão de Israel para o governo do estado, o coronel Edmundo é colocado como uma opção de Médici para o cargo. Na reportagem “Minas, um quadro complicado”, o nepotismo, que conforme o jornal era comum em Minas, foi apontado como algo que “a Revolução pretende impor seu espírito renovador”. Conforme a reportagem, o governador Israel Pinheiro estaria naturalmente impedido de indicar seu sucessor devido ao fato de que durante todo seu governo ter sido “alvo dos olhares dos homens que fizeram a Revolução em Minas”. O jornal mencionava ainda que

A ex-UDN, hoje inteiramente integrada no processo revolucionário, não admite que o futuro governador seja do ex-PSD, ou indicado por este, ainda mais que o próprio Israel Pinheiro foi eleito governador apoiado num esquema em que não entravam nomes que participaram do movimento de 1964. A única ressalva, baseada em manifestação do presidente Médici, seria a favor do Sr. Maurício Chagas Bicalho, homem do grupo de Israel Pinheiro e elemento de confiança do Palácio do Planalto.

Nessa mesma edição aparece Edmundo Murgel como um dos nomes para a sucessão. Mas, no final das contas, o advogado e ex-deputado federal Rondon Pacheco foi eleito pela Assembleia Legislativa com 100% dos votos. Ao que parece, o coronel Murgel cumpriu a missão para a qual foi designado em Minas, pois, em 1972 já chefiava a agência do SNI do Rio de Janeiro. Mais tarde, entre 1979 e 1981, foi secretário de segurança desse mesmo estado.

Resultado concreto da interferência militar na área da segurança pública foi a ampliação para os estados da estrutura de informações montada para subsidiar o SNI e os

Ministérios Militares, que passaram a ter seus próprios órgãos (CIE, CENIMAR e CISA)¹²². Como mencionamos, no caso de Minas Gerais criou-se a Coordenação Geral de Segurança na estrutura orgânica da Secretaria de Segurança Pública estadual.

É claro que a questão da segurança interna ou os “desvirtuamentos morais da sociedade”¹²³, supostamente causados pelas ideias comunistas, não eram os únicos motivos da preocupação e ação dos militares. Trabalhos como o Gaspari (2002-2014), Fico, (2008) e Motta (2015), demonstram que a ditadura procurou oferecer contrapartidas em áreas sensíveis da sociedade que conferissem legitimidade e algum grau de aprovação, daí os acordos com os EUA, os planos que maquiavam o desempenho da economia e os que beneficiavam a classe média. Além disso, os militares seguiram reforçando os mecanismos de controle da ordem social, medidas que levaram a uma sensação de segurança e serviram para se perpetuarem durante 21 anos no poder. Na mesma medida, se fez urgente conter as dissensões típicas do período anterior ao golpe (greves e outras manifestações contrárias ao que foi postulado a partir do golpe político), reforçando, assim, o pacto de 64 com a alta elite.

As fontes que encontramos a respeito da criação da COSEG direcionaram para estabelecermos diálogo com as análises sobre serviços de informações no Brasil, que identificam os militares como constituintes de uma retórica responsável por municiar um ‘corpo de especialistas’ de convicções “que sustentou tanto suas próprias ações (espionagem, violência), quanto à conduta omissa dos moderados que os toleraram”.¹²⁴ Afinal, a concepção acerca de como a sociedade deveria ser ordenada, o julgamento do que era aceitável e a definição das características psicológicas e comportamentais para ser considerado(a) uma “pessoa de bem” também serviram para a configuração de todo aparato repressivo do período de ditadura militar.

¹²² Depoimento do general Octávio Costa, ex-Assessor de relações Públicas da Presidência da República, encontrado em: D’Araújo et. aL., 1994, p. 261.

¹²³ Com a ampliação quantitativa dos órgãos de espionagem, mas não exclusivamente por esse motivo, a atividade passou a captar elementos para gerar informes nos quais a conduta moral do indivíduo-alvo se tornasse objeto de análise e repreensão. Fico (2001, p. 101-104) já havia constatado essa tendência de desqualificar o suposto criminoso com, por exemplo, acusações de corrupção de costumes. Ao citar o IPM (Inquérito Policial Militar) de um clérigo que havia se afastado da diocese, onde fazia “campanha subversiva”, para viver com uma mulher, o autor avaliou que “a acusação infundada de ‘desvio’ sexual também era usada para ‘confirmar’ a inculpação de comunista, de subversivo ou de corrupto”. No entanto, há outro aspecto importante. Os discursos anticomunistas entendiam que o comunismo estimulava a corrupção moral e administrativa por dois motivos principais: 1) O comunismo tinha valores contrários à moral cristã; 2) A estratégia comunista visava ‘desfibrar’ a sociedade para melhor destruí-la (MOTTA, 2002). No acervo da COSEG encontramos alguns documentos de teor similar aos encontrados por Fico, que serão analisados nos capítulos seguintes.

¹²⁴ FICO. Como Eles Agiam, p. 21. O autor chega a essa conclusão ao fazer um competente balanço histórico sobre o assunto e avaliar o “poder simbólico”, aos moldes de Pierre Bourdieu, presente nas instituições que integravam a comunidade de informações.

1.5) Influência Norte-Americana

Durante a Guerra Fria, a política externa dos Estados Unidos de ajuda para o setor de segurança tendeu para os países mais pobres e com menores recursos públicos que, em tese, seriam menos capazes de reprimir os conflitos sociais, com ou sem caráter ideológico. Essa compreensão do quadro internacional se tornou uma política de Estado, sobretudo entre 1961 e 1968, período da gestão de Robert McNamara como secretário de defesa¹²⁵. Dentro dessa concepção, o Brasil se tornou alvo dessas políticas, atraindo o interesse de organizações como a CIA e o OPS¹²⁶, sobretudo nas questões inerentes à segurança interna, já que foi avaliado como potencialmente vulnerável a infiltração comunista, por isso a predileção dessas agências pelas Polícias Cíveis estaduais, nessa altura melhores equipadas e preparadas para efetuar a segurança interna, em relação ao Departamento Federal de Segurança Pública (antecessor do DPF), sobretudo por ainda não possuir real alcance nacional.

A socióloga Martha Huggins (1998), uma das primeiras a explorar a relação entre as polícias brasileiras e os Estados Unidos, apontou que este governo teve abrangente participação na arquitetura de controle interno do Brasil no plano federal, sobretudo a CIA através do OPS-Brasil. O OPS operou ativamente na reorganização do que veio a se tornar o Departamento de Polícia Federal (DPF) e na seleção dos que receberiam treinamento na IAPA (Academia Interamericana de Polícia, situada na zona norte-americana do canal do Panamá). Ele também incentivou a criação do Instituto Nacional de Identificação (INI), “para não se perder de vista os criminosos e subversivos” e trabalhou no planejamento geral do Serviço Nacional de Informações (SNI). A autora pôde apurar ainda que, em 1968, no auge das grandes greves e manifestações de rua, a postura dessa agência foi de oferecer treinamento para a Polícia Federal brasileira, logrando que, com isso, a PF melhor preparada coibisse quaisquer manifestações futuras, isso por ter observado que as polícias estaduais não foram capazes de controlar eficientemente as manifestações estudantis.¹²⁷

Em nível estadual, Huggins menciona que o OPS “ajudou a treinar, equipar e indicar pessoal para ‘tropas de choque’ especiais para o controle de multidões e de motins” em 7

¹²⁵ Logo quando assumiu suas funções como Secretário de Defesa dos Estados Unidos, MacNamara iniciou um processo de reforma do órgão. Parte dessa agenda de reformas se concentrou em melhorar o gerenciamento e a coordenação da Inteligência militar, meta alcançada com o estabelecimento da Defense Intelligence Agency.

¹²⁶ Office of Public Safety – OPS, uma divisão da Organização [norte-americana] para o Desenvolvimento Econômico (Agency for International Development – AID).

¹²⁷ HUGGINS. Polícia e Política, p. 144-48 e 168.

estados, inclusive no de Minas Gerais¹²⁸ e que durante o governo Médici, teria apoiado a criação de uma “comissão [especial em nível executivo]... de policiais militares de alto escalão e funcionários da segurança para coordenar todos os assuntos de segurança... [contra] a subversão e... tratar dos problemas de segurança interna no [Brasil]”¹²⁹.

O artigo de Rodrigo Motta sobre a atuação da United States Agency for International Development (USAID) no Brasil revelou que houve um acordo de cooperação entre a USAID e a Polícia Civil mineira para treinamento de policiais e auxílio material com doação de equipamentos de uso da polícia, entre eles cassetetes e rádios portáteis, “que além de servir à comunicação, foram usados como fonte de eletricidade para dar choque nos presos”¹³⁰. O agente norte-americano Dan Mitrione foi o designado para implantar as ações do acordo em Belo Horizonte e relatar a seus superiores a situação das polícias mineiras. Mitrione chegou ao Brasil como integrante da USAID, mas especula-se que tenha sido apenas formalidade e que, na verdade, tratava-se de um agente da CIA infiltrado para informar o governo norte-americano sobre ameaças potenciais¹³¹.

Motta menciona que enquanto esteve na cidade, o policial ainda ensinou algumas técnicas de repressão ostensiva e uso de equipamentos como o cassetete para policiais mineiros. O autor destaca ainda que uma das principais tarefas dos assessores que vinham ao Brasil era selecionar policiais que iriam receber treinamento no exterior e que a base do programa, ou seja, o aspecto que conferia relevância para o interesse dos americanos baseava-se mais na presença de seu pessoal no meio policial do que nas colaborações com materiais e capacitação, afinal, “à medida que os Estados Unidos treinam polícias estrangeiras, podem instalar infra-estruturas de informação e de controle social de outro tipo para a proteção e o fortalecimento de sua posição frente ao país beneficiário, e maximizar sua posição dentro do sistema internacional mundial”¹³².

De fato, a ajuda com os equipamentos pareceu ter sido em excesso ou até mesmo desnecessária, ao ponto de levar o delegado David Hazan, então chefe do DOPS, a doar 100

¹²⁸ HUGGINS. *Polícia e Política*, p. 156.

¹²⁹ HUGGINS. *Polícia e Política*, p. 189.

¹³⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a Repressão: A USAID e a polícia brasileira*. *Revista Brasileira de História*, Vol. 30, nº 59, p. 246

¹³¹ HUGGINS. *Polícia e Política*, p. 157. Por meio de entrevista com um ex-informante do SNI, a autora menciona, ainda, que Mitrione era considerado “profundamente anticomunista”, talvez por isso “não ensinava os temas policiais habituais: centrava-se principalmente na espionagem e contra-espionagem ‘como os agentes comunistas eram mandados para a América Latina, como se infiltravam nas organizações, como seus recursos financeiros entravam’ em um país”.

¹³² HUGGINS. *Polícia e Política*, p. 4-5.

cassetetes para o 12º Regimento de Infantaria no final do ano de 1970¹³³. Este mesmo delegado havia recebido treinamento pelo OPS nos Estados Unidos¹³⁴, tornando-se um aliado importante para a realização dos objetivos políticos dessa organização, estrategicamente bem posicionado na estrutura de segurança do estado de Minas Gerais.

As informações que puderam ser apreendidas da análise feita por Motta das fontes sobre a atuação da Assessoria para Treinamento e Modernização Técnica das Corporações Policiais da Usaid, no período entre 1960 e 1972, oferecem indícios de que sua presença entre as corporações policiais pode ter exercido influência no desenho organizacional e no *modus operandi* das polícias brasileiras, uma vez que, sendo fruto de acordos formais, o aparelhamento ocorrido é fato incontestável. Afinal, se o diagnóstico era que “a polícia brasileira seria fraca no que toca à organização e à coordenação das ações¹³⁵”, seria natural uma orientação no sentido de mostrar os benefícios do emprego conjunto das duas forças policiais do Estado e de um centro de informações que servisse de conexão com todos os outros. Por esse ângulo de observação, é possível que o programa da Usaid, assim como o do OPS-Brasil tenham estimulado um modelo de instituição do tipo COSEG, também por enxergar na centralização das informações e no planejamento de segurança, bem como na descentralização da execução uma forma de otimizar o trabalho policial.

Neste primeiro capítulo analisamos os principais motivos, influências e justificativas para a criação de um órgão de informações e coordenação de ações policiais na Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais durante a ditadura. A pesquisa revelou que a instituição da COSEG teve relação com diversos fatores, porém, todos relacionados com o autoritarismo que marcou esse regime. Nossa exposição procurou apoio teórico em uma metodologia da História que não limita determinado evento a apenas um processo histórico, ao contrário, busca lançar luz sobre as razões estruturais por trás de cada acontecimento.

No capítulo seguinte iremos analisar a Coordenação Geral de Segurança em sua estrutura, ideal de funcionamento e suas relações extra-institucionais, procurando dar evidência aos conceitos técnicos que deram sustentação à área de informações, em especial, os oriundos da Escola Nacional de Informações em Brasília.

¹³³ Ofício datado de 05 de novembro de 1970, do cel. Comandante do 12º RI ao diretor do DOPS, em agradecimento pela doação de 100 (cem) cassetes ao Regimento. Fundo DOPS/ pasta 4038, p. 201.

¹³⁴ HUGGINS. Polícia e Política, p. 144.

¹³⁵ MOTTA, Rodrigo P. S. *Modernizando a Repressão: a Usaid e a polícia brasileira*. Revista Brasileira de História, vol.30, nº 59, p. 241.

CAPÍTULO 2

COSEG: Estrutura e ideal de Funcionamento

2.1) O Processo de Institucionalização

Como mencionado no capítulo anterior, os militares ligados ao governo viam com desconfiança o cenário político em Minas, diante de informações de Inteligência oriundas do Exército e da Polícia Federal que acusavam Israel Pinheiro de corrupção, má administração e o responsabilizava pelo aprofundamento de uma possível crise econômica no estado. Além disso, consideravam que o governo estadual estava dominado pelo grupo político liderado por Juscelino Kubistchek, do qual fazia parte também Tancredo Neves e outros. Em março de 1969, 2 anos antes do final do mandato de Israel como governador, um processo da Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEx) enviou ao Ministério da Justiça um pedido de intervenção federal no estado de Minas Gerais, incluindo recesso da Assembleia Legislativa, suspensão e cassação dos mandatos legislativos dos políticos supostamente ligados ao ex-presidente Kubistchek¹³⁶.

A solução encontrada pela cúpula do Governo Federal foi evitar intervenção direta no governo estadual e no lugar disso fazer ações cirúrgicas no intuito de sanar os problemas de natureza política/administrativa, assim como resolver o desequilíbrio nas contas públicas e a questão da segurança, a partir da aproximação de Minas com o alto comando em Brasília. Para essa decisão, uma explicação ponderável poderia ter como argumento que a população colocaria em xeque a autoridade do regime para hastear sua bandeira de ordem e progresso, ou seja, sua capacidade de prover segurança, corrigir irregularidades e prosperar. Afinal, embora tenha havido muitos casos de cassação de mandatos de deputados estaduais, principalmente após o Ato Constitucional nº 2, uma intervenção federal que levasse à deposição do governador ou ao fechamento da Assembleia Legislativa estadual revelaria um clima de instabilidade política prejudicial aos militares no poder, o que faria aumentar o descrédito em relação ao “movimento moralizador” iniciado em 64. Assim o presidente Médici manteve o governador Israel Pinheiro no cargo até o final de seu mandato, mas exigiu

¹³⁶ Processo nº 01134 de 30 de junho de 1969 (CISEx) e processo nº 61.115/69 (Ministério da Justiça): Irregularidades no Governo de Israel Pinheiro/Minas Gerais. Arquivo Nacional/ fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0005C_0004.

que ainda no início de 1970 fossem substituídos os secretários de Educação, Viação, Finanças e Segurança.

O nome escolhido para ocupar a pasta da Segurança Pública foi o de Edmundo Adolpho Murgel, coronel do exército e homem da confiança do presidente Médici, cuja conduta militar e cívica espelhava sua total concordância com os pressupostos da “revolução de 64”. Evidência disso é que logo após o golpe havia sido condecorado com a Medalha Ordem do Mérito Militar, a maior honraria militar brasileira. Do início de sua carreira até 1970 já havia sido objeto de 53 referências elogiosas por parte de unidades militares e recebido 5 condecorações, foi quando cogitou-se que ele seria uma opção de Médici para próximo governador de Minas: “Homem vigilante, rigorosamente militar, não admite que se fale em seu nome para a sucessão do Sr. Israel Pinheiro, mas sabe-se que em qualquer questão ou assunto que se refira a Minas, o coronel Murgel é consultado”.¹³⁷

Pelo menos desde 1964, Murgel vinha adquirindo conhecimentos substanciais na área de Informações, uma vez que logo após o golpe foi designado para trabalhar no SFICI, órgão antecessor do SNI vinculado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Além disso, em 1969 havia concluído o curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas na ESG, que tinha a Informação como matéria obrigatória de sua grade curricular¹³⁸.

Ao assumir o cargo, a ideia de uma reestruturação geral na área da segurança estava sendo gestada, isso porque, pelo menos desde o início de 1969, em razão dos desdobramentos do I Seminário de Segurança Interna, estavam entre as demandas por soluções da Assessoria de Planejamento e Controle (Coordenação) desta Secretaria unir operacionalmente as polícias Militar e Civil. Coube ao novo Secretário agregar elementos construtivos a partir de sua experiência, ao identificar que a ausência de uma unidade de Informações que o auxiliasse no processo decisório poderia comprometer o adequado exercício de sua função, com consequências perniciosas para o combate à criminalidade, sobretudo, tendo em vista a necessidade de criar ou aperfeiçoar os meios que garantissem a segurança interna no estado e o eficaz controle das delegacias do interior pela SESP. Assim, as carências da Pasta por mais *conhecimento estratégico* e por ações eficientes de *planejamento e coordenação* tornaram-se o tripé de sustentação do projeto da COSEG, objetivos a serem alcançados por meio de uma

¹³⁷ Correio da Manhã, de 5 e 6 de abril de 1970, 1º Caderno, p. 10.

¹³⁸ Departamento-Geral do Pessoal (DGP): Extrato do Histórico Funcional de Edmundo Adolpho Murgel.

efetiva subordinação das instituições policiais do estado ao Secretário de Segurança Pública¹³⁹.

Mesmo que indiretamente, a Reforma Administrativa dos órgãos do Poder Executivo, Decreto-Lei nº 200, que desde 1967 estava sendo implantada no âmbito federal, atendia às necessidades do planejamento global para a área da segurança pública no estado. Particularmente o arranjo organizacional da COSEG obedecia aos seus princípios fundamentais: *planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle*. No art. 7º, por exemplo, constava que a ação governamental deveria corresponder a ‘planejamento’ que visasse à promoção do desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, sendo essa correspondência entre desenvolvimento e segurança uma herança advinda da DSN e que se desejava instituir em todos os níveis da máquina de governo. Na sequência, determinava que fossem submetidos a uma coordenação centralizada, os órgãos que desempenhassem atividades análogas, “com o objetivo de assegurar a programação e execução integrada de seus serviços”. Notadamente, tal instrução somada com as legislações subsequentes que envolviam as polícias Civil e Militar, constituir-se-iam nos argumentos legais para a SESP/MG deliberar sobre a questão em torno do entrosamento entre as duas instituições através da COSEG. Isso porque havia um consenso entre aqueles que trabalhavam com Informações de que embora haja quem estude sobre dado assunto ou questão, assessore, faça a coleta e analise, caberia sempre ao chefe da Agência a decisão do que extrair de todo conhecimento processado e do que repassar para o “cliente”.

Por meio de uma estrutura institucional verticalizada, a COSEG veio a ajustar os dois elementos condicionantes do ‘planejamento’ à ideia de ‘coordenação permanente’, presente no art. 8º da Reforma, na medida em que instruía quanto à necessidade de coordenação continuada, na forma de unidades gestoras ou de reuniões periódicas, em todos os níveis da administração, visando à racionalização da máquina pública, às tomadas de decisão e à elaboração de planos e projetos. Prescrevia ainda que toda a matéria destinada à apreciação da autoridade no topo da pirâmide hierárquica devesse ser objeto da coordenação de todas as outras chefias subordinadas, de interesse direto no assunto. Quando aplicada ao projeto COSEG, a palavra ‘coordenação’ foi incorporada a partir de todos os sentidos que expressa, especialmente os que se aproximam das noções de gerenciamento (comando, controle, direcionamento, logística, supervisão), organização (conformação, sistematização) e articulação (ajuste, harmonização, entrosamento).

¹³⁹ Relatório Especial de Informações nº 8, de maio de 1969. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal - BR_DFANBSB_ZD_0_0_0005C_0004, p. 10.

Em relação à ‘descentralização administrativa’, o §2º do art. 10 orientava quanto aos serviços integrantes da estrutura central de direção, que deveriam ser “liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle”. Em relação à COSEG, o cumprimento dessa instrução não apenas serviu para indicar seu lugar institucional no nível superior da estrutura orgânica da SESP, como também influenciou na redefinição das competências de outros Departamentos como o DOPS, que em dado momento da década de 70 passou a órgão preponderantemente de execução.

De forma complementar à descentralização, a ‘delegação de competência’ seria o instrumento a conferir “maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender”. Já o princípio do ‘controle’, dado pelo art. 13, viria a institucionalizar o pacto de confiança e apoio entre as chefias dos diferentes níveis da pirâmide hierárquica e o governo, pois determinava que o controle das atividades administrativas fosse exercido por todos aqueles ocupantes dos cargos de comando e em todos os níveis e órgãos, com ênfase na execução dos programas e da observância das normas que os governam a suas atividades específicas. Assim, a Reforma conferia maior autonomia para o chefe, em relação à condução dos trabalhos e apuração de desvio de conduta por seus subordinados.

Partindo dos pressupostos mencionados até aqui, em 30 de julho de 1970 foi instituída, na estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, a Coordenação Geral de Segurança, que até o final de 1975 seria formada pelas 4 diretorias destacadas no quadro abaixo:

Chefia	Coordenador geral das atividades do órgão, indicado pelo Secretário de Segurança
Coordenação de Informações – CODIN	Delegado de carreira com experiência em Informações.
Coordenação de Operações – COP	Oficial da Polícia Militar com experiência em planejamento de operações militares ou policiais.
Secretaria	Delegado de carreira/Assessor do chefe da COSEG e seu substituto em eventuais impedimentos.

O Decreto estadual nº 12.864 que criou a COSEG determinava sua subordinação ao Secretário da pasta e fixava como suas funções: I) “planejar e coordenar as atividades globais de segurança que envolve[ssem] o emprego conjunto dos órgãos policiais do estado, ou por este controlados; II) supervisionar as atividades de segurança no caso de emprego isolado de órgão policial”. Porém, o texto não citava qualquer incumbência de assessorar diretamente o

Secretário. Observando o disposto no decreto que a instituiu, a primeira atribuição implicaria em captar e produzir toda a espécie de informações que viesse a contribuir para a manutenção da segurança pública e realizar estudos para essa área, atividade a ser desempenhada pela Coordenação de Informações (CODIN). O controle e o planejamento das operações policiais ficaram a cargo de uma seção específica: a Coordenação de Operações (COP). Conforme se pode inferir do artigo 5º do Decreto, a COSEG já nasceria como uma importante repartição da administração estadual no campo da segurança, pois, na medida em que conferia ao Coordenador Geral o cargo referente ao de Chefe de Departamento, estendia o *status* ao próprio órgão.

Dispondo de recursos relativamente modestos para despesas com a instalação e o provimento dos cargos de chefia, únicos a serem criados, a COSEG começou a funcionar de forma precária. Apenas meses depois o major Aduary Brandão Alvim, primeiro Coordenador Geral, pôde concluir a montagem de sua equipe, ainda sem especialistas em análise de informações, mas com experientes inspetores, investigadores e detetives, em sua maioria remanejados do Serviço Secreto do DOPS. O major havia sido recrutado junto ao Exército, a pedido do coronel Edmundo Murgel, dois meses antes da criação da COSEG, pois naquele momento não se sentia seguro para selecionar, entre os quadros disponíveis na Secretaria, uma pessoa de confiança que o cargo de chefia de um órgão de informações exige.

O início das atividades na COSEG ocorreu somente em 1971, justamente neste ano, o Decreto nº 13.441 instituiu as Divisões Regionais de Polícia para o exercício das atividades preventivas, repressivas, técnicas e administrativas no interior do estado, “visando melhor distribuição e controle dos serviços policiais”, sendo a maior a Regional da Capital. Juiz de Fora sediava a segunda maior divisão, *status* que viabilizou a instalação de uma Sub-Agência Regional de Informações da COSEG nessa cidade. Além disso, a Lei nº 5.784 do mesmo ano redefiniu e aprimorou a carreira de detetive, função fundamental para a Polícia Civil, sobretudo para os trabalhos nos âmbitos do Departamento de Investigações, do DOPS e da própria COSEG.

Chamado pelo Presidente da República para chefiar a Agência do SNI do Rio de Janeiro, o coronel Edmundo Murgel esteve no cargo de Secretário de Segurança de Minas por apenas 1 ano e 3 meses, tendo sido substituído pelo também coronel Odelmo Teixeira Costa, um oficial do Exército que não gozava do mesmo prestígio que seu antecessor, mas cujo alinhamento com a atual ditadura averbaria a plena continuidade dos trabalhos ora iniciados na SESP. Já em relação à COSEG, também fora curta a permanência do major Aduary Alvim como Coordenador Geral. Ao encerrar sua missão, o Exército o recompensou com a

promoção à tenente-coronel. No final de 1972 o delegado Thacyr Omar Menezes Sia, até então responsável pelo setor de Segurança Pública do DOPS, veio a assumir essa tarefa.

Embora não houvesse dispositivos legais que enfatizassem sua atribuição de operar como órgão de informações, assim como não constava que deveria cooperar com a Comunidade de Informações, a preponderância dos assuntos de segurança interna na COSEG se impunha não apenas devido às questões de segurança nacional, mas também porque a luta armada afetava uma boa fração da “elite orgânica”¹⁴⁰, a parte civil que apoiou o golpe de 64, haja vista os constantes assaltos (expropriações, na linguagem dos guerrilheiros) a bancos e casas comerciais. Assim a Coordenação de Informações se manteve como a seção mais atuante durante todos os anos de funcionamento da COSEG. Entre março de 1971 e dezembro de 1975, a média anual de documentos produzidos pela CODIN girava em torno 1.300, entre informes, informações e pedidos de busca. Mais precisamente, se tomarmos como referência o ano de 1972, a CODIN produziu mais de 400 Informações, enquanto a COP apenas 7 planos de operações.

Os dados acima inferem que a COSEG vinha conseguindo exercer suas atribuições de órgão de informações, porém, nota-se que nesse período ainda não havia alcançado a meta de aproximar as duas principais instituições de segurança do estado, de forma a assegurar o bom desempenho dos órgãos policiais, visto que as mudanças provenientes da reorganização das Polícias Militares ocorrida em 1969 e 1970 teriam elevado o grau de tensão entre elas. Um dos pontos mais polêmicos se encontrava no artigo 2º do Regulamento aprovado em 1970 (R-200), na parte em que estabelecia o conceito de autoridade policial competente:

[Trata-se da] autoridade que, para o planejamento global e integração dos diferentes órgãos policiais, visando ao cumprimento da lei, à manutenção da ordem pública e ao exercício dos poderes constituídos, nos Estados, Territórios ou Distrito Federal, for responsável pela manutenção da ordem pública e defesa interna. No quadro do emprego das Polícias Militares (policimento ostensivo fardado e outras ações preventivas ou repressivas), são autoridades policiais competentes, para efeito do seu planejamento, os respectivos Comandantes Gerais e, por delegação destes, os comandantes de frações isoladas, quando for o caso.

A finalidade dessa definição era propiciar maior clareza ao texto da letra *a*, do Decreto–Lei nº 667/69, que versa sobre as atribuições da Polícia Militar:

¹⁴⁰ Para a versão sobre o golpe militar como conspiração civil/militar (golpe de classe) com dimensão internacional ver: DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. 1981.

Executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

No entanto, o conceito não elencava os secretários de segurança pública dos estados como autoridades competentes e, de alguma forma, a PMMG teria se aproveitado disso para não se submeter a qualquer planejamento ou orientação que partisse da SESP/MG.

Tal interpretação teria dado ensejo a alguns episódios de insubordinação da PMMG ao Secretário de Segurança do estado, Odelmo Teixeira Costa, tendo este reclamado no ano de 1972 à IGPM e ao Comandante da 4ª Região Militar:

Tudo indica que há, por parte da PMMG, o indisfarçado escopo de tornar-se o único organismo policial atuante no Estado, a [ilegível] que as autoridades federais, alertadas para tal estado de coisas, diligencia no sentido de evitá-lo, mediante adoção de medidas que evitem interpretações distorcidas, principalmente no tocante ao R200 (decreto 66.862, de 8 de julho de 1970), que tem dado margem as ditas interpretações, quanto a definição de autoridade competente para o planejamento. Esta Secretaria, na atual gestão e na do nosso ilustre antecessor, cel. Edmundo Adolpho Murgel tem colocado a Inspeção Geral das Polícias Militares a par dos fatos ocorrentes (...).¹⁴¹

Como parte do processo de institucionalização da COSEG, ainda em seus primeiros anos de atividade já era difundida em seus documentos oficiais uma marca gráfica em que se podia ver um elefante sob o triângulo da bandeira de Minas Gerais (anexo I). Embora não se saiba o motivo dessa escolha ou de quem partiu a ideia, pode-se especular com alguma convicção que a intenção era afirmar uma identidade institucional diante de outros órgãos do Sistema, com uma “assinatura” que, legitimada pela ciência, representava a inteligência e a genuína capacidade de amplo conhecimento.

Assim, considerando as experiências acumuladas por seu pessoal e as diretrizes oriundas do topo da hierarquia institucional, estavam cumpridas as duas primeiras fases do processo de institucionalização, que na teoria da administração são denominadas habitualização e objetificação. Na primeira, foi identificada pelo cel. Venício Cunha a necessidade de novos arranjos estruturais que melhor correspondessem às intenções das leis que regiam a COSEG. A segunda deu-se pelo consenso e percepção dos benefícios das práticas e modelos adotados, que se mostraram condizentes com as atribuições e funções da COSEG. Faltava a sedimentação, que no rol das conceituações administrativas significa “continuidade da estrutura ao longo do tempo” e “transmissão das tipificações aos novos

¹⁴¹ APM/Fundo SESP-COSEG – 1.1-1 / cx. 01/pacotilha: 01, p. 22.

membros da instituição”¹⁴². Essa pôde ser percebida a partir de 1975, quando o órgão deixou as fases de “laboratório” passando a fixar suas próprias normas gerais de ação.

Pensando na continuidade do “projeto COSEG”, em 1975 o Decreto estadual nº 17.200, de 13 de junho, institucionalizava a COSEG como órgão de assessoramento direto do Secretário de Segurança, porém, continuava a omitir sua principal função, a de atuar como serviço secreto da Pasta governamental. Nele, além da incumbência de planejar e coordenar as operações policiais que demandassem o empenho das duas forças policiais do estado, que já estava presente no decreto de criação, atribuía-se ao órgão a obrigação de elaborar estudos, programas e projetos referentes às ações de segurança. Na ocasião, o delegado Ediraldo José Marques Bicalho Brandão, até então o Coordenador de Informações, havia acabado de assumir a chefia da COSEG, cargo em que se manteria até março de 1983, coincidindo com a posse de Tancredo Neves para governador do estado, político considerado pela ditadura como sendo da oposição.

No projeto de reorganização da COSEG havia muito do conhecimento em Informações/*Intelligence* adquirido pelo coronel Venício Alves da Cunha, o Secretário de Segurança empossado no início de 1975 junto com Aureliano Chaves, governador de Minas eleito pela ARENA. O novo Secretário fazia parte do seletivo grupo de oficiais do Exército que trazia em seu currículo cursos específicos de Informações realizados no exterior e no Brasil: Curso de Informações para Oficiais Superiores, cursado nos Estados Unidos em 1965 e outro organizado pela Escola Superior de Guerra, concluído em 1967. Após as especializações, o coronel Venício foi designado a voltar à América do Norte em 1972, como representante do EMFA e a participar de uma importante expedição à região norte do Brasil para estudos militares, na qual se conjecturou pela primeira vez a criação de um Comando Combinado na Amazônia.

Mas o militar era também dotado de outras qualificações que atendiam às expectativas do Exército brasileiro, especialmente nos quesitos liderança e coordenação. Afastado da função de Oficial de Gabinete do Ministro do Exército em janeiro de 1969¹⁴³, foi mandado ao Espírito Santo no início de 1970 para comandar o 3º BC - Batalhão de Caçadores (atual 38º Batalhão de Infantaria - Batalhão Tibúrcio) localizado em Vila Velha. Devidamente ambientado ao local, recebeu a tarefa de organizar e implantar naquele estado a DELEGACIA

¹⁴² THOMPSON, Ana Carolina Rolim Tucunduva da Fonseca. MENDES, Edson de Paula Rodrigues. THOMPSON, Carlos Eduardo Marques. *Os Processos de Institucionalização como Mecanismo de Conversão do Conhecimento Individual em Conhecimento Organizacional: contribuições da aprendizagem e da gestão do conhecimento*. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 04 a 07 de 2011, p. 9.

¹⁴³ Pela Portaria de 2 de janeiro de 1969 (6-GE-B), do Ministro de Estado do Exército.

DA ADESG¹⁴⁴. Cumpriu a missão e deixou o estado com o título de cidadão espírito-santense dado por uma Lei-Ordinária¹⁴⁵.

A grande contribuição do coronel Venício Cunha para com a conclusão do processo de institucionalização da COSEG está relacionada com a divisão setorial empregada para distribuição das atividades e, com isso, o estabelecimento de um sistema de delegação de responsabilidades e autoridades que visava torná-la mais dinâmica e eficiente, além de ter estabelecido de maneira minuciosa o funcionamento e as atribuições específicas do órgão e seus componentes. A decisão de ampliar o organograma obedecia a uma regra básica relacionada a quaisquer Órgãos de Informações, notadamente o princípio da compartimentação, que “consiste na organização e direção de um órgão de informações de tal maneira que pessoas de um setor conheçam apenas aquilo que precisem conhecer acerca do pessoal, organização ou atividades de qualquer outro componente”¹⁴⁶. Tais mudanças foram implantadas por meio do Decreto 17.200 e do Regimento Interno da COSEG, ambos de 1975.

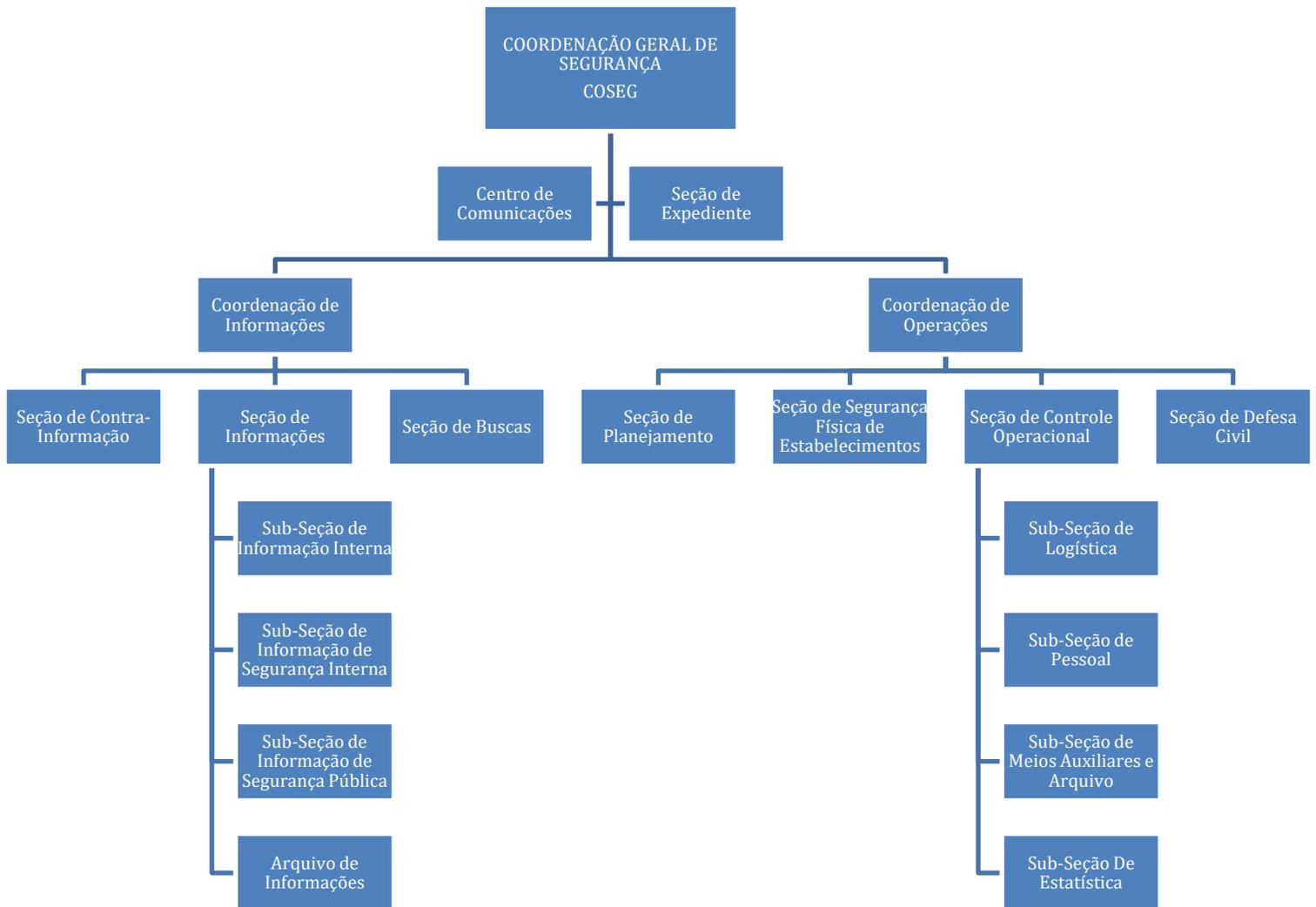
Concorreu para que o programa experimental resultasse na sua implantação definitiva e na ampliação da estrutura orgânica da COSEG, seu satisfatório desempenho junto às instâncias superiores da Comunidade de Informações (como decorrência do foco nas informações de segurança interna), assim como seus bons préstimos para controle das delegacias do interior, uma vez que, a julgar pelas constantes reclamações de insubordinação da PMMG à SESP, o órgão ainda não figurava como elo forte de ligação entre as instituições de segurança. Por este motivo, o texto de 1975 que dispunha sobre suas competências determinava, em parágrafo único, que “as Polícias Civil e Militar fornece[ssem] à COSEG dados relativos à pessoal e à logística para a elaboração de estudos, programas e projetos de ação de segurança”.

¹⁴⁴ Notícias: Conheça a História da ADESG no Espírito Santo. Em: www.adesges.org.br › adesges. Último acesso em 06/09/20.

¹⁴⁵ Estado do Espírito Santo. Lei Ordinária nº 2.533, de 24/09/1970. Revogada pela Lei nº 10.972/2019 e consolidada pelo decreto legislativo nº 148/2018, publicado no DPL de 13/12/2018

¹⁴⁶ Glossário de Informações – Terminologia – Siglas e suas significações. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. AGR.RFU. 13, p. 385.

Vejamos a seguir o organograma da COSEG conforme a Resolução Reservada 01, de novembro de 1975.



Na visão do coronel Venício “a organicidade da instituição quando não gerada e regida por legislação específica, flexível e dinâmica, secciona a ação da segurança em prejuízo da eficiência pretendida, tanto na área de apoio quanto na realização da atividade operacional pelas Unidades de Polícia”¹⁴⁷. Fiel a este pensamento, em 02 de abril de 1976 assinou o Decreto nº 17.825 que reorganizava a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais e redefinia as funções e os componentes do Sistema Operacional de Segurança e Trânsito instituído ainda na gestão do cel. Odelmo Teixeira Costa¹⁴⁸. Nele, além de outras deliberações que impactariam de maneira significativa no funcionamento da COSEG, pela primeira vez tornou-se pública a estruturação deste órgão e se fez menção a sua tarefa fundamental, a de atuar com Informações:

A Coordenação Geral de Segurança (COSEG) é o órgão responsável pelo estudo, planejamento, coordenação e supervisão de todas as atividades operacionais e de informações da Secretaria, competindo-lhe, ainda, preparar as diretrizes e ordens do Secretário de Estado da Segurança Pública no campo da segurança, com vistas a assegurar a eficiência operacional dos órgãos do Sistema de Segurança e Trânsito como um todo.¹⁴⁹

Desde sua fundação, a COSEG carecia de dispositivos legais próprios que definissem as competências e orientassem os trabalhos das suas Divisões de forma objetiva. Assim, a medida supramencionada somada ao Regimento Interno deste órgão redigido em fins do ano anterior veio a encerrar as fases de habitualização, objetificação e sedimentação de seu processo de institucionalização, que envolveu padronização de procedimentos, formação de pessoal especializado e reconhecimento institucional, elementos responsáveis por sua estabilidade.

2.2) Funcionamento conforme o Regimento Interno

O ano de 1975 marcou o início da fase em que a COSEG consolidou padrões de condutas e certo nível de especialização, se tornando um instrumento útil para o bom andamento dos serviços relacionados à administração da segurança pública no estado. Dessa

¹⁴⁷ Relatório de Atividades – Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais – 1976. CPI do DOPS, Vol. II, p. 154.

¹⁴⁸ Em 1976 foi também criado o Serviço de Permanência, através da Resolução Reservada nº 2, fixado na COSEG, na Superintendência de Polícia Civil e na PMMG, “para planejamento dinâmico e controle operacional”, com o escopo de dar ao secretário de Estado uma acessória constante para formular suas ordens e decisões face às situações de emergência que ocorressem fora do expediente normal. O serviço de Permanência era chefiado por um delegado de polícia de carreira e um oficial da PMMG, mediante escala.

¹⁴⁹ Artigo 9º do Decreto nº 17.825, de 02/04/1976.

forma, a construção de saberes e práticas, somada às legislações anteriores e aos princípios norteadores dos órgãos de informações deram origem à Resolução Reservada nº 01, de 17 de novembro de 1975, que dispunha sobre o Regimento Interno da Coordenação Geral de Segurança e que vigoraria pelo menos até o início da década de 1990. Esta sessão será dedicada ao estudo deste documento, notadamente a expressão maior da ambição da SSP/MG de obter o efetivo controle sobre o aparato de segurança estadual, sobretudo contando com a construção de um grande banco de dados formado por informações políticas e sociais, em grande medida, em detrimento do desenvolvimento do setor de informações para aplicação no combate à criminalidade dita comum.

O documento especificava como sendo de competência da COSEG: I) elaborar estudos, programas e projetos referentes às ações de segurança, observadas as diretrizes estabelecidas pelo secretário de Estado de Segurança Pública; II) planejar o emprego conjunto das polícias Militar e Civil em ações de segurança; III) orientar, coordenar e supervisionar atividades de informações e contra-informação das polícias Militar e Civil; IV) planejar, coordenar e supervisionar as atividades de Segurança Física de Estabelecimentos no Estado; V) produzir e difundir informações internas, de segurança interna e de segurança pública; VI) promover estudos para a fixação da política, da estratégia e da doutrina de segurança pública no Estado; VII) orientar a busca de informes segundo os Elementos Essenciais de Informação – EEI – estabelecidos pelo secretário de Estado da Segurança Pública e os constantes no Plano Nacional de Informações.

Havia uma orientação quanto às características a serem apreciadas para a seleção do pessoal a ser empregado nas atividades da COSEG. Deveria ser feita a análise qualitativa e quantitativa dos aspectos caracterológicos, éticos, sociais, intelectuais e físicos dos candidatos. Para ocupar alguns cargos, antes era preciso ter sido indicado para cursar a Escola Nacional de Informações ou algum outro centro de instrução de informações.¹⁵⁰

Situado no topo da organização estava o Coordenador Geral, que respondia diretamente ao Secretário de Segurança. Além de chefiar as atividades da COSEG, supervisionando as ordens das chefias subalternas e o cumprimento das regras internas, entre as principais funções do Coordenador Geral estava assessorar o chefe da Pasta “nas suas atividades de responsável pela preservação e manutenção, em todo o estado, da ordem pública e segurança interna, bem como emitir parecer nos assuntos cuja decisão do Secretário [acarretasse] implicações nas áreas da segurança pública e da segurança interna” e ainda

¹⁵⁰ Ver anexo VII: descrição pormenorizada da “Orientação para seleção do pessoal a ser lotado na COSEG”.

participar das reuniões do Conselho de Segurança Pública. Dessa forma, passava pelo crivo do chefe da COSEG desde emitir Parecer sobre projetos de leis até a escolha de chefes de Departamento e de delegados regionais.

Ao que parece, ser Coordenador Geral da COSEG representava um grande passo na carreira policial, isso deduzido pela trajetória do delegado Maurílio Nabak, que de Corregedor Geral de Polícia Civil em 1985 passou a ocupar o cargo de Coordenador Geral de Segurança em 1992. Já o delegado Fábio Alvim Moreira Machado, de Superintendente de Polícia Metropolitana em 1985, passou a chefiar a COSEG em 1988.

2.2.1- A Coordenação de Informações (CODIN)

Embora a estrutura orgânica da COSEG se subdividisse a partir de sua Chefia e de seus dois braços – Coordenação de Operações (COp), a Coordenação de Informações (CODIN) – toda a atividade-fim do órgão apoiava-se nos trabalhos da Inteligência. Com a meta de “conhecer e acompanhar a evolução da conjuntura interna no Estado de Minas Gerais, visando a determinação de suas vulnerabilidades”, a CODIN tinha três Seções sob seu comando: *Seção de Informações*, *Seção de Contra-Inteligência* e *Seção de Buscas*. O serviço desenvolvido nestes setores se dava por meio de instruções específicas oriundas do Plano Nacional de Informações, das necessidades circunstanciais dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações ou das expressas pelo chefe do órgão.

O Regimento instruía quanto aos tipos de documentos resultantes das atividades no âmbito da CODIN – Informe, Informação, Estudo, Sumário e Relatórios Periódico e Especial de Informações –, também quanto às características das Informações e as quais categorias deveriam pertencer:

Informações de categoria interna, de segurança interna e de segurança pública, de natureza descritiva, corrente e estimada, ao nível da Secretaria de Estado da Segurança Pública, bem como as dos campos político, econômico, psicossocial, e aquelas sobre os aspectos geográficos, biográficos e técnico-científicos que interessem ou possam vir a interessar à Pasta (...).

Classificar as informações produzidas significava determinar suas características e sua finalidade dentro dos objetivos almejados. As *descritivas* constituíam-se em Informações básicas, ou seja, aquelas cujo entendimento é formado a partir de conhecimentos já

consolidados, levantados ou catalogados relacionadas a diferentes áreas¹⁵¹. Essa classe de informações oferecia suporte primário, porém relevante e relativamente permanente, aos vários serviços realizados pela COSEG. As *correntes* eram assim definidas devido ao seu valor utilitário imediato para as Unidades de planejamento e execução, às vezes sem tempo hábil para que houvesse uma avaliação ou análise completa dos dados. A partir dela desejava-se obter conhecimento recente da conjuntura interna, por isso, geralmente era utilizada também para atualizar as informações descritivas. Já as Informações *estimadas* eram aquelas pelas quais se passava para as chefias superiores – no caso, ao Coordenador Geral e este ao Secretário de Segurança – “a projeção, em futuro previsível, de um fato ou situação, feita com base na análise objetiva de todos os dados envolvidos e no estudo das possibilidades e probabilidades de sua evolução”¹⁵². Visando a produção de estimativas, o analista elaborava especulações com alto grau de prospecção, reflexão e avaliação.

Para atender a demanda imposta pela divisão nas três categorias – Interna, de Segurança Interna e de Segurança Pública – foram criadas três Subseções específicas vinculadas à Seção de Informações da CODIN, além de um Arquivo de Informações. O papel que exerciam servia para alimentar a Secretaria de Segurança dos conhecimentos que julgavam indispensáveis para avaliar a conjuntura, formular políticas de prevenção e combate à criminalidade e em alguns casos, planejar outras ações, operações e investigações policiais. A orientação geral a elas destinada era para “coletar dados, acionar a busca de informes, avaliar, analisar, integrar e interpretar os dados obtidos e difundir as informações produzidas para o chefe da CODIN (...)”, além de seus efetivos manterem-se sempre atentos às medidas de segurança impostas pelo ofício, como a compartimentação como regra interna e a discrição como postura individual.

Subseção de Informações Internas

A Subseção de *Informações Internas* era responsável pela produção das informações “destinadas especificamente à satisfação das necessidades de interesse nacional, permitindo o conhecimento das possibilidades e limitações do Poder Nacional”¹⁵³. Portanto, a atenção de seus analistas e agentes estaria voltada para os campos político, econômico, psicossocial e da administração pública, nos limites do estado de Minas Gerais. Em relação ao campo político,

¹⁵¹ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979, p. 286.

¹⁵² *Ibidem*, p. 287.

¹⁵³ Glossário de Informações – Terminologia – Siglas e suas significações. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. AGR.RFU. 13, p. 394.

cabia a essa Subseção obter amplo conhecimento em relação aos partidos políticos, seus líderes e demais integrantes, líderes do governo e da oposição, vereadores, prefeitos e presidentes das Câmaras municipais. A COSEG arquivou informações a respeito de mais de 40 partidos políticos, suas alas específicas e seus filiados¹⁵⁴. Existem inúmeros registros que exemplificam seu grande empenho para dar conta de precisar todas as intenções eleitorais e disputas no interior dos partidos políticos, sobretudo em vista das eleições de 1988 e 89. Para isso, as DRSP ou a própria Seção de Buscas da COSEG acionava informantes ou destacava detetives para, discretamente, acompanhar as convenções partidárias municipais.¹⁵⁵

Além disso, observa-se pela comparação de conjuntos documentais do acervo proveniente da COSEG, cujos temas são partidos políticos brasileiros e as datas são próximas, uma tendência maior ao monitoramento das atividades do PCB e PT e também do PC do B, porém em menor grau¹⁵⁶. Nos demais partidos interessava saber apenas quais nomes iriam concorrer as eleições, os candidatos eleitos ou a filiação de pessoas consideradas subversivas, mas em relação ao PT e ao PCB a perseguição ia mais além. Por exemplo, muitos foram os eventos promovidos pelo do PT (convenções, debates, seminários, etc.), ocorridos na capital mineira entre março e junho de 1988, nos quais havia pelo menos um agente de busca da COSEG para fazer o levantamento de dados visando a produção de Informes, a partir do relato dos assuntos debatidos¹⁵⁷. Os nomes das lideranças presentes e membros de maior destaque era um dos dados obrigatórios, além do recolhimento de toda propaganda impressa encontrada.

Para o trabalho relacionado às informações sobre economia era preciso compreender a dinâmica dos setores essenciais para o estado nesse campo, em especial as regiões industriais e as de produção agropecuária, os recursos naturais, os sistemas de transporte e comunicação, o comércio e as atividades dos órgãos estatais de desenvolvimento. A incumbência sobre a administração pública exigia o estudo sobre a política governamental vigente e a organização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive mantendo a listagem atualizada de seus membros. Já os aspectos psicossociais demandavam constantes levantamentos

¹⁵⁴ Conforme pode ser apurado na “Listagem do acervo COSEG” recolhido pelo Arquivo Público Mineiro em 2013.

¹⁵⁵ APM/fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo70/pastas: AA.06.02/ AA.06.03 / AB.19.01 / AB.19.01.02 / AB.19.02.

¹⁵⁶ APM/fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/comparativo das pastas pertencentes ao rolo 70/ Exemplo: AA.06.03(PT) com AA.06.02 (PMDB).

¹⁵⁷ APM/fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 70 e microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/rolo 10.

demográficos sobre Minas Gerais, com atenção para os indicadores de cultura, valores, estratificação social, nível de instrução, densidade e crescimento populacional.

Nestes campos de atuação, muitos dos dados compilados podem ser classificados como sendo Informações descritivas. Ciente desse fato, a equipe responsável por formular as diretrizes gerais no órgão fez constar no Regimento que as informações produzidas por este setor, inclusive as do campo político, deveriam ser difundidas não apenas para o chefe da CODIN, como também para as demais Subseções da Seção de Informações, ordem que não se aplicava, por exemplo, à Subseção de Informações de Segurança Interna.

Na prática, a Subseção de Informações Internas procurou focar em manter informações atualizadas sobre os integrantes dos três Poderes, prefeitos e presidentes das Câmaras municipais e Comandantes das Unidades militares. Para subsidiar a obtenção dos dados e o processo de produção dessas informações, além do recurso de acionar a Seção de Buscas, o pessoal lotado nesta Subseção procurava manter contato com os diferentes setores da administração pública, e com os delegados lotados em cidades do interior¹⁵⁸. No entanto, o projeto das Informações Internas se mostrava ambicioso demais, encontrando limites para sua total execução. Conforme o exemplo dado por Ediraldo Brandão, Coordenador Geral entre 1975 e 1982, após um período de eleições municipais, a COSEG tentou fazer o levantamento de todos os vereadores eleitos, o número de votos que cada um deles recebeu, mas o trabalho ficou incompleto, fato que ocorria em outras situações, muitas das vezes, por falta de pessoal¹⁵⁹.

Subseção de Informações de Segurança Interna

Outra Subseção vinculada a Seção de Informações da CODIN era a de *Informações de Segurança Interna*, responsável pelas informações que permitiam conhecer “os antagonismos e pressões capazes de atuar no âmbito interno do país e avaliar os modos de atuação de seus agentes, para permitir a adoção de medidas que se destinem a identificá-los, neutralizá-los ou anulá-los”¹⁶⁰. Tomando como referência o próprio conceito de segurança interna, qualquer manifestação que desse eco aos problemas sociais ou se opusesse ao sistema político imposto pela ditadura considerava-se ato subversivo. Assim, os principais alvos do monitoramento desta Subseção eram os sindicalistas, as organizações de esquerda, os movimentos sociais, os

¹⁵⁸ Por este motivo, espera-se encontrar os documentos dessa comunicação nos microfilmes pertencentes ao acervo COSEG que contenham as Pastas de Municípios.

¹⁵⁹ CPI do DOPS, vol. I, p. 789.

¹⁶⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra: Doutrina Básica. Rio de Janeiro, 1979, p. 247.

comunistas, anarquistas, socialistas e seus simpatizantes, assim como as entidades estudantis e o clero progressista.

Nos termos dado pelo Capítulo X do Regimento Interno, o objetivo era “conhecer as organizações de classe, os aspectos de orientação e a linha geral da subversão, as práticas, métodos, meios e áreas de atuação de subversivos e as doutrinas subversivas contemporâneas”. Para isso, o texto determinava que suas ações convergissem no sentido de “*identificar e acompanhar as atividades suspeitas de classe, de extremistas e de entidades estudantis, religiosas, e bem como a corrupção*”, também que se mantivesse ligação permanente com os órgãos do Sistema Nacional de Informações existentes no estado.

Estudos mostram que a polícia política mineira manteve a vigilância do meio trabalhista urbano e rural como prioridade, por ser considerado espaço propício para propagação das ideias subversivas e principalmente por serem esses os protagonistas de uma possível revolução social, segundo a tese comunista sobre as vanguardas revolucionárias. De fato, a teoria marxista preconizava a classe trabalhadora, vítima da opressão e ganância do capitalismo, como a que historicamente deveria ocupar o lugar de classe dominante mediante um processo de mudança radical do sistema político, econômico e social, envolvendo a socialização dos meios de produção e o fim da propriedade privada. As noções de luta de classes e revolução proletária foram apresentadas respectivamente como questão a ser resolvida e solução possível e estavam ancoradas em estudos aprofundados, sobretudo nos campos da economia e filosofia, além de observações sociológicas. Ou seja, não apenas o potencial de atração da ideologia socialista, em país capitalista marcado por desigualdades socioeconômicas abissais, como também seu alto grau de sofisticação impressionava, ao mesmo tempo em que alarmava o Estado e a chamada alta burguesia. Assim, em vista da transferência para a COSEG da atividade de informações, a perseguição aos operários e trabalhadores rurais fora mantida.

Desde quando a espionagem passou a ser praticada no estado, com a finalidade de monitorar os ‘focos de subversão’, elegeu-se o método de infiltração de agentes secretos entre o operariado¹⁶¹. No meio rural, a estratégia utilizada era enviar um detetive para as áreas críticas onde houvesse sindicatos rurais atuantes, entidades de apoio aos trabalhadores do campo e conflitos por terras. A apuração era feita por meio de conversas com a autoridade policial local e/ou com informantes. Em ambos os casos havia a intenção de identificar antagonismos com potencial de gerar um clima de tensão social e favorecer a exploração

¹⁶¹ ASSUNÇÃO. DOPS/MG, P. 40-41.

ideológica, sobretudo tendo em vista uma possível influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou de alguma de suas dissidências nesses ambientes. De modo geral, as pressões exercidas pelos trabalhadores para solução de problemas trabalhistas e sociais eram tratadas como indícios de desagregação e hostilidade.

Herdeiros do pensamento posteriormente identificado como autoritário/conservador elaborado nas primeiras décadas do século XX, os órgãos de segurança e informações compartilhavam da visão de que

O problema social não é um problema de classes, e o ponto de vista dos interesses de classe é um dos agentes perturbadores de sua solução, causa de seus conflitos e de suas crises (...), o problema social em sua verdadeira e profunda feição, não exprime outra coisa senão a investigação dos meios de estabelecer a sociedade sobre bases que garantam a todos os indivíduos uma segurança econômica, que lhes assegure, também, os meios de bem-estar, de educação e de cultura, em todas as situações de fortuna. O problema do proletariado é apenas umas das faces do problema social. As medidas diretas de proteção ao operário (...) transformam-se, quando exageradas e isoladas de qualquer sistema amplo de política social, em causas de desequilíbrio.¹⁶²

De fato, diante da completa incorporação da tradição anticomunista na disciplina policial, somada à incapacidade dos gestores públicos resolverem divergências políticas de maneira democrática, os movimentos de massa, reivindicatórios ou antiditatoriais, seguiram sendo taxados como perturbação da ordem pública. Entre os órgãos de repressão havia a interpretação de que as ações por parte desses movimentos tendiam a enfraquecer a confiança da população para com o governo, incidindo sobre estes também a acusação de subversivos, caracterizando atentado à segurança nacional.

Na Subseção de Informações de Segurança Interna foi introduzida a interpretação engendrada na ESG de que a luta ideológica, advinda das ideias marxistas com a qual o bloco comunista ‘explorava as contradições internas’ – sobretudo nos campos econômico, político, psicossocial – e ‘advogava soluções radicais’ constituía grande ameaça à segurança interna¹⁶³. Essa sincronia serviu para superestimar, no interior da COSEG, o alcance das ações das organizações de luta armada que, embora seus integrantes fossem considerados terroristas pelos órgãos de segurança e informações, os próprios militares reconheciam que se tratava de um grupo minoritário. Os extremistas citados no Regulamento eram os socialistas e os adeptos da teoria da revolução proletária, abrangendo tanto os grupos guerrilheiros quanto os da chamada via democrática ou etapista.

¹⁶² Alberto Torres. Op. Cit. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976, p. 39.

¹⁶³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979, p. 240.

Desde a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, as entidades estudantis se tornaram relativamente presentes e atuantes no cotidiano das grandes cidades, despertando especial atenção dos órgãos de segurança e informações. A principal pauta de reivindicação das entidades de nível médio e superior de ensino era por mudanças na política educacional que levassem ao ensino público e gratuito, ao aumento do número de vagas nas instituições, reformulação da grade curricular e melhorias nos programas de pós-graduação. Porém, ao longo do tempo elas foram introduzindo as causas sociais em seus debates, e se posicionando por meio de passeatas, panfletagem, pichações e outros atos públicos, a favor da ampliação dos direitos da classe trabalhadora, por uma política nacional-estadista e pelas liberdades democráticas.

Mesmo após 64, quando a UNE foi posta na ilegalidade pelo governo militar, o Movimento Estudantil manteve sua tradição de comunicar por meio de assembleias, reuniões abertas e ações culturais, como uma forma de interação social e de amplificar o alcance de suas vozes. Se por um lado toda essa exposição fazia aumentar a perseguição a estudantes, serviu também para atrair o interesse de organizações de esquerda para formação de quadros, como a Ação Popular (AP) que na sua origem estabeleceu um forte setor estudantil como força de mobilização para despertar a consciência de classe de operários e camponeses, ou em alguns casos, até mesmo alfabetizá-los. Nesse ponto, em particular, residia o temor da ditadura de que através desse empenho fosse formada uma legião de militantes organizados e politizados dispostos a subverter a ordem a qualquer custo.

Passado o período em que o movimento estudantil se viu compelido a agir de maneira dispersa e descentralizada, por volta do ano de 1976 as entidades estudantis regionais se mobilizaram para uma reorganização em nível nacional. Uma dessas tentativas foi o III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), marcado para ocorrer em Belo Horizonte no fim do primeiro semestre de 1977. Sensibilizados pela prisão de muitos operários e estudantes cerca de um mês antes em São Paulo, em razão das comemorações pelo Dia do Trabalhador, o Encontro contaria com um grande número de estudantes vindos de várias partes do país, se não tivessem sido barrados na entrada da cidade pela PMMG. Em outra ação, o DOPS/MG foi acionado pela COSEG para invadir os Diretórios Acadêmicos de várias unidades de ensino, além disso, o local do Encontro, a Faculdade de Medicina da UFMG, foi cercado pelo

Exército, culminando na prisão e no enquadramento na Lei de Segurança Nacional de cerca de 300 estudantes que ali estavam¹⁶⁴.

Seitas e organizações religiosas, sobretudo as ligadas à Igreja Católica, também eram monitoradas pela Subseção de Segurança Interna. Isso porque, pelo menos desde o início da década de 1960 alguns membros mais progressistas do clero vinham incomodando os conservadores pelas pregações que levavam os fiéis a refletirem sobre a pobreza e a opressão, muito embora a postura comum no meio cristão fosse de apoio às medidas de cerceamento que visassem conter o comunismo, não apenas pelo ateísmo identificado com a ideologia ou o desprezo por seus princípios morais e costumes, como também pela promessa de mudança na secular hierarquia social na qual a Igreja ocupava lugar privilegiado.

Os arquivos da polícia política mineira apontam que antes mesmo do início do governo militar, os órgãos de informações averiguavam o envolvimento de religiosos com o movimento de Ação Popular, que viria a se tornar uma das organizações de esquerda mais atuantes durante a ditadura, tendo gerado algumas dissidências mais radicais. Sobre sua formação consta que integrantes da JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica), agremiações vinculadas a Arquidiocese Metropolitana de Belo Horizonte, somaram-se a outros grupos de Ação Católica pelo Brasil para uma atuação coordenada que levasse a transformações sociais, porém, conferindo-lhes “(...) um sentido humanista e cristão, antecipando-se a possível ou mesmo talvez já iminente orientação marxista deste processo de mudança da sociedade brasileira”¹⁶⁵. As primeiras reuniões para formação de um movimento de Ação Popular contaram com a participação de padres que colaboravam com a parte doutrinária e com orientação espiritual. Em 1963 saíria o primeiro documento base da AP, agora dividindo a liderança com pessoas fora do meio religioso e tendo membros a disposição em diversos setores da sociedade.

Outro motivo para a perseguição a religiosos é devido à aproximação de alguns desses com a Teologia da Libertação, uma corrente de pensamento cristã que chegou ao Brasil em meados da década de 60, onde também se desenvolveu, cujos princípios envolviam uma compreensão crítica da realidade por meio da análise marxista das contradições da sociedade. Os adeptos dessa linha entendiam que a saída para as desigualdades sociais e opressão dos pobres, questões apontadas como sendo incompatíveis com os fundamentos cristãos, seria a conscientização do oprimido em relação às estruturas que originaram tais problemas e o

¹⁶⁴ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação:br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008947.

¹⁶⁵ Declarações do Padre Henrique de Lima Vaz em 13 de julho de 1964. APM, fundo DOPS, rolo 54, pasta 4150.

engajamento da Igreja em projetos de ação social, sobretudo nos locais de maior carência e miséria.

Por volta do ano de 1970, da percepção libertária do papel da Igreja surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), núcleos de formação cristã, organizados em torno de paróquias ou capelas que originalmente desenvolviam também trabalho social e promoviam discussões sobre os problemas das comunidades onde atuavam. Os órgãos de segurança e informações viam com desconfiança o trabalho desenvolvido nas CEBs, diante da possibilidade de se tornarem centros de politização das camadas mais pobres da sociedade e espaço propício para a doutrinação marxista.

Embora os registros não apontem para o engajamento político de um grande número de clérigos durante a ditadura, eles revelam que muitos padres eventualmente utilizavam suas igrejas para reuniões de militantes de esquerda ou ainda para esconder perseguidos pela repressão. Além disso, alguns se posicionavam contra a violência estatal, pela anistia aos presos e exilados políticos e pelo retorno da democracia, haja vista que a situação nacional sensibilizou até mesmo bispos e arcebispos brasileiros. Porém, como tarefa periódica de vigilância a religiosos, a COSEG focou nas entidades que mantinham relação direta e constante com as massas populares, por isso, não é raro encontrar no seu acervo documental pastas que dão conhecimento também do que se passava nas várias Pastorais católicas¹⁶⁶.

Como é sabido, uma das justificativas utilizadas pelos militares para o golpe de 64 foi a urgência de se combater a corrupção, pois, entre outras coisas, era identificada como um grande óbice à segurança interna, uma vez que gerava instabilidade política ao minar a confiança do povo em seus governantes e no sistema político vigente, pelo efeito desmoralizante que produz. A partir dessa premissa, pelo Decreto nº 359 de 17 de dezembro de 1968 foi criada a Comissão Geral de Investigações, semelhante a que fora instituída em abril de 1964 pelo Comando Supremo da “Revolução”, “com a incumbência de promover investigações sumárias para o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública”.

Estes foram os motivos que levaram o Secretário Venício Cunha a atribuir à Subseção de Informações de Segurança Interna também a missão de reconhecer indícios e coletar dados sobre corrupção, notadamente no tocante aos crimes contra a administração pública previstos no Código Penal, assim como os de enriquecimento ilícito especificados no Ato

¹⁶⁶ Por meio da Subseção de Informações de Segurança Interna, a CODIN monitorava as principais ações das Pastorais Carcerária, Operária, Universitária, do Menor, de Favelas, da Terra, da Juventude, da Mulher Marginalizada, da Moradia e da Região Industrial, além das diretrizes emanadas da Coordenação Arquidiocesana de Pastoral.

Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969. A exceção se dava ao item II, do artigo 2º dessa lei, pelo qual se definia enriquecimento ilícito como atos que resultassem de exploração de jogos de azar ou de lenocínio e do comércio clandestino de entorpecentes, estes ficando na alçada da Subseção de Informações de Segurança Pública.

Subseção de Informações de Segurança Pública

Em muitos trechos, o Regulamento da COSEG se mostra pouco esclarecedor quando a intenção é definir as competências da Subseção de Informações de Segurança Pública. Sua principal determinação nesse sentido era que o setor conhecesse e acompanhasse “a evolução da conjuntura estadual no campo da segurança pública, nas áreas regionais de polícia, identificando as suas vulnerabilidades”. Havia também orientações mais gerais, tais como manter uma lista atualizada do efetivo policial das Regionais de Polícia, dos delegados municipais, dos Comandantes de Unidades das Forças Armadas e de frações da PMMG, de juízes e promotores em exercício nas sedes de comarcas, e ainda de todos os meios de transporte, com seus respectivos horários e conexões. Era igualmente imprescindível que soubessem o tempo médio necessário para o deslocamento entre capital mineira e as Sedes das instituições citadas acima, para o caso de possíveis viagens à serviço de policiais ou autoridades. Dessa forma, o Serviço ligava o poder executivo ao interior de Minas, visando um melhor desempenho do Sistema de Segurança e Trânsito do estado.

Análises na documentação à respeito da COSEG indicam que a princípio tomou-se o cuidado de não confundir o trabalho de gerar informações de segurança pública com o de investigação policial, ou com o que mais tarde seria conhecido por inteligência policial. Suas atividades estavam voltadas basicamente para estimar a evolução da criminalidade dita comum no estado, a partir dos dados gerais compilados e fornecidos pelas Divisões Regionais ou os oriundos diretamente das delegacias municipais. Posteriormente, mais precisamente a partir de 1985, esse Serviço passou a também produzir estudos e conhecimentos úteis no processo investigativo (atividade ligada à investigação policial). Como avalia o cientista político Marco Cepik, embora não seja fácil delimitar a jurisdição das polícias e dos serviços de informações, uma diferença marcante encontra-se no escopo de cada uma dessas atividades, pois

Enquanto as investigações criminais buscam elucidar a autoria de crimes e contravenções penais específicas, os alvos dos serviços de inteligência são atores e fenômenos mais abrangentes, os quais precisam ser conhecidos para que políticas públicas mais eficazes possam ser desenhadas. O produto final de uma investigação criminal é a instrução de um processo judicial, enquanto

o produto de uma operação de inteligência é um relatório sobre o conhecimento adquirido¹⁶⁷.

Por outro lado, não havia no Regulamento uma orientação precisa quanto aos alvos da Subseção de Segurança Pública, tal como havia nas demais Subseções de Informações. Pesa ainda a possibilidade de que essa divisão tenha por muito tempo operado sem o amparo de uma conceituação clara de segurança pública, naturalmente um referencial basilar para o processo de produção das Informações nesse âmbito. A Constituição do Estado de Minas Gerais não trazia essa explicação e a nacional nem mesmo fazia menção. O item IV do art. 3º da Lei nº 17.825 que em 1976 reorganizou a SESP apenas prescrevia qual era a finalidade da segurança pública: “proteger a vida e os bens, preservar a ordem pública e defender as instituições”.

Como citamos anteriormente, havia uma definição de segurança pública formulada por militares da ESG durante a ditadura que a integrava ao quadro da segurança interna e ambas à Segurança Nacional. Porém, um entendimento mais aprofundado do conceito de segurança pública foi sendo construído somente a partir de 1987, por ocasião do III Congresso de Polícias Militares ocorrido em Belo Horizonte. Na ocasião, vários conferencistas, entre juristas, políticos e profissionais da segurança pública de todo país elaboraram textos que serviriam para, entre outras coisas, subsidiar os debates na Assembleia Nacional Constituinte sobre segurança pública e o lugar das PMs na nova Constituição. Deste encontro saiu o artigo do jurista e professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto intitulado “*Uma Revisão Doutrinária dos Conceitos de Ordem Pública e Segurança Pública*”, que em muito contribuiu na discussão teórica sobre o assunto. Este trabalho estabeleceu os seguintes pressupostos:

*A ordem é uma ideia estática. É uma situação. Ela existe graças a uma disposição interna, de um sistema qualquer que viabiliza sua organização. (...) A segurança é uma ideia dinâmica. É uma atividade. Ela existe como função de garantia da ordem. (...) Quando a ordem se refere a toda a organização da convivência pública de uma sociedade, temos a ordem pública. É, portanto, a disposição interna da organização social das interações interindividuais públicas, permanentes ou ocasionais, que viabiliza a convivência pública. Em consequência, quando a segurança se refere à garantia de toda ordem pública de uma sociedade, temos a segurança pública.*¹⁶⁸

¹⁶⁷ CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 46, nº 1, 2003, P. 116.

¹⁶⁸ NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. A Segurança Pública na Constituição. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 28, nº 109, jan./mar. 1991, p. 139-142.

Não obstante ambos os termos ostentarem uma ampla margem de abstração, depreende-se do estudo acima que a ordem pública implica em uma convivência ordenada legal e moralmente, e pauta-se pela manutenção de um estado de tranquilidade social, política e econômica no qual se deve considerar tanto a ideologia política adotada pelo Estado quanto os princípios éticos vigentes na sociedade (NETO, 1991; BOBIO, et al., 1998). Obviamente, esse *status* é protegido por legislação penal, administrativa e policial que prevêm uma série quase incontável de punições para práticas ilícitas.

Ter em vista os conceitos de ordem pública e segurança pública preenche as condições mínimas para definir o trabalho realizado na Subseção de Informações de Segurança Pública: formar um quadro geral a partir da sistematização da incidência no estado dos chamados crimes comuns, com vistas a prevenir ou neutralizar ameaças reais ou potenciais à ordem pública. Porém, procurando manter o foco em realizar estudos de situação, uma vez que, na maioria das vezes, não interessava investigar violações como casos isolados, mas em cada segmento conhecer o *modus operandi*, a frequência dos delitos, os sítios de preferência e outras características que lhes forem típicas em seu conjunto.

Arquivo de Informações

Outra subseção vinculada à Seção de Informações era o Arquivo de Informações, setor responsável por organizar (registrar, classificar, ordenar), guardar, recuperar (retomar os dados e documentos arquivados de forma rápida e eficiente) toda a documentação remetida pelas demais repartições da CODIN. De acordo com o Regulamento, este setor funcionava mediante normas fixadas pelo chefe da COSEG, sendo essas ainda desconhecidas. A declaração dada por Ediraldo Brandão, ex-chefe da COSEG, aos membros da CPI do DOPS corrobora a visão obscurecida de como foi organizado e, posteriormente, microfilmado esse arquivo:

Se o senhor pegar uma pasta da COSEG (...), se não tiver um técnico de segurança para ajudá-lo ou ajudá-los, algumas coisas ali não serão entendidas. (...) Para se examinar os microfilmes da COSEG, pode ser um técnico em microfilme, se ele não for técnico do arquivo da COSEG [e] conhecer o arquivo, ele não vai conhecer. Ele vai passar em branco, ele vai ler e não vai entender.¹⁶⁹

Apesar das fontes acima apontarem para regras *sui generis* de guarda e funcionamento deste setor, sabe-se que a doutrina geral para a área de Informações era dada pela Escola

¹⁶⁹ Notas taquigráficas do depoimento de Ediraldo Brandão à CPI do DOPS, vol. I, p. 792.

Nacional de Informações (EsNI), inclusive em relação à análise, processamento, arquivamento e consulta aos documentos de Arquivo, além das noções de arquivologia e arquivonomia. Através da forma como o acervo documental da COSEG foi organizado, pode-se notar grande correspondência com esse conjunto de normas, considerando, para efeito de comparação, um documento produzido pela EsNI em 1972, dando instruções sobre Arquivo de Informações ao pessoal da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília (ASI-UNB).

Em relação ao processamento, a ênfase era na fase de identificação e extração de dados do documento, ou seja, dos elementos de referência que possibilitariam uma recuperação eficiente da informação. Nesse sentido, a primeira medida seria analisar cada documento para nele identificar os dados objetivos a serem extraídos (os expostos explicitamente, não demandando a interpretação do arquivista) e os subjetivos (que ao contrário necessitava até mesmo da elaboração de resumos ou citação de trechos). Esses dados também eram classificados em característicos e contextuais, como mostra o quadro a seguir:

CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS	Objetivos	Subjetivos
Característicos (que identificam o documento)	<i>Originais</i> : procedência, número, data, etc. <i>Processuais</i> : protocolo, registro, etc.	<i>Originais</i> : assunto (deduzido), ementa, etc. <i>Processuais</i> : rubricas, notas, etc.
Contextuais (que identificam o assunto)	<i>Narrativos</i> : palavras chaves e nomes. <i>Figurativos</i> : estatísticas.	<i>Narrativos</i> : trechos, resumos, etc. <i>Figurativos</i> : fotos, mapas, jornais, etc.

O passo seguinte seria adotar uma terminologia padronizada como critério para a organização e formulação de um instrumento de busca ou guia de arquivamento, a partir da extração de palavras-chave ou expressões usadas em Informações. Conforme as orientações da Escola, o ideal seria que essa operação fosse executada ou ao menos orientada pelo próprio analista ao remeter os documentos para arquivamento, por demandar conhecimentos específicos ou experiência na matéria tratada. Assim, o procedimento adjacente seria organizar a tabela ou listagem na qual estariam dispostos os códigos de assuntos formados por um conteúdo básico. No Arquivo da COSEG esse conteúdo foi descrito a partir de códigos alfanuméricos iniciados com as letras A, B, C, D, e desmembrados em três grandes blocos –

segurança (interna e pública), *econômico* e *psicossocial* –, havendo, ainda, uma parte que indicava a formação de prontuários de origem¹⁷⁰.

Os documentos de segurança receberam a letra A como código de indicação. Os relacionados à segurança interna foram subdivididos em política e subversão. A parte política reunia tudo que havia sobre partidos e a classe política. Sob o tema subversão acumulou-se a documentação referente às manifestações contrárias à Lei de Segurança Nacional. Já os assuntos de segurança pública ganharam 15 subdivisões, entre elas: legislação, justiça e Ministério Público, defesa civil, defesa do consumidor, trânsito, sistema penitenciário e infrações e contravenções penais, com partes exclusivas para entorpecentes, jogos e prostituição infantil.

A letra B serviu para apontar os assuntos referentes ao campo econômico, e adquiriu seis subdivisões, sendo as de maior destaque as relacionadas aos Bancos e financeiras com agência em Minas Gerais, às cooperativas, às empresas particulares, sobretudo as da indústria de base, às empresas públicas estaduais e às federais com presença no estado. O código C, de assuntos relacionados aos aspectos psicossociais, abrangeu os temas movimentos periféricos e associações comunitárias, educação e cultura, trabalhismo urbano, movimento rural, previdência social e comunicação social (também chamada de ‘fontes abertas’, por tratar-se de matérias jornalísticas).

Para formação do quarto bloco de códigos designado pela letra D, o critério de classificação foi a origem dos documentos. Este se subdividiu considerando os órgãos de segurança (PMMG, PCMG, DPF, DSIs e ASIs), a Comunidade de Informações, os DOPSS de outros estados, as Delegacias Regionais, os estados da federação, os órgãos do Poder Executivo (do estado e da União) e alguns países. Foram organizadas também cerca de 770 pastas de municípios mineiros, numeradas em ordem alfabética, contendo informações descritivas e de categoria interna sobre essas localidades.

Além desses instrumentos de organização e recuperação de dados ou documentos, o Arquivo também elaborou fichários alfabéticos de pessoas e de entidades compostos por fichas que continham os dados mais relevantes a respeito. Quando se acumulava uma quantidade razoavelmente grande de documentos sobre essas pessoas ou entidades, era aberto um prontuário nominal. As ordens na COSEG eram para manter o fichário sempre atualizado,

¹⁷⁰ Conforme definição da EsNI, prontuários de origem “servem para consulta dos originais recebidos, avaliações do volume do tráfego com outras agências e da produção dos informantes, etc. (...) Poderão constar nesta categoria os copiadores de Informações, Informes e Pedidos de Busca transmitidos pela própria organização”. Documento reservado, SNI-EsNI, de 1972: “Extração de dados para Arquivo”. Arquivo Nacional - fundo ASI/UNB, notação: LGS-6, p. 22.

afinal tratava-se de um instrumento constantemente consultado e com necessidades quase diárias de realimentação. Esforço especial deveria ainda ser empregado na organização e conservação do material audiovisual, mapas, pastas de biografias e endereços, de entidades subversivas e de classe, Sumários e Relatórios de Informações.

Uma orientação especial vinda da EsNI sugeria que as Seções de Arquivos de todos os Órgãos de Informações constituíssem um Arquivo ou fichário em separado exclusivo para uso da chefia,

cujo acesso não seja facilitado às demais Agências congêneres, com as quais se mantenha estreitas ligações, os documentos relativos à agentes, informantes (originais manuscritos e dados biográficos), casos considerados “quentes”, informações sobre oficiais da ativa, chefes e altos funcionários da corporação, do governo ou do Ministério a que pertença a Agência de Informações.¹⁷¹

Em relação à COSEG, não foi possível determinar a existência desse arquivo secreto ou se houve sua eliminação em determinado momento. Mas, de modo geral, as demais orientações da EsNI para o Arquivo foram seguidas, inclusive as relacionadas ao pessoal a ser lotado neste setor, que deveria ser altamente capacitado tanto nas regras que regem o Serviço quanto na vivência com Informações. Instruía também quanto aos atributos pessoais que deveria servir de critério para a escolha desse profissional: “espírito metódico, atenção, previdência, poder de análise e síntese, memória educada, discrição e honestidade”¹⁷². Alertava, a Escola, que não se relegasse este Serviço para segundo plano, visto ser ele de fundamental importância para o funcionamento da Agência de Informações como um todo.

Seção de Contra-Informação

A Seção de Contra-informação era a encarregada do planejamento e controle de todas as medidas de proteção das informações, do pessoal, dos equipamentos e das instalações da COSEG contra a espionagem, a sabotagem, o terrorismo e outras ações que representassem ameaça às funções desempenhadas pelo órgão. Entendia-se, portanto, a contrainformação como inerente e indispensável à própria atividade de Informações, sobretudo no campo da segurança, em vista da indispensabilidade de salvaguardar o sigilo. Embora sua missão fosse defensiva, utilizava-se de métodos ofensivos para proteger o conhecimento.

¹⁷¹ Documento reservado, SNI-EsNI, de 1972: “Extração de dados para Arquivo”. Arquivo Nacional - fundo ASI/UNB, notação: LGS-6, p. 24.

¹⁷² Documento reservado, SNI-EsNI, de 1972: “Extração de dados para Arquivo”. Arquivo Nacional - fundo ASI/UNB, notação: LGS-6, p. 42.

Ao setor de contrainformações vinculado à CODIN foi dada uma série de incumbências, comuns a qualquer agência de Informações do período, visando quatro metas bem definidas: 1) encobrir as ações da COSEG, no intuito de não comprometê-las; 2) orientar o pessoal lotado na COSEG quanto à necessidade de cumprir requisitos e procedimentos de proteção individual; 3) prover a segurança das instalações, comunicações, documentação e material da COSEG; 4) utilizar meios que impeçam ou neutralizem a ação psicológica adversa na população.

A última atribuição citada implicava manipular a opinião pública para que o Estado alcançasse a concordância de todos quanto aos ideais da “Revolução de 64”, cuja expectativa seria a evolução nacional. Seria necessário, portanto, utilizar dos meios de comunicação social disponíveis, por isso, os militares enfatizavam como imperativo aos órgãos governamentais “dar a maior importância às atividades de Relações Públicas, em todos os níveis, visando a aprimorar a ação governamental e a criar e manter uma corrente ponderável de opinião voltada para o interesse nacional e imune à ação subversiva”¹⁷³. Na COSEG, o Decreto estadual nº 17.200 de 1975 conferia a tarefa a um Delegado Assistente ligado ao setor de contrainformação que exerceria as funções de assessor-chefe de Relações Públicas do Secretário de Estado da Segurança Pública, com a missão especial de “desmistificar a imagem repressiva da polícia”¹⁷⁴. Essa seria uma alternativa complementar às atividades de censura realizadas, sobretudo, no âmbito do Governo Federal.

Conforme o Regulamento da COSEG, à Seção de Contra-informação caberia investigar os agentes em Informações que serviam no órgão, “para determinar o grau de lealdade, integridade, caráter e discrição” dessas pessoas, e ainda as “fontes de informe”, ou seja, os informantes que mantinham ligação com o órgão, principalmente através de investigadores ou detetives. Consequentemente, estes também eram alvos do olhar vigilante da contrainformação, que deveria também averiguar as ocorrências internas, encontrando falhas na segurança ou desvios de conduta. Determinava ainda que a Seção colaborasse tanto com as outras Divisões da COSEG nas demandas rotineiras, quanto com os demais órgãos policiais da Secretaria, “no cumprimento de missões de identificação e acompanhamento das atividades de organização de informações não oficiais e estrangeiras que venham a operar em Minas Gerais”.

¹⁷³ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. Rio de Janeiro, 1979, p. 248.

¹⁷⁴ Estratégia de Administração Financeira da SESP/MG, 1976. Documento anexado à CPI do DOPS, Vol. II, p. 170.

Muitos dos trabalhos desenvolvidos nesta Seção exigiam profissionais que dominassem várias áreas do conhecimento, sobretudo de nível técnico. Um deles era o de rádio-escuta, que deveria ser implantado para a detecção de atividades adversas. Outro exemplo era a atividade de criptotécnica (ou criptoanálise), função de suma importância na contrainformação para a qual o especialista deveria estar apto a decifrar mensagens secretas e/ou averiguar a autenticidade e integridade de documentos, mas, para isso, utilizaria da criptologia, que envolve estudos matemáticos e computacionais, mas também a psicologia e algumas ciências humanas e sociais.

Seção de Buscas

Na definição dada pelo Regulamento da COSEG, a Seção de Buscas era o setor encarregado de “prover a Coordenação de Informações de agentes de buscas especiais e equipamentos técnicos de apoio”. Os agentes referenciados eram os investigadores e detetives designados para realizarem a busca de informações, alguns deles com experiência no DOPS e formação na EsNI. O trabalho de coleta de dados adicionais para confirmar ou refutar um indício, ou ainda para complementar conhecimentos já reunidos, obedecia tanto a uma demanda interna quanto a de outros Órgãos de Informações, que nesse caso, geralmente provinha da SNI/ABH, da SR/DPF/MG ou de unidades militares no estado.

Por isso a Seção operava mediante dois documentos de informações: Pedido de Busca (PB) e Plano de Busca de Informes. O Pedido de Busca era um documento padrão utilizado entre os órgãos do SISNI para solicitar dados complementares aos que possuíam. Os tópicos presentes no cabeçalho de um PB eram quase todos os mesmos de outros tipos de documentos produzidos pelo órgão com a finalidade de serem difundidos, exceto pelo item “classificação” que era exclusivo para Informes e dizia respeito ao grau de veracidade dos dados apresentados, assim como destacado no quadro abaixo:

Código de avaliação da veracidade de Informes adotado pelo SISNI	
<i>Sistema letra-número</i>	
Idoneidade da Fonte	Grau de Veracidade
A- Absolutamente idônea	1- Confirmado por outras fontes
B- Idônea	2- Provavelmente verdadeiro
C- Regularmente idônea	3- Possivelmente verdadeiro
D- Normalmente inidôneo	4- Duvidoso

E- Inidônea	5- Improvável
F- A idoneidade não pode ser julgada	6- A veracidade não pode ser julgada

Os demais elementos de cabeçalho – data, assunto, origem, difusão, referência, difusão desde a origem, anexos, número e tipo de documento – também eram dotados de definição específica (vide anexo III). No corpo do PB deveriam constar os dados conhecidos e a definição precisa da solicitação, cuja resposta poderia vir acompanhada de quaisquer conhecimentos julgados úteis para o caso.

O Plano de Busca de Informes era um documento de circulação interna e servia para as Subseções de Informações solicitarem a busca de Informes a este setor. Partindo de um indício a pesquisar, nele se registrava a execução das missões dos agentes de busca, quais sejam a categoria e o campo ao qual a informação pertencia (interna, de segurança pública ou de segurança interna / econômico, psicossocial ou político), os Elementos Essenciais de Informações a se reconhecer, os órgãos de busca acionados (DOPS, Delegacia Regional, PM2, etc.) e os prazos estabelecidos.

A busca especial pode ser interpretada como um eufemismo para as operações encobertas, ou seja, a atividade propriamente de espionagem. A expressão *especial* era empregada em vários dos Serviços Secretos das delegacias ou Departamentos de Ordem Política e Social estaduais, no caso de DOPS mineiro, o setor chamava-se Delegacia de Vigilância Especial, no qual trabalhavam os agentes de “busca especial”. Tratava-se de investigadores que operavam mediante técnicas de espionagem. Dessa forma, ressaltar na Resolução regulamentadora do órgão a condição funcional do agente como sendo de busca especial, pode significar que a COSEG operava apenas por essa linha de ação, talvez relegando as buscas ostensivas à esfera de outras unidades policiais. Em determinado momento convencionou-se que os agentes da COSEG receberiam um número a ser utilizado internamente para proteger suas identidades.

Corroborar a hipótese acima o fato de que a Seção de Buscas oferecia treinamento para os agentes de busca utilizarem os equipamentos do órgão (como os de captura de áudio, escuta e comunicação) e estarem capacitados a cumprirem a missão de realizar, em qualquer ponto do estado, buscas especiais e interrogatórios. Era também por este setor que se fazia os trabalhos de captura de imagem e som, como gravação, fotografia, revelação, filmagem, microfilmagem e cópia.

2.2-2- A Coordenação de Operações (COp)

A Coordenação de Operações era onde se elaborava planos, estudos e projetos objetivando o aprimoramento estrutural do Sistema de Segurança e Trânsito e o estabelecimento da política de segurança pública do Estado, e ainda local no qual se planejava as operações especiais preventivas e repressivas que demandavam o emprego conjunto dos órgãos policiais estaduais, com base na ideia de enfretamento qualificado da criminalidade e coordenação integrada da segurança pública. Para atender a tais objetivos, a unidade contava com quatro Seções – Planejamento, Controle Operacional, Segurança Física de Estabelecimentos e Defesa Civil –, sob a chefia de um oficial da PMMG.

Há de se ter em vista que antes das mudanças promovidas pelo Coronel Venício Cunha na Secretaria de Segurança, a COSEG era povoada por delegados e policiais da PCMG, detetives e servidores da SESP, tornando-se fragante a defasagem do pessoal da PMMG no órgão. A partir de então, a COp passou a abrigar a maior parte dos policiais militares em serviço na Pasta, e isso deveu-se a três fatores estratégicos. Primeiramente, considerou-se o fato de que a PM era quantitativamente a instituição com maior presença no estado e experiência acumulada em execução de operações. Em segundo lugar, urgia a necessidade de unir operacionalmente as polícias Civil e Militar, a fim de evitar a sobreposição de missão, como vinha ocorrendo em relação ao policiamento de Radiopatrulha da PMMG e o da REDI (Ronda Especial do Departamento de Investigações da PCMG)¹⁷⁵. Naturalmente o benefício esperado ultrapassaria as questões de relacionamento entre as duas polícias, alcançando a eficiência na administração da justiça.

O terceiro motivo encontra-se no fato daquele espaço ter sido previamente pensado como um reduto para que a PMMG se sentisse concretamente parte integrante da Secretaria de Segurança de Minas Gerais, para suavizar a imposição da subordinação operacional fixada na Constituição do Estado ao mesmo tempo em que exercia certo controle sobre ela. Desde sua criação até ser reformulada, a COSEG não vinha se mostrando um meio eficaz de garantir essa sujeição, pois, temendo a perda de autonomia da instituição, a cúpula da PMMG se manteve bastante resistente. Entre 1971 e 1976, consentiram apenas que as atividades

¹⁷⁵ Ofício em que o coronel Odelmo Teixeira Costa, Secretário de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais, presta esclarecimentos sobre as missões desempenhadas pela OPM de Radiopatrulha da PMMG e da REDI (Ronda Especializada do Departamento de Investigações) ao general de brigada Alberto Carlos de Mendonça Lima, Inspetor Geral das Polícias Militares. APM/Fundo: SESP-COSEG – 1.1-1 / cx. 01/pacotilha: 01.

operacionais da Radiopatrulha fossem controladas e supervisionadas pela COSEG, na cobertura dos estabelecimentos de crédito das cidades de Belo Horizonte e região industrial de Contagem, como parte das medidas preventivas e repressivas contra assaltos. Diante desse quadro, o Secretário de Segurança, coronel Venício Cunha foi feliz na providência que adotou para romper o impasse, com o estabelecimento de uma espécie de Estado-Maior Combinado das polícias Civil e Militar.

A cúpula do Estado-Maior Combinado se institucionalizou no Decreto nº 17.825, de 02 de abril de 1976, que reorganizava a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais e redefinia as funções Sistema Operacional de Segurança e Trânsito instituído no ano anterior, ainda na gestão do cel. Odelmo Teixeira Costa. Isso porque, neste dispositivo foi criado o Conselho Superior de Segurança Pública como um dos elementos estruturantes do novo Sistema, também composto pela PMMG, o Conselho Estadual de Trânsito e, como órgão central, a SESP. O coronel acreditava que o Conselho seria uma forma de aumentar a presença da Polícia Militar no interior da Secretaria.

Nos termos do citado Decreto, o Conselho Superior de Segurança Pública era presidido pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e tinha como membros natos o Comandante-Geral, o Secretário-Adjunto e o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, o Superintendente-Geral de Polícia Civil e Coordenador Geral de Segurança. Completariam o quórum mais quatro membros designados pelo Secretário entre oficiais superiores da Polícia Militar e delegados de classe correspondente, mantendo o equilíbrio entre as duas Polícias. Comum a qualquer organização dessa natureza, a função do Conselho era a de assessorar (no caso, o Secretário de Segurança) e “estudar os problemas de relevância relacionados com as atividades de segurança pública e interna, bem como examinar e propor medidas que propiciem melhor integração e aperfeiçoamento dos órgãos policiais”, conforme prescrito no inciso 2º do Ato. Tal medida refletiria significativamente no Regulamento da COSEG publicado em fins deste mesmo ano, uma vez que o planejamento e o controle operacional se daria por meio desta.

Essa foi uma das formas que o novo Secretário de Segurança encontrou para exercer autoridade e pressão sobre a PMMG e fazê-la colaborar com a política de manutenção da ordem então fixada pela Secretaria de Segurança de maneira integrada, porém preservando sua autonomia. Mas outra estratégia já estava em curso: ele reestruturou a COSEG, fazendo constar em seu Regimento Interno, em primeiro lugar, que o Coordenador de Operações (obrigatoriamente um oficial da PM) seria o substituto do Coordenador-Geral em seus eventuais impedimentos. Segundo, que o pessoal para os cargos e funções da COSEG fosse

recrutado, preferencialmente, entre os servidores das polícias Civil e Militar, novamente “devendo ser mantido o equilíbrio numérico e hierárquico”.

A Seção de Planejamento

À Seção de Planejamento cabia o cumprimento de uma parte importante da missão de coordenar operações policiais. Considerando que a atividade de segurança impõe constantes reavaliações normativas e disciplinares para adequação da ação policial às novas demandas, o Secretário de Segurança conferiu à Seção a tarefa de realizar estudos continuados com vistas à melhor articulação dos órgãos policiais do Estado, à criação de cursos e modificações curriculares de ensino policial, almejando a eficiência operacional e à proposição de normas para seleção do pessoal a ser lotado na COSEG, assim como o programa de treinamento dos mesmos, consoante orientação do Coordenador-Geral de Segurança. Esse conjunto de atribuições representava apenas uma das duas faces dos serviços dessa divisão, pois, conforme o Regulamento da COSEG, a Seção de Planejamento também era a responsável por “transformar em documento de execução as diretrizes, normas e recomendações do Secretário de Segurança” e elaborar Ordens e Planos de Operações para as áreas de segurança pública e segurança interna, ou seja, planejar a atividade-fim da COP.

Ordens e Planos de Operações constituíam os documentos pelos quais as decisões do Secretário eram expressas para a COP. Conforme o anexo ‘A’ ao Regimento Interno da COSEG, o Plano de Operações destinava-se “a uma ou uma série de operações conjugadas a serem executadas simultânea ou sucessivamente”. Normalmente este documento era formulado para ações continuadas que se estendiam por um longo tempo. Já a Ordem de Operações servia para estabelecer “ações coordenadas para o cumprimento da decisão na condução de uma operação”. Geralmente respeitava a uma única operação, podendo ainda decorrer de um Plano de Operações.

Seção de Controle Operacional

A Seção de Controle Operacional cuidava da parte administrativa da COP, a secretariando, se responsabilizando por seu patrimônio, organizando e arquivando os dados e outros documentos necessários ao trabalho nessa divisão, cabendo ainda a formulação e atualização constante da Carta de Situação na qual se retratava de forma esquemática a localização dos elementos da operação, os pontos sensíveis, as vias de acesso e os principais obstáculos. A unidade era formada pela Subseção de Logística, Subseção de Pessoal, Subseção de Meios Auxiliares e Arquivo e Subseção de Estatística. Juntas, as Seções de

Planejamento e de Controle Operacional deveriam, respectivamente, elaborar e supervisionar os Planos e Ordens de Operações.

Seguindo o modelo único estabelecido para ambos os instrumentos, neles deveriam constar os elementos destacados no quadro abaixo:

Dados protocolares	Data, tipo e número do documento e nome conferido à operação.
1- Situação	As condições vigentes que motivaram a operação ou indicação de um anexo que explique a conjuntura, podendo ser inserido subparágrafos com informações sobre as forças inimigas, as zonas críticas, as vulnerabilidades da operação e os órgãos federais ou estaduais não integrantes do Sistema de Segurança Pública estadual que participarão da ação.
2- Missão	Especificação de todas as ações a serem desenvolvidas.
3- Execução	a) Conceito da Operação: descrição pormenorizada de como o Secretário visualiza a conduta global da operação; b) Composição de Meios: como se deseja dispor dos recursos operacionais das polícias Civil e Militar na região considerada ou dos outros órgãos inseridos na operação; c) Prescrições Diversas: solicitação de relatório circunstanciado ou outras instruções aplicáveis.
4- Administração	a) Logística: Equipamento policial, armamento, transporte, suprimento; b) Pessoal; c) Relações Públicas e Assuntos Cíveis: O modelo orientava que se omitisse ou se prestasse informações genéricas ao público, devido ao fato das funções gerais exercidas pela COSEG pudessem ser encaradas como usurpação da competência e responsabilidade dos órgãos de planejamento setoriais, tais como as delegacias especializadas.
5- Ligações e Comunicações	Condições de telecomunicação com os diversos órgãos responsáveis, para melhor coordenação e acompanhamento da operação.
Distribuição de Exemplares	Para fins de: a) Execução: Comando Geral da PMMG e Superintendência de Polícia Civil. b) Acompanhamento, coordenação e supervisão: COSEG. c) Apoio: Superintendências relacionadas com a operação. d) Informação: SNI/ABH; Superintendência Regional do DPF; outros.

Seção de Segurança Física de Estabelecimentos

Nos últimos anos da década de 1960 foi crescente a preocupação das autoridades governamentais e policiais para com a segurança das instituições bancárias e de crédito, haja vista serem estas os principais alvos das ações de “expropriação” da guerrilha urbana. Antes da publicação do Decreto-Lei Federal nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, que estabelecia regras de segurança para instituições bancárias, caixas econômicas e cooperativas de crédito, esses estabelecimentos não dispunham de normas legais para contratação de equipe de segurança especializada e autorizada ou que os obrigassem a instalar dispositivos de segurança contra saques, assaltos e roubos. Da mesma forma, não havia legislação que estabelecesse condições de funcionamento das empresas de proteção e vigilância ou de transporte de valores.

Por este dispositivo legal ficou fixado que as Secretarias de Segurança ou Chefaturas de Polícia seriam as responsáveis pela vistoria e aprovação do cumprimento das medidas de segurança referentes à obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários disporem de vigilância ostensiva¹⁷⁶ e sistema de alarme. Por isso, cabia à Seção de Segurança Física de Estabelecimentos executar este serviço e encaminhar ao Coordenador de Operações os laudos de vistoria, para que fossem expedidos os certificados necessários às renovações das apólices de seguro dessas instituições, que incluíam cobertura garantindo riscos de roubo e furto. Embora o foco estivesse nas agências bancárias, a divisão também exercia controle sobre o sistema de proteção contra roubos e furtos de indústrias, empresas públicas e privadas.

Cabia, ainda a essa Seção: a) propor normas técnicas para o funcionamento das atividades de vigilância privada, incluindo o transporte de valores; b) encaminhar ao Coordenador de Operações os pedidos de autorização para funcionamento das firmas de vigilância e das empresas que mantêm o serviço de maneira orgânica; c) coordenar e supervisionar as empresas de vigilância autorizadas; d) observar o treinamento e conduta dos efetivos das empresas especializadas; e) vistoriar e elaborar laudos dos veículos de transporte de valores; f) manter arquivo destinado aos assuntos de competência da Seção e à vida funcional dos vigilantes registrados na SESP. Fruto dos estudos realizados neste setor, a Resolução COp/COSEG/SESP, nº 4.440, de 21 de outubro de 1981, estabelecia padrões e regras para as empresas de prestação de serviços de vigilância.

Em junho de 1983, a Lei Federal nº 7.102, vigente desde então, veio a estabelecer normas mais específicas tanto para a segurança física dos estabelecimentos financeiros quanto para o funcionamento das empresas que exploram serviços de vigilância e transporte de valores, delegando ao Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal a missão de fixar o currículo de formação de vigilantes. Outras competências relacionadas à matéria puderam ser objetos de convênio com as Secretarias de Segurança Públicas estaduais, como fiscalizar as empresas e os cursos, aplicar penalidades como advertência ou multa, aprovar uniforme, autorizar a aquisição e a posse de armas e munições, fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros, assim como o número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação.

¹⁷⁶ Conforme o item I, do art. 2, do Decreto-Lei 1.034, a vigilância ostensiva deveria ser “realizada por serviço de guarda composto por elementos sem antecedentes criminais, mediante aprovação de seus nomes pela Polícia Federal, dando-se ciência ao Serviço Nacional de Informações”. Quando em serviço, essas pessoas gozavam de prerrogativa de polícias.

A partir de 1995 as autorizações para o funcionamento dos cursos de formação de vigilantes e das empresas especializadas em serviços de vigilância e de transporte de valores passaram a ser concedidas exclusivamente pelo Departamento de Polícia Federal.

Seção de Defesa Civil

Pela Seção de Defesa Civil, a Coordenação de Operações planejava, coordenava e supervisionava as ações preventivas, de socorro e reconstrução nos casos de desastres dentro do estado de Minas Gerais. As prescrições contidas no Regimento Interno da COSEG para este setor eram todas de caráter preventivo, não havendo indicação do conteúdo da doutrina de defesa civil adotada pelo Estado. Entre suas funções estava estabelecer as condições para utilização da rede de telecomunicações em situações de emergência na área de defesa civil e elaborar normas gerais de ação para o Plantão Central de Vigilância e Alerta nos períodos de normalidade e calamidade.

No Sistema Estadual de Defesa Civil havia a ideia de que, informar a todos sobre como proceder em caso de desastres tornaria mais eficiente a atuação dos órgãos integrantes. O que levou a Secretaria a atribuir à Seção de Defesa Civil a adoção de medidas para difusão da doutrina de defesa civil, considerando a importância de se determinar as áreas de maior risco e preparar psicologicamente as populações em vias de serem afetadas. Ainda dentro dessa concepção, caberia medidas assistenciais de apoio aos atingidos por situações de emergência ou estados de calamidade pública, função à cargo da Coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC).

2.2.3) Atividade-meio

Seção de Expediente

A Seção de Expediente cuidava da rotina burocrática da COSEG. Tratava-se do canal por onde transitava a documentação do órgão para receber solução conveniente, mas também um local no qual era organizado o serviço de pessoal. Ao setor cabia ainda a organização de um arquivo administrativo composto pelos ofícios, memorandos, notas de serviço, notas de exposição de motivos e partes¹⁷⁷.

As atribuições específicas da Seção eram receber, protocolar e distribuir a correspondência oficial sigilosa entre as divisões e subdivisões da COSEG, organizar o

¹⁷⁷ Parte é um documento com o qual um subalterno se comunica com seus superiores hierárquicos.

arquivo administrativo, manter relação nominal com os endereços e telefones do pessoal, elaborar a escala de serviço e o plano de férias, adquirir jornais, revistas e outras publicações de interesse do serviço, manter em dia um levantamento do patrimônio da COSEG e organizar e operar uma biblioteca de assuntos pertinentes as atividades desempenhadas no órgão. Cabia ainda cumprir tarefas internas corriqueiras, como datilografar, protocolar e expedir a correspondência, operar a copiadora, providenciar o material de papelaria e os meios de transporte para deslocamento do pessoal, quando em serviço.

Centro de Comunicações

A função do Centro de Comunicações era assegurar as ligações necessárias ao funcionamento da COSEG. A operação da central telefônica, assim como os demais meios de comunicação do órgão (rádio, telex, etc.) funcionavam mediante instruções técnicas e normas rígidas de segurança, em razão do contato de seus operadores com pessoas e assuntos de importância capital. Por essa unidade se difundia a maior parte dos Informes e Informações produzidas pela COSEG, pois ali especialistas em comunicações operavam os comumente chamados canais técnicos, linhas seguras que ligavam os órgãos incumbidos da veiculação das informações.

Como precaução, o Centro era compartimentado de acordo com as Subseções de Informações, ou seja, considerando o que respeitava à segurança pública ou a segurança interna¹⁷⁸. Mas a principal preocupação em relação a este setor dizia respeito à possibilidade de sua utilização para se criar um canal hierárquico paralelo às chefias ou que fosse usado para disseminação de inconfidências, denúncias anônimas e interesses adversos.

2.3) Relação COSEG-DOPS

A constituição de um órgão na Secretaria de Segurança Pública estadual em 1970, que tinha como uma de suas principais atribuições trabalhar com informações de segurança interna, representava certa sobreposição de funções ante o Departamento de Ordem Política e Social. Porém a COSEG foi uma experiência nova e de ambições totalizantes sobre vários aspectos mencionados na seção anterior.

¹⁷⁸ Conforme Elmar da Silva Lacerda que, em depoimento afirmou ter trabalhado no Centro de Comunicações com dados de segurança pública. CPI do DOPS, vol. I, p. 804.

Diante do embaraço de explicar o porquê de criar a COSEG se no DOPS/MG já havia um serviço de informações, o delegado que por certo tempo chefiou os dois órgãos concomitantemente afirmou que

A COSEG não substituiu o DOPS. Ela foi criada em 1971 como órgão de planejamento e informações nos campos do Poder Nacional. Dentro dessas informações está o poder político. E dentro desse está a subversão. E a tônica da subversão na época era a tônica do Movimento Comunista Internacional.¹⁷⁹

Este mesmo delegado afirmou ainda que o diferencial estava também no fato de a maior parte dos profissionais de informações que operaram na COSEG havia passado pelos bancos da Escola Nacional de Informações, especialmente entre 1972 e 1975.

A análise de dois documentos operacionais – Pedido de Busca e Informações – indica que nesse período a COSEG dependia, em grande medida, dos trabalhos realizados no DOPS. Um exemplo retirado do caso de um ex-industriário que se dizia agente do serviço secreto do Exército corrobora à afirmação: Apoiado pela ligação que mantinha com vários oficiais do Exército, talvez por ter sido 1º tenente da Artilharia e especialmente pela amizade com o general Plínio Pitaluga, então comandante da 4ª Divisão de Cavalaria, um militar da reserva, residente na cidade mineira de Campanha foi recomendado pelo amigo general para ser um “elemento de informações” na região sul de Minas.¹⁸⁰ Este informante fez muitas inimizades na cidade ao denunciar seus desafetos aos órgãos de informações, inclusive o delegado da cidade, também por ameaçar e intimidar pessoas invocando os nomes de oficiais do alto escalão do Exército para obter vantagens e privilégios na cidade.

A repercussão da postura indiscreta deste informante levou o próprio general Pitaluga, em agosto de 1971, a solicitar ao chefe do SNI uma averiguação dos registros do suspeito junto aos órgãos de informações. Assim o pedido partiu da Agência Central para a SNI/ABH. Cumprindo a determinação, a Agência de Belo Horizonte realizou um processamento complementar ouvindo diversos órgãos – PMMG, 4ª RM, COSEG e CENIMAR. A COSEG enviou um Pedido de Busca ao DOPS para investigar a atividade suspeita, que por sua vez o repassou para o Setor de Planejamento da sua Delegacia de Segurança Pública. A Ordem de Serviço era para o inspetor-chefe designar detetives para que fizessem um levantamento completo das atividades do suspeito, colhendo dados relativos à sua vida pregressa, bem

¹⁷⁹ Notas taquigráficas do depoimento do ex-chefe da COSEG, delegado Ediraldo Brandão. CPI do DOPS, vol. I, p. 782.

¹⁸⁰ Caso encontrado no segundo volume da CPI do DOPS, p. 446 a 472.

como o conceito em que era tido na cidade e outros dados julgados úteis. É possível que no segundo nível da tramitação do Pedido de Busca, o Setor de Planejamento da Delegacia de Segurança Pública, já não fosse mais possível saber qual órgão havia gerado o pedido, se a COSEG ou outra instância, pois ao final do relatório, os detetives designados afirmaram que “revendo os arquivos do SNI, nada encontramos que viesse provar que [o suspeito] pertencesse àquela organização”. Ou seja, ao que parece eles não sabiam que o pedido havia partido do próprio SNI.

O caso se estendeu até o ano seguinte, quando em diligência à cidade de Campanha o detetive do DOPS coletou depoimento de três indivíduos, sendo um deles o ex-delegado da cidade que se desentendeu com o acusado. Da análise desse material depreende-se que no DOPS era feita a compilação dos dados apresentados pelos detetives, normalmente, aqueles que se repetiam nos depoimentos dos informantes. No episódio em questão, a COSEG repassou para a SNI/ABH *exatamente* a informação dada pelo DOPS, ou seja, esse dossiê indica o DOPS como produtor da Informação, sendo a COSEG apenas uma ponte para o SNI. Outro dado que confirma nossa afirmação é que o documento produzido pelo DOPS e repassado para a COSEG já tinha o *status* de *Informação*.

Porém, o caso acima ilustra apenas a relação de cooperação que era mantida entre os dois órgãos nos três ou quatro primeiros anos de existência da COSEG, uma vez que os documentos levantados com data a partir de 1975 mostram que seu setor de buscas se aprimorou a ponto de superar o Setor de Planejamento do DOPS, em relação às habilidades dos agentes de busca¹⁸¹. Outro dado importante sobre a inversão da situação inicial a partir de meados da década de 1970 pode ser constatado através de, por exemplo, alguns documentos nos quais se verifica que partiam do DOPS para a COSEG os Pedidos de Busca quando os dados requeridos fossem de Arquivo de Informações.¹⁸² Um dos motivos para essa mudança se encontra no fato de que em 1976, por meio do Regulamento Geral da Secretaria de Segurança Pública criado pelo coronel Venício Alves da Cunha, “o que era atividade do DOPS, em matéria de arquivo, passou para a COSEG. O que era do DOPS, com relação à arquivo, foi transferido para a COSEG e o DOPS continuou a ser um órgão eminentemente operacional”¹⁸³.

¹⁸¹ Ver exemplos comparativos no terceiro capítulo desta dissertação.

¹⁸² APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/rolo 10/pasta: AB.019 (prontuáriada).

¹⁸³ Notas taquigráficas do depoimento do delegado Ediraldo Brandão. CPI do DOPS, p. 312.

Da análise da documentação trocada entre COSEG e DOPS entre 1971 e 1975¹⁸⁴, conclui-se que antes da transferência dos arquivos, ou seja, até algum momento do ano de 1976, o fluxo de informações entre os dois órgãos não parecia muito eficiente. Por exemplo, havendo demanda de Pedido de Busca de antecedentes políticos e sociais era necessário solicitar ao DOPS por ofício ou telex. Por ofício o tempo de resposta era de cerca de 5 dias, já por telex o prazo caía para 1 dia, as vezes podia-se obter a informação até mesmo em algumas horas, dependendo das demandas do chefe da seção de arquivo do DOPS, do local de coleta ou da urgência da informação.

Havia também a questão da mobilidade constatada entre o pessoal do DOPS para a COSEG, verificada em todos os setores, sobretudo nos de aplicação técnica, como o de comunicações, no corpo de detetives e nas chefias. Acontecia de uma mesma pessoa prestar seus serviços nas duas Repartições da Secretaria ao mesmo tempo, como foi o caso de Ruy Eliodoro, na época (maio de 1971) detetive auxiliar que exercia a função de escrivão na Delegacia de Segurança Pública do DOPS e de auxiliar na Secretaria da COSEG¹⁸⁵. Também, certa vez, o então Coordenador de Informações da COSEG, Ariovaldo Silva Hora, foi fotografado na rua pela revista *Veja* e o jornal *Diário da Tarde* detendo uma manifestante durante um ato em Belo Horizonte junto com policiais do DOPS. Posteriormente questionado sobre este episódio, tendo em vista ter negado participação em ações ostensivas durante a ditadura e alegado ter exercido apenas a função de escrivão no DOPS, Ariovaldo afirmou que nesse período já era delegado em serviço na Coordenação Geral de Segurança e fez parte da ação por ter sido convocado pelo superintendente-geral¹⁸⁶. O delegado Ediraldo Brandão também serve como exemplo, pois como mencionado, entre fins de 1979 e início de 1981 chefiava concomitantemente o DOPS e a COSEG.

Ediraldo Brandão foi uma fonte de informações cruciais para se compreender a relação entre COSEG e DOPS. Em depoimento a CPI do DOPS/MG afirmou que a criação da EsNI fora um ingrediente determinante da parceria, pois a partir do momento em que a Escola começou a elaborar uma Doutrina Nacional de Informações foi se evidenciando certa ausência de processamento científico do DOPS em relação às Informações. Segundo o delegado, para equilibrar tal defasagem o pessoal da COSEG foi todo escolhido “a dedo” para cursar o programa da EsNI:

¹⁸⁴ APM/fundo: DOPS/pastas: 3989, 4233, 4234, 4325, 4326, 4368, 4444 e 4445.

¹⁸⁵ APM, fundo DOPS, pasta 4038.

¹⁸⁶ Notas taquigráficas do depoimento do delegado Ediraldo Brandão. CPI do DOPS, vol. I, p. 453.

Na época, foram quase todos os primeiros lugares de turma. Todos os que tiveram lá tinham curso, e a informação no Brasil, a partir da Escola Nacional de Informações tomou um cunho científico. (...) Nós fazíamos estimativa porque o pessoal era treinado. O antigo DOPS não tinha essa especialidade. Não era culpa de ninguém. É porque não havia no Brasil, a não ser nas forças militares, treinamento ou preparo para as informações. (...) [Assim] o que a COSEG passou a fazer foi o processamento de Informes e a difusão de Informações (...), substituindo o trabalho do DOPS¹⁸⁷.

Ainda conforme o delegado Brandão, não havia diferenças substanciais que distinguíssem o tipo de dados levantados pelo DOPS em relação à COSEG ou aos outros órgãos da comunidade de informações, porém, o DOPS trabalhava as informações empiricamente, sem o preparo necessário, o que ele classificou como “pouco recurso intelectual para o assunto”. Em seu depoimento, Ediraldo atentou para o salto qualitativo nessa matéria com a criação da EsNI: “Quando se criou a Escola Nacional de Informações, ela foi criada para dar uma doutrina de informações gerais, e preparar os elementos que trabalhavam nesse assunto”¹⁸⁸.

Além do ganho com um “processamento científico” da informação, a ideia era fazer com que seu processo de produção passasse pelas instâncias da própria COSEG com o objetivo de elevar o grau de veracidade na classificação dos informes, motivo pelo qual foi se fortalecendo o setor de informações da COSEG, em detrimento do que vinha sendo feito no DOPS.

Especialmente a partir de 1979, com a reforma e ampliação do sistema partidário, a flexibilização para a realização de manifestações públicas (possibilitada pelo fim do AI-5 em janeiro) e as pressões do trabalhismo urbano por sindicatos autônomos e o retorno da democracia (greves e paralisações) fez crescer a demanda na COSEG por vigilância de vários setores da sociedade, o que levou a uma distribuição das tarefas de busca de informes. Assim, a Delegacia de Vigilância Especial (DVE) do DOPS era com frequência acionada para destacar detetives com a missão de infiltrar-se em reuniões e atos públicos objetivando, principalmente, informar a COSEG sobre o número aproximado de pessoas, as questões debatidas, os nomes das lideranças presentes e a qual movimento pertenciam.

Assim, mesmo após o DOPS perder autonomia em relação às Informações, sua DVE continuou atuante e servindo como braço operacional da COSEG. Conforme o Art. 107 de seu Regulamento vigente em 1980, à DVE competia: I) fornecer à COSEG os dados que fossem solicitados, necessários a produção de informações; II) atender ao plano de busca de informes

¹⁸⁷ Notas taquigráficas do depoimento do delegado Ediraldo Brandão. CPI do DOPS, vol. I, p. 530.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 785.

elaborado pela COSEG; III) elaborar estudos de situação destinados às operações dos DOPS, consoante as diretrizes emanadas do escalão superior; IV) executar, quando determinado, plano de proteção e segurança de dignitários. Tais instruções determinaram o efetivo de cada órgão: no início de 1983 na COSEG serviam 10 delegados, 6 escrivães de polícia e 52 detetives, enquanto o DOPS tinha 3 delegados, 10 escrivães de polícia, 113 detetives e 2 carcereiros¹⁸⁹.

No entanto, pela análise dos quadros estatísticos das atividades do DOPS/MG referentes ao ano de 1985, pode-se deduzir que o único setor que ainda mostrava uma atuação intensa era a Delegacia Especial de Armas, Munições e Explosivos, as demais quase não registravam atividades mensais¹⁹⁰.

Em Minas Gerais o DOPS foi extinto pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1989, enquanto a COSEG continuou em operação.

¹⁸⁹ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado "Arquivos da COSEG"/rolo 07/pasta AC.13.08.

¹⁹⁰ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado "Arquivos da COSEG"/rolo 29/pasta: AC.14.05.

Capítulo 3: COSEG – Panorama da Atuação

Então não se pode deixar de falar nas informações da COSEG geradas a partir de 1971. Ela não substituiu o DOPS, mas foi criada como Estado-Maior do Secretário, unindo as duas polícias, polícia civil e polícia militar. Ela tinha duas atividades, uma de informações e outra de planejamento operacional. (...) Em verdade, a COSEG era um órgão de informação, trabalhava com informações do Movimento Comunista Internacional. (...) a COSEG funcionava até 1982, quando saí de lá, com informações políticas. E, dentro dessas informações políticas, havia o campo da subversão, que correspondia a 5% mais ou menos.¹⁹¹

As declarações acima são de Ediraldo Brandão, ex-Coordenador Geral de Segurança tão citado neste estudo, afinal, do pessoal chamado a depor na CPI do DOPS, ocorrida no ano de 1998, ele foi o único a falar mais clara e abertamente sobre as funções e os arquivos da COSEG. Os exemplos analisados ao longo deste terceiro capítulo, selecionados a partir dos critérios de período e categoria das informações (segurança pública e segurança interna) coincidem com as afirmações do delegado, especialmente quando ele assegura que a COSEG funcionava preponderantemente como órgão de informações. Além disso, nossa pesquisa confirma que a prioridade da COSEG até os primeiros anos da década de 1980 eram as informações político-ideológicas sobre as esquerdas. Quanto à estimativa apontada sobre as informações estritamente sobre subversão, veremos que não é tão simples de determinar. Por outro lado é facilmente notável a mudança de foco para os assuntos próprios da segurança pública a partir de 1985.

3.1) 1970 a 1975: Reconhecendo sua missão não-institucionalizada

A grande maioria dos documentos operacionais encontrados referentes ao ano de 1971 foram produzidos pela CODIN¹⁹², já denunciando qual seria a principal vocação da Coordenação Geral de Segurança. Em relação à COP, seu desempenho nos primeiros anos de existência foi bastante tímido. Em 1972, por exemplo, foram realizados apenas 7 Planos de Operações e expedidas e 8 Ordens de Serviço aproximadamente¹⁹³.

¹⁹¹ Notas taquigráficas do depoimento do delegado Ediraldo Brandão. CPI do DOPS, vol. I, p. 782.

¹⁹² Essa informação pode ser constatada no fundo DOPS e SESP/COSEG, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Exemplos: fundo: SESP/COSEG, microfilmes intitulados “Pastas Codificadas” - rolos 01, 07 e 08/ fundo: DOPS - pastas 3989 e 4028.

¹⁹³ APM/fundo: DOPS/pasta: 4231.

Como foi visto na seção anterior, a princípio a COSEG buscou introduzir na sua praxe os princípios que davam sustentação ao regime militar, fundamentado no combate à subversão, ao comunismo e à corrupção nos negócios públicos e nos costumes. Logo em 1971 o órgão estava envolvido numa difícil investigação baseada em denúncias de corrupção, improbidade administrativa e conduta imoral, cujo alvo era um médico, prefeito da cidade mineira de Nepomuceno recém eleito pela ARENA¹⁹⁴. Por cerca de 3 meses a COSEG coletou dados informativos sobre o caso, cuja a principal fonte era a P/2 do 8º Batalhão de Polícia Militar – Lavras/MG. Os Informes foram processados pelos DOPS em março de 1972, dando origem a um documento do tipo “Informação”, no qual foram ratificadas todas as acusações, porém, constando a dificuldade em se arrolar testemunhas dispostas a confirmar os fatos, uma vez que o acusado pertencia a uma influente família da região. O prefeito permaneceu no cargo por apenas 2 anos, no entanto, não foram encontrados documentos que comprovem se foi aberto processo pela Comissão Geral de Investigações, se ele teve seu mandato cassado ou o motivo alegado para seu afastamento.

Ainda em 1971, a COSEG recebeu ordens vindas do QG de Juiz de Fora/Quarta Região Militar (4ª RM) para intensificar as ações preventivas contra a subversão. Os militares interpretaram a situação como aparentemente sob controle, mas que necessitava de vigilância constante, uma vez que

O Movimento Comunista Internacional, obstado no Brasil pela Revolução de março de 1964, refez-se do abalo sofrido e apesar do novo choque que para eles representou o Ato Institucional nº 5, procura reajustar e aperfeiçoar seus métodos, técnicas e tipos de ação, persistindo sempre em busca da tomada final do poder¹⁹⁵.

Nesse caso, o entendimento da conjuntura levou a 4ª RM a elaborar o Plano Defin, visando estabelecer ações preventivas e repressivas relativas à defesa interna por meio de seu CODI¹⁹⁶.

Como parte das ações preventivas do Plano, em outubro desse mesmo ano a PMMG recebeu a missão de intensificar a busca de informes na área da 4ª RM, em conjunto com o

¹⁹⁴ CPI do DOPS, vol. II, p. 480-487 (anexos).

¹⁹⁵ APM/fundo: SESP/COSEG-1.2-2.2-0001(2) - Pasta: AB.001-2 (prontuáriada). Anexo B (Informações) ao Plano Defin/71.

¹⁹⁶ O CODI e o DOI da 4ª RM foram constituídos em 1971 como uma primeira parte do Plano Defin, por meio das Instruções Tiradentes que tinha como principal referência as Instruções APREDI do I Exército, de abril de 1971. (APM/fundo: SESP/COSEG-1.2-2.2-0001(2) - Pasta: AB.001-2 (prontuáriada)). Mas de modo geral, os CODI-DOI foram fundamentados na Diretriz de Segurança Interna de 17/03/1970 e na Diretriz de Defesa Interna do Estado Maior do Exército.

DOI, particularmente na Zona da Mata e a cavaleiro das BR-116 (Rio-Bahia) e BR-262 (Vitória-BH), objetivando “levantar possíveis bases de apoio, zonas de homizio, bases de treinamento e áreas de influência ideológica de organizações subversivas (...)”. Caberia à PMMG organizar, instalar e operar uma Central Avançada de Informações (CAI), que atuaria nessa operação com o apoio da COSEG.¹⁹⁷ A primeira vez que a PMMG empregou uma CAI também marcou a estreia da COSEG numa operação de busca de informes, mesmo que o seu papel tenha sido de coadjuvante.

Em 1974, com o fim do foco guerrilheiro na região do Araguaia, o PCB voltou a ser o principal alvo da perseguição político-ideológica dos órgãos de repressão. Atesta a afirmativa a análise elaborada pela Assessoria do chefe do SNI, em 20 de junho de 1974, com base no Relatório Especial de Informações nº 04/74 do CIE, cujo assunto era “subversão comunista no Brasil”. Nele considerava-se que, entre outras coisas, os órgãos de direção do PCB estavam bem estruturados e em plena atividade. O documento também trazia a informação de que, apesar da organização do Comitê Estadual de São Paulo ter alta prioridade para o Partido, os de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Guanabara e Pernambuco já estavam sendo formados. Portanto, em face da ‘periculosidade’ da estratégia do PCB de “explorar as bandeiras de luta”, o CIE havia julgado ser preciso uma ampla integração das atividades desenvolvidas pelos três centros de informações das forças militares com a cooperação dos demais órgãos do SISNI visando desarticular o Partido. Isso de fato foi feito, porém coincidindo com o início do processo de distensão política, que foi marcado por críticas constantes à política governamental e às ações dos órgãos de segurança e informações brasileiros, sobretudo por meio da imprensa que, neste momento, gozava de um pouco mais de liberdade.¹⁹⁸

Em 23 de agosto desse mesmo ano de 1974, a 2ª seção – 4ª RM solicitou à comunidade regional informações que atendesse a mais um Pedido de Busca do CIE, pois, havia chegado ao conhecimento da Agência Central do SNI que o PCB estava colocando em prática novas estratégias para atacar o governo e “destruir os valores morais da sociedade”, por meio de um intenso trabalho de recrutamento nos meios universitários e entre os intelectuais, e geralmente logrando êxito. Conforme o documento, utilizava-se uma técnica muito eficiente e bem acobertada, cuja intenção era deslegitimar o regime militar através de um trabalho de ação indireta:

¹⁹⁷ Ordem de Operações nº 2/71/E3/4ª RM. APM/fundo: SESP/COSEG-1.2-2.2-0001(2) - Pasta: AB.001-2 (prontuária).

¹⁹⁸ APM/fundo: SESP/COSEG-1.2-2.1-0002(3.5) / pasta: AA.002.3.5.

Trata-se de difundir, sobretudo nos meios universitários, temas que não sejam de ataque direto ao Governo do presidente Geisel e sim contra as lideranças militares que devem ser acusadas de terem sido superadas pelas crises cíclicas internacionais e de não terem visão sociológica para a compreensão dos acontecimentos. Dessa maneira essas lideranças são responsáveis por impedir que o presidente Geisel possa dar solução aos problemas econômico-financeiro e sociais que existem. (...) O PCB vem explorando os problemas decorrentes da elevação do custo de vida e do desemprego e procurando caracterizar um desentendimento entre o atual governo e o do ex-presidente Médici.¹⁹⁹

Outra informação exposta no Pedido de Busca associava o PCB com o crescimento do uso de drogas ilícitas entre os jovens: “O PCB participa de um processo de dissolução das origens morais do povo, utilizando amplamente o tóxico nos meios universitários como um meio essencial para alienar todo o processo de conscientização cultural, moral e político da juventude”²⁰⁰.

Ainda na descrição das ações identificadas como sendo por influência do PCB, o documento indicava os estados de Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro como aqueles considerados polos de ação dessa organização, no que respeitava à infiltração nas religiões afro-brasileiras. Os militares interpretaram o interesse intelectual para com essas religiões e a análise sociológica decorrente como “sinal de um desvirtuamento das características de religiosidade do povo brasileiro”. Concluíram que nesse trabalho os intelectuais de esquerda infiltrados nessas manifestações religiosas, procuravam “por meio de manifestações pseudo-folclóricas, deturpar o sentido primitivista e apresentar temas de luta”²⁰¹.

Esse conhecimento prévio apresentado no PB recebeu classificação A-2 quanto ao grau de veracidade, isto é, oriundo de fonte absolutamente idônea e de total confiança, mas que, no entanto, careciam de mais confirmações. Portanto a ordem era para que os órgãos acionados processassem esses dados conhecidos, ou seja, procurassem elementos que corroborassem ou refutassem as informações preliminares apresentadas, inclusive levantando os nomes e dados de qualificação dos envolvidos. Foi solicitado também que alertassem a todas as agências de Informações sobre as atividades do PCB de que tomassem conhecimento.

Na COSEG a Ordem de Serviço partiu do próprio Coordenador Geral, Ediraldo Brandão, determinando ao inspetor de detetives que destacasse um agente para apurar os fatos apontados no Pedido de Busca, com exceção da parte sobre os ataques às lideranças militares com vistas a atingir o regime militar, certamente por tratar-se de uma conclusão à qual

¹⁹⁹ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/ rolo 10/pasta: AB.021.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem.

chegaram os militares do serviço de informações da 4ª RM e não exatamente algo que precisava ser checado.

A resposta ao PB foi enviada pela COSEG à 4ª RM cerca de um mês e meio depois por meio de um documento tipo ‘Informação’ reproduzido de maneira idêntica ao descrito pelo agente que realizou a busca. Numa exposição curta foi relatado que era notório o uso de tóxicos, em grau relativo, no seio da juventude estudantil e da juventude em geral. E que era comum ocorrerem manifestações religiosas de cunho afro-brasileiras naquela área, mas que a maior parte de seus frequentadores possuía “baixo nível cultural e intelectual, não se podendo negar, no entanto, a presença de pessoas de gabarito intelectual mais elevado”. A Informação dizia, ainda, que “não foi possível apurar se nas gesticulações e invocações de santos de tais ritos há ou não temas de lutas”. Contudo, independente das concepções retrógradas sobre a formação da cultura nacional e o papel das religiões em cada tradição expressadas nestes documentos, pode-se deduzir que nesse período os agentes da COSEG ainda não estavam adequadamente treinados para realizar buscas mais complexas e atender à obsessão que os militares tinham pelo PCB na década de 1970.

Nesse período houve também muita perseguição política por parte da COSEG aos movimentos grevistas. No acervo do órgão existem 24 rolos de microfimes, com datas entre 1970 e 1983, que correspondem a mais de 40.000 páginas de documentos sobre o tema. A partir de 1984 o assunto passou a aparecer de forma aleatória na documentação, porém mantendo a conotação ideológica, sobretudo por parte de seus agentes de busca.²⁰² A greve dos boias-frias do café na cidade de Araguari em meados de 1985 é um dos exemplos dos casos que ainda motivava a busca da COSEG por maiores informações. O agente destacado para a missão informou em relatório que a assembleia inicial da greve contou com apenas 300 trabalhadores decidindo pela paralisação de cerca de 10.000 outros e, sem mencionar a fonte de dados tão precisos, concluiu com isso que a deflagração do movimento havia sido uma manipulação da maioria pela minoria. Era comum os relatos dos agentes da COSEG tenderem a crítica da parte politicamente menos favorecida.

Não há no documento uma preocupação aparente do agente em avaliar a situação e realizar um prognóstico de resolução da situação que partisse da atenção dada ou não pelos cafeicultores empregadores ou pelo Estado às cobranças dos grevistas. Do relatório depreende-se que a preocupação do agente não era com os riscos de um conflito entre

²⁰² APM/fundo: SESP/COSEG/rolo 30/Pasta 35 (município de Araguari).

empregados e empregadores ou mesmo com possíveis tumultos na cidade, mas em determinar as lideranças que teriam incentivado a ação dos reclamantes.²⁰³

No contexto de crise do chamado “milagre econômico”, em 15 de outubro de 1976 o 1º Exército através da 2ª Seção da 4ª DE expediu um Pedido de Busca para os principais órgãos de informações do estado (SR/DPF/MG; COSEG; PM/2; AD/4; 4ª RM; 4ª BDA Inf.; 55º BI, SNI/ABH e DOI/4), pois haviam tomado conhecimento de uma possível ação do clero junto ao movimento trabalhista e do descontentamento que, conforme apurado pelos militares, vinha se agravando progressivamente entre os trabalhadores da Ferrovia do Aço em razão das dispensas que estavam ocorrendo como “consequência da diminuição do ritmo das obras”. Temiam que tal situação fosse “passível de exploração por elementos contra o Governo”. Essa unidade militar solicitou então a avaliação da situação em cada setor, particularmente quanto à existência de “líderes esquerdistas e de aliciadores capazes de conduzirem as massas”.²⁰⁴

Uma semana depois o delegado Ariovaldo da Hora Silva, então encarregado do setor de buscas da COSEG, expediu uma Ordem de Serviço para que o subinspetor de detetives designasse um de seus subordinados para atender ao PB, liberando também para que consultasse a documentação a respeito do assunto nos arquivos da CODIN. Um mês e oito dias foi o tempo gasto para realizar a busca e o levantamento dos dados solicitados e a CODIN elaborar o Informe classificado como A-2, em resposta ao PB de origem. Em relação ao clero, o agente de busca informou não haver indícios do envolvimento de membros da Igreja com o meio trabalhista. Sobre a questão relacionada à Ferrovia do Aço, o detetive informou não ter identificado elementos de esquerda infiltrados entre o operariado e que, segundo aqueles que foram demitidos, as empreiteiras alegavam que a diminuição no ritmo das obras e o consequente desemprego estavam sendo ocasionados pelo Governo Federal, ao reduzir as verbas destinadas à construção daquela ferrovia. Entretanto esse último dado não foi repassado no documento em resposta à 4ª DE, talvez porque o analista da CODIN avaliou tratar-se de um dado sem relevância para o PB ou não ser conveniente para a COSEG mencionar que o sentimento de insatisfação dos trabalhadores para com o Governo Federal era provocado não por pessoas ligadas à esquerda, mas, de certa forma, pelas próprias empreiteiras, como justificativa para a dispensa²⁰⁵.

²⁰³ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/Pasta 35 (município de Araguari).

²⁰⁴ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/ rolo 10/pasta: AB.019 (prontuariada).

²⁰⁵ Conforme apurado pelo agente, diante das circunstâncias, as empreiteiras de menor porte envolvidas na construção da Ferrovia do Aço se viram obrigadas a dispensar seus empregados, mas, as maiores apenas os realocavam para outras obras.

3.2) 1976 a 1985: Nova organização, mesmas práticas

Mesmo que indiretamente, a escolha de Aureliano Chaves, arenista e apoiador declarado do presidente Ernesto Geisel, para assumir o governo de Minas em março de 1975 impôs à COSEG alterações estruturais, pois, como foi mencionado, entre os nomes da nova administração estava o do coronel Venício Alves da Cunha para Secretário de Segurança, responsável pela reformulação do Sistema Operacional de Segurança e Trânsito, pelo estabelecimento do Conselho Superior de Segurança Pública, pela reorganização da COSEG e aprovação de seu primeiro Regimento Interno. Nesse mesmo mês também tomou posse o delegado Ediraldo José Marques Bicalho Brandão no cargo Coordenador Geral de Segurança.

Estava no planejamento dessa nova gestão fortalecer o serviço de informações da Secretaria de Segurança. A Lei 6.693, de 26 de novembro de 1975, que aprovava o II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico Social para o Quadriênio de 1976 a 1979, estabeleceu como um de seus principais objetivos “conhecer a criminalidade nas suas condicionantes políticas, econômicas e sociais, objetivando a identificação de tipos e formas de delitos praticados em Minas Gerais, bem como as suas incidências no tempo e no espaço”.

O momento em que foram postas essas diretrizes, coincidiu com os primeiros passos dos militares em direção à abertura política. Assim como os demais órgãos de segurança e de informações, a COSEG obrigava-se a assegurar o bom andamento do projeto de distensão de Geisel. Por exemplo: em Minas Gerais, coletivos de mulheres passaram a militar em prol dos direitos humanos, sendo o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) um dos primeiros a se organizar, em junho de 1977, sob a liderança de dona Helena Greco. No ano seguinte, o MFPA em Minas Gerais contava com mais de 300 membros, conforme apuração feita pela COSEG. Essa entidade se articulava com vários outros grupos afetos a questão da cidadania, aproximando-se também de partidos de esquerda que vinham se legalizando tendo em vista a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, porém, todos estes grupos atuavam na condição de principais alvos da perseguição política.

Para acompanhar o Primeiro Encontro da Mulher realizado pelo MFPA em 19 de maio de 1979 no Colégio Santo Antônio em Belo Horizonte, a agente da COSEG empregou um recurso bastante comum nas buscas especiais: a utilização de nome falso. Relatou a agente que

Logo na entrada que dava para o pátio do Colégio, estava sendo anotados os respectivos nomes com posterior afixação dos mesmos para identificação dos participantes, bem como a distribuição de pasta de cartolina e lápis para

anotações. Nesta oportunidade, coloquei meu nome como Maria Helena de Oliveira Mendes.²⁰⁶

Por diversos meios a COSEG mantinha forte vigilância sobre esses grupos. Por exemplo, em junho de 1979 o então coordenador especial da Seção de Buscas, delegado Ariovaldo da Hora Silva, recebeu uma comunicação em que uma professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG informava sobre a reunião do Comitê Brasileiro pela Anistia (Congresso Mineiro pela Anistia) ocorrida na Faculdade de Direito daquela instituição. No documento foram apontados os nomes de algumas pessoas que lá estiveram presentes, também como ficou formada a diretoria daquele Comitê em Minas Gerais. Dez dias depois de receber a Comunicação, a COSEG difundiu um Informe, de classificação A-2 para a Comunidade com os dados fornecidos pela professora, indicando, portanto, que partiu de fonte absolutamente idônea, ou seja, da confiança do órgão com grande probabilidade dos dados serem verdadeiros²⁰⁷.

A Lei nº 6.683 aprovada em agosto de 1979, que concedia anistia aos punidos por terem cometido crimes políticos, permitiu o retorno gradual do exercício da cidadania e dos direitos ceifados das pessoas atingidas pelos Atos Institucionais e Complementares do regime militar, embora tenha gerado controvérsias, principalmente se considerada a interpretação na qual há uma intenção conciliatória que exime torturadores e assassinos de militantes políticos da responsabilidade sob suas ações. No entanto, a Lei da Anistia em nada alterou no trabalho de busca por informes desempenhado pela COSEG, uma vez que continuou ordenando-se o envio de agentes de sua Seção de Buscas ou da DVE do DOPS quando se tomava conhecimento de futuras reuniões ou atos públicos, sobretudo se tratando de atividades com previsão de reunir várias entidades que, no entendimento do órgão, faziam contestação à ditadura. Persistente nessa prática, a COSEG tomou conhecimento do debate que ocorreria na Faculdade de Direito da UFMG no dia 8 de março de 1980, em virtude do Dia Internacional da Mulher, sob a coordenação do Movimento Feminino pró-PT, MFPA, Sindicato dos Assistentes Sociais, UEE/MG, UMES/BH, UNE e Diretórios Centrais de Estudantes da UFMG e da UCMG. Para a ocasião, a COSEG enviou 2 agentes que elaboraram um relatório de 3 páginas, no qual foram identificadas 17 das pessoas presentes²⁰⁸. Conferindo especial atenção as falas dos que compuseram a mesa, os agentes procuraram demonstrar que o debate

²⁰⁶ APM/Fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado "Pastas Codificadas"/ rolo 10/ pasta: AB.018.A.1.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado "Pastas Codificadas"/ rolo 10/pasta: AB.015.

foi marcado por opiniões divididas. Os detetives concluíram o relato com suas impressões pessoais sobre o evento, afirmando que,

Apesar do tema bastante interessante, e com uma assistência de mais ou menos 500 pessoas, achamos que o debate foi fraco e monótono, com pouca participação do plenário e insistência, quase subjetiva, por parte da representante [do MFPA] do Rio, Clarisse Maldonato, em querer a legalidade do aborto com todo o ônus da assistência médica sob responsabilidade do Estado. Deduzimos daí, que o foco principal desse debate, com o comparecimento de quase todas as áreas, foi demonstrar a participação ativa de um movimento feminino no PT.²⁰⁹

O relatório foi transformado em Informe e difundido para a comunidade de informações 3 dias após o evento. No Oito de Março do ano seguinte, um agente da DVE do DOPS foi enviado ao mesmo local para acompanhar o I Encontro da Mulher Mineira. Em maio foi inaugurado o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, um espaço físico financiado pela Fundação Ford para realização de serviço voluntário de acolhimento a mulheres em situação de risco e ainda neste mês ocorreu nas dependências da Faculdade de Medicina da UFMG o I Encontro da Mulher Universitária, se juntado às várias entidades de gênero que, taxadas de subversivas, estiveram sob o olhar vigilante da COSEG durante toda década de 1980.²¹⁰

A formação da Federação da Mulher Mineira originou-se do I Congresso da Mulher Mineira, ocorrido nos dias 06 e 07 de março de 1982 no Instituto Izabela Hendrix em Belo Horizonte. Na ótica das agências de repressão, tal organização espelhava um risco para a ordem política e social, pois, haviam sido informados de que antes mesmo de existir, ela já estava sendo visada pelo MR-8 para ali desenvolver uma ala política. O (a) informante da COSEG havia apurado que para o MR-8 faltava a unificação das entidades feministas de Minas Gerais para a formação de um setor feminino na organização.²¹¹ Nas reuniões abertas promovidas por movimentos feministas a DVE do DOPS enviava para acompanhamento duas agentes mulheres, identificadas pelos nomes Silvia e Amanda.²¹²

Para além da bandeira dos direitos humanos, das demandas feministas e da anistia, na segunda metade da década de 1970 a sociedade civil começava a se reorganizar tendo como causa comum a luta contra o alto custo de vida. Nesse clima de cobrança por melhoria das

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado "Pastas Codificadas"/ rolo 10/pasta: AB.017 (Informe nº 106/82 classificação B-2).

²¹² APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado "Pastas Codificadas"/ rolo 10/pasta: AB.017 (comunicação de serviço – encaminhamento nº 24/DVE/DOPS-MG/82).

condições de vida cresceu um movimento de abrangência nacional, nascido da insatisfação da população dos meios urbanos em relação à carestia, cujas causas foram relacionadas à alta da inflação que se agravava com os baixos salários. O objetivo do movimento nacional era unificar os diversos grupos de contestação em torno dos problemas econômicos. O clima de insatisfação era intensificado pela imprensa, que dava visibilidade ao movimento.

O Movimento contra o Custo de Vida (MCV)²¹³ teve início em São Paulo, onde aconteceram suas primeiras manifestações públicas²¹⁴. Em 27 de agosto de 1978 foi realizado um grande ato na Praça da Sé, reunindo cerca de 20 mil pessoas sob a ameaça de repressão pelas forças de segurança, segundo disseram os organizadores à imprensa que fazia a cobertura do evento. Pouco tempo após o ato em São Paulo foi entregue no Palácio do Planalto um abaixo-assinado que reivindicava, entre outras coisas, o congelamento dos preços e o aumento dos salários acima do custo de vida.

Com isso, muitos políticos da oposição passaram a se posicionar sobre a questão, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo noticiou na edição de 29 de agosto de 1978 a seguinte declaração de Fernando Henrique Cardoso, então candidato ao Senado pelo MDB: “custo de vida não se resolve com polícia” (...) “não havia necessidade do aparato bélico posto provocativamente em frente à Catedral”. Esse tipo de publicação que denuncia o *modus operandi* das forças de segurança foi se tornando mais comum com o passar do tempo.

As ações do MCV incomodaram tanto os mais inclinados à continuidade da abertura política quanto à ala mais reacionária da ditadura: por um lado, o governo questionou a autenticidade do documento ao apontar fraude nas assinaturas²¹⁵, por outro, os órgãos de informações, componentes do sistema de repressão dominado por militares mais radicais da direita passaram a monitorar com maior frequência os setores da sociedade civil que vinham se organizando em torno dessa pauta.

Considerando o que foi constatado nos levantamentos realizados pela COSEG, em Belo Horizonte a atuação do Movimento Contra a Carestia se dava por meio de trabalhadores metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte, coletivo de mulheres, organizações de bairros (muitos em formação visando núcleos para o movimento) nos quais participavam donas de casa, havendo também apoio de clérigos.

²¹³ Na documentação esse movimento aparece de duas formas: MCV e MCC (Movimento Contra a Carestia).

²¹⁴ Desde 1949 já havia um movimento chamado Luta Contra a Carestia, criado em torno das mesmas causas do da década de 1970, ligado à sindicatos de trabalhadores paulistas e que em pouco tempo espalhou-se por vários estados brasileiros, tendo sido desarticulado com o início da ditadura militar.

²¹⁵ Jornal Folha de São Paulo, edição de 26 de setembro de 1978.

Jornais noticiavam dados do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) que indicavam a capital mineira como sendo a com o maior custo de vida entre todas as grandes cidades brasileiras, sobretudo em relação aos gêneros alimentícios, além da alta no número de desempregados e de pessoas em situação de miséria²¹⁶.

Embora tenha promovido algumas reuniões, às vezes com um número significativo de pessoas, o MCC ainda não havia repercutido na coletividade mineira, por isso, foram programadas manifestações públicas para a semana anterior ao Primeiro de Maio de 1979, a exemplo de São Paulo, onde em janeiro daquele ano foi realizado o I Encontro Nacional do Povo Contra a Carestia. A necessidade de outras estratégias para sensibilizar um público mais amplo sobre a importância da pressão popular para resolução do problema da carestia levou à concepção de uma feira de arte de duração de 3 dias, com temática “Custo de Vida”. Para a realização do evento foi cedido um espaço no colégio Santa Rita, que ficava numa área de fácil acesso para o público alvo. Houve encenação de peças teatrais, exibição de documentário, músicas, poesias, pinturas e artesanatos que faziam referência as dificuldades enfrentadas por trabalhadores e trabalhadoras com baixa renda para sustentar suas famílias naqueles tempos de carestia, quando a inflação anual havia superado a marca de 100%.

O Serviço de Informações da Superintendência Regional do DPF difundiu o informe sobre evento à SNI/ABH, à PM/2, à 4ª DE e à COSEG. Coube a essa última, através da Seção de Informações de Segurança Interna, mobilizar a Seção de Buscas para que 4 de seus detetives comparecessem a cada dia do evento e elaborassem relatório sobre o que vissem e ouvissem²¹⁷. Conforme os agentes, ao longo das apresentações, compareceram, aproximadamente, entre 30 a 150 pessoas por dia, entre operários da Região Industrial, estudantes, pessoas ligadas ao Movimento dos Flagelados e aos Grupos de Jovens de igrejas católicas de regiões periféricas de Belo Horizonte. Os agentes detalharam algumas peculiaridades sobre as apresentações concluindo que

As mensagens diziam que os operários deveriam unir-se e lutar por liberdades, por um partido dos operários, bem como a maneira de convocar assembleias de trabalhadores, para que fossem debatidos seus interesses e aspirações, ou seja: direito de greve, novos sindicatos com forças soberanas e não sindicatos sem autonomia e com intervenção, como é o ABC paulista, e que nessas assembleias fossem formadas comissões com a finalidade de tomar decisões em nome da classe operária. Nos sentimos, durante a

²¹⁶ Como exemplo, a reportagem “Custo de Vida: discussão diária em Belo Horizonte”. Edição de 10 de setembro de 1978 do Jornal Estado de Minas.

²¹⁷ APM/Fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/ rolo 10/ pasta: AB.014.

apresentação teatral, que tudo aquilo era uma doutrinação aos presentes, de como eles devem agir dentro e fora do local de trabalho, e que deveriam promover greves.²¹⁸

Em julho de 1979 a COSEG preparou um Estudo de Situação de Informações (nº 06/COSEG/79) versando sobre a “evolução da subversão”, assinado pelo Coordenador Geral, Ediraldo Brandão, e difundido entre muitos dos órgãos de informações, uma vez que foi entregue ao Secretário de Segurança e distribuído para SNI/ABH, 4ª DE, SR/DPF/MG e PM-2. Trata-se de um estudo bastante generalista, de 15 páginas, que reiterava a interpretação na qual os movimentos reivindicatórios e as ações contestatórias eram tão somente fruto da autocrítica das organizações subversivas desarticuladas por volta do ano de 1972, que haviam repensado a estratégia de “queimar etapas” para priorizar a “luta de massa”, isto é, a exploração pública de ‘bandeiras justas’, em detrimento da luta armada. Nessa concepção não existia insatisfação popular, apenas o povo sendo manipulado por grupos de esquerda.

O documento analisava também a conjuntura da segurança interna em Minas Gerais, afirmando que os principais subversivos no estado eram bastante conhecidos daquele órgão, por serem relativamente poucos em relação ao eixo Rio-São Paulo de onde vinham as diretrizes. Porém, de acordo com o documento, os subversivos mineiros eram extremamente dedicados no esforço para ampliar sua área de apoio. Ainda segundo o Estudo, esses militantes mantinham boa articulação entre o clero local, jornalistas, professores, sindicalistas, estudantes, artistas, funcionários públicos e favelados, e os fatos ocorridos naquele ano no estado – greve na Mannesmann, greve dos professores, Congresso dos Metalúrgicos – teriam sido levados à efeito apenas para impulsionar a evolução do processo subversivo.

O delegado Ediraldo Brandão conclui o texto avaliando que a ‘luta de massas’, como parte do processo, estaria dando sinais de evolução para uma onda de confrontos com as forças legais e um indício do desdobramento para uma saída da fase das ações pacíficas estaria nas palavras que o então sindicalista Luiz Inácio da Silva – Lula – teria dito em duas oportunidades. Primeiramente na visita à Pernambuco, sua terra natal, em 1979: “Os trabalhadores, inclusive os trabalhadores rurais, não devem temer a polícia”. E no dia 18 de julho desse mesmo ano em Belo Horizonte: “Não devemos manifestar apoio ao povo da Nicarágua e sim seguir seu exemplo no nosso próprio país”, o que seria uma referência à

²¹⁸ Ordem de Busca verbal, 30 de abril de 1979. APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “pastas codificadas”/ rolo 10/pasta: AB.014, documento 108).

vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que depôs um dia antes o presidente/ditador da Nicarágua Anastasio Somoza Debayle.²¹⁹

Mas durante os primeiros anos da década de 1980, os movimentos de contestação continuaram atuantes e unidos contra o alto custo de vida e o desemprego. Houve o I Congresso Nacional de Luta Contra a Carestia ocorrido nos dias 06 e 07 de dezembro de 1980 em Belo Horizonte, na Faculdade de Direito da UFMG, fruto das decisões do Terceiro Encontro Nacional Contra Carestia, realizado nos dias 22 e 23 de março desse mesmo ano em Salvador/Bahia. A COSEG enviou 1 agente da Seção de Buscas para acompanhar o evento, mas, além disso, 3 agentes da Delegacia de Vigilância Especial do DOPS foram acionados para a mesma tarefa. O trabalho realizado pela equipe do DOPS destacada gerou uma Comunicação de Serviço de 3 páginas que registrou dados gerais, impressões pessoais e as falas de alguns dos participantes do evento. Ao documento foram anexados 4 impressos coletados na ocasião. O agente da COSEG elaborou um Relatório de 5 páginas que trazia 16 documentos anexos. Portanto, cabe aqui uma análise comparativa dos principais pontos dos dois relatos, para tentar inferir a qualidade do trabalho de informação executado pelos dois serviços.

Em primeiro lugar, notamos que houve divergência quanto ao horário de início do Congresso. Conforme os detetives do DOPS, o evento teve início às 8 da manhã nos dois dias, já os agentes da COSEG afirmaram ter começado às 10h30min no primeiro dia, pois aguardavam a caravana de São Paulo que se atrasou por ter sido retida na estrada. De fato, a página 7 da edição do dia 07 de dezembro de 1980, do jornal Estado de Minas vinha com a notícia intitulada “Polícia tenta, mas não consegue impedir encontro contra carestia”, na qual constava que houve cerco a 6 ônibus que seguiam para o Congresso e retenção de documentos dos motoristas, levando a crer que tenha sido algo planejado para boicotar o evento.

Um segundo aspecto que chama a atenção na comparação: o agente da COSEG tinha um conhecimento prévio maior das entidades e pessoas presentes, o que fez com que em seu relatório fossem apontados 13 entidades e 22 lideranças e pessoas ligadas a tais grupos, enquanto os do DOPS se limitou a citar 2 entidades e a informar que haviam comparecido partidos de esquerda e representantes de vários sindicatos, enfatizando a presença de três desses e de 8 pessoas das quais souberam apontar os sobrenomes de apenas duas. O terceiro aspecto a destacar é que o agente da COSEG definiu na forma de tópicos as principais

²¹⁹ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça (br_rjanrio_tt_0_mcp_avu_0244).

deliberações do Congresso: formação de uma comissão nacional provisória; o posicionamento do MCC quanto ao problema da terra e reforma agrária; a visão do movimento quanto ao cenário político e econômico brasileiro; definição do principal responsável pela carestia no Brasil; as reivindicações do movimento destinadas as autoridades competentes na busca por solucionar o problema do alto custo de vida. Por seu lado, os detetives do DOPS citaram apenas uma das deliberações, após expor de maneira desconexa algumas das falas dos participantes.

Além disso, enquanto o agente da COSEG captou 6 das próximas ações do MCC, os agentes do DOPS relataram apenas duas delas. Os agentes do DOPS informaram que cerca de 8 ônibus foram utilizados para trazer as delegações e que a maioria deles eram oriundos do estado de São Paulo. Já o agente da COSEG se preocupou em anotar as placas de seis deles. Nos dois relatos há destaque para as palavras de ordem entoadas durante o Congresso e a relação dos veículos de comunicação que se fizeram presentes. Para finalizar nossa comparação, em relação ao caráter “subversivo” do evento, o agente da COSEG enfatizou a decisão do MCC de apoiar toda e qualquer luta reivindicatória do povo brasileiro, mobilizar a classe trabalhadora, incentivar greves e defender a bandeira da Constituinte livre. Já os agentes do DOPS privilegiaram demonstrar que o Congresso foi permeado por falas e circulação de material de esquerda, concluindo o relato com as seguintes palavras:

Notou-se também um ambiente hostil no qual pôde-se sentir claramente o objetivo revolucionário da maioria das pessoas que ali se encontravam. Observamos também uma faixa do jornal Tribuna Operária: “Viva o Socialismo”. Houve ainda distribuição gratuita de alimentação para os participantes. Verificou-se a venda de farto material impresso de esquerda (jornais e folhetos) como: Hora do Povo, Tribuna Operária, Companheiro e outros.²²⁰

Pela comparação que realizamos dos relatórios produzidos pelos dois órgãos pode-se notar que o relatório do agente da COSEG ficou mais detalhado em relação ao produzido pelo pessoal da DVE do DOPS. É possível perceber, ainda, que na COSEG manteve-se o foco em relatar as deliberações e conclusões da plenária, enquanto os detetives do DOPS privilegiaram expor as suas impressões pessoais. Nossa conclusão é que o agente da COSEG realizou um trabalho de informação de melhor qualidade em comparação aos do DOPS, o que provavelmente se devia ao seu melhor treinamento.

²²⁰ APM/Fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/ rolo 10/ pasta: AB.014-1 (Prontuária), documento 67.

O relatório feito pelo agente da COSEG deu origem a um Informe, de classificação A-2 (fonte absolutamente idônea e grau de veracidade provavelmente verdadeiro)²²¹, difundido para SNI-ABH, 4ª DE, SI-SR-DPF/MG, PM/2 e também para os serviços de informações de cada um dos 8 outros estados em que delegações se fizeram presentes no Congresso. O documento reproduzia quase que fidedignamente o que fora escrito pelo agente, com exceção da parte em que foi relatado quais seriam as próximas ações do MCC. Nesse quesito, certamente por determinação do Coordenador Geral, a CODIN se limitou a informar apenas que o Movimento realizaria uma campanha de conscientização no natal daquele ano, deixando de repassar a programação para o ano seguinte que previa mobilizações para o Carnaval, para o Dia Internacional da Mulher e para a semana do Primeiro de Maio. O Congresso também foi monitorado pelo SI-SR-DPF/MG.²²²

Muitas das reuniões do MCC para programar atos públicos em Belo Horizonte e região metropolitana eram realizadas nas dependências de sindicatos que ficavam na área central da cidade, como o dos professores e dos metalúrgicos, e contavam com a participação de representantes de bairros pobres da cidade, de partidos como o PMDB e PT, da “pequena” imprensa (de esquerda), da UNE, UMES e sindicalistas. Os militantes sabiam que estavam sendo vigiados por agentes da repressão, fato que não intimidou a sociedade civil, que se organizava em meio à crise provocada pelo aumento descontrolado da inflação.

Os principais motivos da indignação da população belo-horizontina pobre nesse período eram o aumento no preço dos gêneros de primeira necessidade e no transporte público. Desse modo, o custo de vida ia além da questão da fome, interferindo também em direitos fundamentais como a saúde, segurança pública e renda, problemas cuja resolução passa por decisões de nível governamental. Por isso, quando em março de 1982 o Comando da 11ª Região Militar, na pessoa do general Adhemar da Costa Machado, solicitou aos Secretários de Segurança Pública dos estados sugestões de assuntos a serem debatidos numa reunião programada para acontecer em Brasília, cujo tema seria os problemas de segurança interna, o coronel Amando Amaral, ex-superintendente regional do DPF e então Secretário de

²²¹ Nem todos os relatórios de agentes geravam informes ou informações. Por exemplo: em junho de 1981 um agente foi enviado para acompanhar um debate que ocorreria no auditório da FACE/UFMG cujo tema era “A polêmica no marxismo contemporâneo”, porém o relatório foi apenas arquivado. APM/Fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/ rolo 10/ pasta: AB.019.1.

²²² APM/Fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado “Pastas Codificadas”/ rolo 10/ pasta: AB.014-1 (Prontuariada).

Segurança Pública de Minas Gerais, recomendou que na pauta estivessem os movimentos: trabalhista rural e urbano, contra a carestia, estudantil secundarista e de periferia²²³.

Para auxiliar na obtenção dos dados de segurança pública e de informações internas do interior do estado a COSEG contava com sua Sub-Agência Regional de Informações, instalada na 7ª Delegacia Regional de Segurança Pública em Juiz de Fora, além das demais DRSPs e delegacias municipais. Essas unidades também eram instruídas a acompanhar atividades consideradas de esquerda e a produzir relatórios informativos. Por exemplo, em vista das eleições gerais de 1982, nos meses de março e maio desse ano à COSEG foram encaminhados os relatórios de serviço dos detetives designados por essas delegacias para acompanhar as campanhas, reuniões e atos públicos do PT, entre elas: 1ª DRSP-Ipatinga, 5ª DRSP-Governador Valadares, 14ª DRSP- Teófilo Otoni, 17ª DRSP- Leopoldina e 20ª DRSP- Ituiutaba. A Delegacia Distrital de Piumhy chegou a enviar uma lista com todos os eleitores da cidade que se filiaram ao PT e ao PDT.²²⁴ Para uma reunião na sede do PT em Eldorado/Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, para preparar um ato no 1º de Maio, foram designados 3 agentes da Delegacia de Vigilância Especial do DOPS que relataram a programação para o evento. No dia anterior a DVE havia enviado outros 3 detetives (2 mulheres e um homem) para acompanhar o Encontro Municipal do PT ocorrido na Faculdade de Direito da UFMG.²²⁵

A partir da documentação analisada percebe-se que em 1983, padres católicos cujas opiniões e atuações em relação às questões políticas e sociais eram discretas passaram a se sentirem seguros ou no dever de firmar publicamente suas posições. Em outubro, através de uma Ordem de Serviço da Seção de Buscas da COSEG, foram destacados cinco agentes para monitorar os festejos comemorativos do dia de Nossa Senhora da Aparecida que ocorreria na Praça da CEMIG em Contagem. Um dos motivos para a preocupação com este evento é por ter sido liderado pelo vigário episcopal da Região Industrial de Contagem padre Carlos Pinto de Oliveira, que também era coordenador da Pastoral Operária, e pela previsão de reunir muitos trabalhadores sindicalizados daquela região e de Belo Horizonte. Mas já havia algum tempo que algumas das ações do padre Carlos vinham sendo monitoradas pela COSEG.

No início desse mesmo ano o órgão havia recolhido um livreto taxado como subversivo feito sob a coordenação do padre, que fazia referência à Campanha da

²²³ APM/Fundo SESP/COSEG/microfilme intitulado "Pastas Codificadas"/ rolo 10/ pasta: AB.014-1 (Prontuária).

²²⁴ APM/ fundo: SESP/COSEG-1.2-2.1-0002(3.5) pasta: AA.002.3.5.

²²⁵ Ibidem.

Fraternidade cujo tema era “Fraternidade Sim, Violência Não!”, preparado especialmente para os que frequentavam as reuniões da Pastoral Operária, mas também visando toda a comunidade da Região Industrial. Segundo o agente que o recolheu, o livreto deturpava o intuito da Campanha, naturalmente pela afirmação vinda da CNBB de que “violência são todas as formas de violação dos direitos humanos” e pela interpretação de que a Via-sacra da Fraternidade sugerida pelo vigário seria a busca de ações que visassem a organização da sociedade civil para resistir as diversas formas de violência.

Do ponto de vista da ordem política e social, o motivo de maior incomodo em relação ao livreto se encontrava na parte em que é exposto para reflexão dos leitores o conflito por terra ocorrido recentemente no Araguaia. O caso destacado foi o das famílias de lavradores que trabalhavam naquela região havia mais de 20 anos, cujas terras estavam sendo reivindicadas por fazendeiros que se afirmavam proprietários. As casas dos posseiros foram queimadas pelos fazendeiros. Houve resistência pelos lavradores, mas, com a ajuda da polícia local eles foram violentamente forçados a deixar as terras. O resultado foi a prisão de 13 posseiros e dois padres franceses que ali atuavam em defesa daquelas famílias.

Para a COSEG, com este histórico, a presença do pároco elevava as estimativas de ocorrência de atos contestatórios, servindo de justificativa para o empenho de 5 agentes para acompanhar o citado evento religioso. Porém, também a 6ª Delegacia Seccional de Polícia Metropolitana, em Contagem, se fez presente por meio de outros 5 detetives. O serviço dessa delegacia foi caracterizado como de ordem política e social e não de ordem pública, e gerou uma Comunicação (relato) de como transcorreu a jornada, o número aproximado de pessoas, a cena teatral encenada durante o evento que fazia referência à situação dos trabalhadores desempregados e algumas observações, como os dizeres das faixas que foram anexadas (“Nossa Senhora da Aparecida nos livre da fome e do desemprego” / “Nordestinos exigem justiça” / “Os posseiros de Cachoeirinha pedem justiça”). O documento era bem menos detalhado em relação ao produzido pelos 5 agentes enviados pela Seção de Buscas da COSEG, mas também contava com anexos cujo conteúdo foi denominado probatório (de ter sido uma manifestação subversiva), formado pelo jornal da CUT distribuído no local, além de boletins e panfletos. Esse material junto com a Comunicação foi enviado à Superintendência de Polícia Metropolitana, que por sua vez os enviou ao Coordenador Geral de Segurança.²²⁶

A partir deste exemplo é possível avaliar o quão elevado era o grau de sigilo das atividades desenvolvidas pela COSEG, quase sempre restrita apenas ao conhecimento dos

²²⁶ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/ rolo 03/ pastas: AB.20.07 até AB.2016.

envolvidos na missão, fato que frequentemente gerava ações de segurança com a mesma finalidade realizadas por órgãos diferentes dentro da mesma instituição policial, neste caso, mobilização duplicada de gastos e pessoal destinado à segurança pública.

A partir de 1983, os órgãos e departamentos vinculados à SESP passaram a remeter com periodicidade à COSEG seus relatórios de atividades, que por sua vez passa a produzir seu Sumário Quinzenal de Informações (SQI), composto por uma parte destinada à compilação das informações de segurança pública e outra de informações de segurança interna. No âmbito político estadual, Tancredo assumiu o governo de Minas no mesmo ano, e o delegado Ediraldo Brandão migrou para um cargo de menor prestígio e que pouco se relacionava com suas atividades anteriores. Ele assumiu o Departamento de Registro e Controle Policial da Superintendência Geral da Polícia Civil.

Pode-se dizer que a trajetória institucional da COSEG analisada até aqui foi marcada por características centrais da ditadura, especialmente o controle militar, a ideologia de segurança nacional e a ênfase na segurança interna, que teria resultado na incorporação da segurança pública à segurança nacional, como explicado anteriormente. Entretanto, em 1985, em vista da transição democrática, o delegado Walter Diniz Camargos, então coordenador geral no seu segundo ano no cargo, vislumbrando a necessidade de mudança na organização e competências do órgão, esboçou uma proposta de reorganização da COSEG²²⁷. Argumentando que as alterações seriam para maior eficiência nas áreas de informação, análise e planejamento, em benefício do emprego das polícias Civil e Militar quando atuassem em conjunto ou separadamente, sugeriu que seria necessário reorganizar as atividades e competências do órgão para orientar o secretário com ações mais condizentes com a nova realidade. O Coordenador deixa subentendido que a estrutura, organização e funcionamento da COSEG, que naquele momento ainda seguiam as diretrizes dadas nos Decretos e Resoluções de 1975, estariam defasadas.

O órgão proposto se chamaria Coordenadoria de Informações, Análise e Planejamento (CIAP). Com vistas a obter a aprovação do projeto, o delegado Walter Camargos salientou que o novo órgão teria competências e autoridade capazes de dar ao Secretário de Segurança acesso a todas as fontes de informação e de permitir a união operacional das polícias Civil e Militar. Chama a atenção que as alterações apresentadas pelo Coordenador estariam mais voltadas para a segurança pública do que para segurança interna, que naquele período ainda significava frear o avanço das esquerdas. A mudança de ênfase era compatível com o perfil

²²⁷ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado "Arquivos da COSEG"/rolo 29/pasta: AC.13.03.

político do novo governo estadual, que fazia parte da oposição (ainda que moderada) à ditadura.

Para conferir maior credibilidade à sua proposta, o Coordenador Geral passou a enumerar os principais feitos de sua gestão à frente da COSEG: planejamento ao combate do comércio ilegal de ouro e das operações contra assaltos a ônibus na capital mineira, cujos trabalhos se iniciaram em reuniões ocorridas nas dependências da COSEG, contando com a participação do Superintendente Geral de Polícia Civil, o chefe do Departamento de Investigações, o Superintendente de Polícia Metropolitana, o Comandante Geral do Policiamento da Capital e um representante da METROBEL, do Sindicato patronal e dos motoristas. Ao citar este último feito ele tinha em vista dois objetivos: lembrar que essa reunião deu origem ao Plano Especial de Prevenção e Repressão de Assaltos a Coletivos (PEPRACO) que, conforme o delegado, em ações conjuntas das polícias Civil e Militar “minimizou a incidência deste tipo delituoso”²²⁸ bem como reafirmar que a COSEG atuava bem como mediadora dos acordos entre os diversos órgãos de segurança do estado.

Walter Camargos afirmou ainda que a COSEG trabalhou na preparação do convênio entre a prefeitura de Belo Horizonte e a SESP/MG, relativo à poluição sonora, acordado em maio de 1985²²⁹. A sugestão para a adoção de medidas mais enérgicas na prevenção ou repressão de ocorrências relacionadas ao barulho na área urbana, sobretudo as noturnas provenientes de bares, boates e similares, partiu do Comando Geral da PMMG, que desde dezembro de 1983 vinha solicitando reuniões na COSEG para tratar do assunto. O argumento baseava-se na ideia de que “além de privarem famílias de condições indispensáveis de repouso noturno, (...), esses estabelecimentos [estavam] sendo considerados como fatores de inversão dos padrões morais e de geração de problemas psicossociais”²³⁰.

Não obstante as justificativas apresentadas pelo Coordenador para a reorganização da COSEG, a proposta ficou apenas no papel. Talvez porque, conforme o organograma sugerido, o novo órgão cresceria substancialmente em estrutura e, conseqüentemente, em número de pessoal, isso num período em que o estado, assim como todo país passava por uma grande recessão econômica. Ou talvez porque, embora aqueles tivessem sido tempos de redemocratização e retração da truculência policial na contenção dos crimes políticos, os quadros da repressão ainda se colocassem resistentes às mudanças, como pode ser notado em

²²⁸ Estudo intitulado “Violência Urbana”. APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 30/pasta: AC.15.16.

²²⁹ Resolução nº 3.743, de 27 de setembro de 1985.

²³⁰ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 30/pasta: AC.15.16.

muitos dos documentos produzidos pela COSEG naquele período, que mostram o órgão ainda dividindo sua atenção entre um incipiente setor de informações de segurança pública e a vigilância da pulsante movimentação política dos anos 80.

Certamente, em 1985 a ideia de guerra contra os antagonismos e pressões provocados pelo “inimigo interno” ainda exercia bastante influência no serviço de informações da SESP/MG, embora desde 1983 já vigorasse a nova e ainda vigente LSN, de número 7.170, na qual é suprimida a perspectiva ideológica para definição dos crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. No entanto, a vigilância política sobre as forças de esquerda passou a perder cada vez mais espaço para os problemas específicos de segurança pública.

3.3) As atividades da COSEG na redemocratização e no período pós Constituição de 1988

Entendemos que a evolução da atividade de informações no Brasil se deu, até o início dos anos de 1990, apenas no plano da segurança interna, e esteve profundamente dependente da guerra política e ideológica, acompanhada de medidas repressivas, travada pelo Estado ditatorial contra seus opositores. Afinal, o desenvolvimento de uma doutrina de inteligência voltada exclusivamente para a segurança pública implicava abandonar vários dos conceitos e práticas ora dominantes, sobretudo aqueles formados com base no anticomunismo. No entanto, na fase de redemocratização já não era mais possível dissociar crise econômica e carestia do crescimento da criminalidade e da violência urbana, realidade que levou a COSEG a reavaliar suas prioridades e colocar a segurança interna, do modo como ela era concebida, em segundo plano.

Logo no início de seu mandato, José Sarney, primeiro civil a ocupar o cargo de presidente do Brasil após o regime militar, havia dito que “Quem é feliz não é violento”. Ele se referia as condições de bem-estar social necessárias para que pessoas se tornem menos propensas a cometer atos fora da lei, meta que o novo governo buscou alcançar por meio de um “mutirão contra a violência”:

Temos que combinar várias medidas, a fim de que as ruas sejam de novo caminhos seguros. Isso significa melhorar o padrão profissional e ético de nossos quadros policiais, dinamizar a ação da Justiça, estabelecer um sistema ágil de informações, modernizar o sistema penitenciário. O Governo deve, numa ação conjugada, sociedade e Governo, a nível nacional, estadual e municipal, juntar as mãos para o grande mutirão. Policiais, juízes,

sacerdotes, mães e pais, órgãos de informação unam-se para essa grande tarefa. As ações devem abranger os setores repressivo e preventivo, de modo a combater os efeitos e as causas.²³¹

Nesse período, a Subseção de Segurança Pública da COSEG passou a elaborar vários estudos com vistas a se conhecer melhor os aspectos da criminalidade e da violência que afetavam toda a sociedade. Desde 1983, já se observava um esforço maior de coletar dados de segurança pública, geralmente os ostensivos (verificação de jornais e revistas, boletins estatísticos, informações das DRSP, especialmente os inquéritos e processos remetidos à Justiça).

No início do ano de 1985 a COSEG havia produzido um estudo chamado “Violência Urbana”, no qual foi analisada a progressão da violência e da criminalidade a partir de dados estatísticos referentes às áreas urbanas de Minas Gerais²³². No estudo foi dado destaque aos crimes violentos, que de acordo com as informações apresentados haviam alcançado índices bastantes elevados a partir do segundo semestre de 1983 e aumentado em 23,2% em 1984. O estudo mostra os números dos crimes contra o patrimônio, arrombamento, furto, roubo, assalto, estupro e tráfico de drogas, todos apresentando taxas crescentes tanto em relação ao ano anterior quanto em intervalos maiores. Dado de extrema importância para o trabalho preventivo, a pesquisa apontava que também a média de idade dos agentes infratores estava diminuindo. De modo geral, enquanto que em 1978 a faixa etária desses indivíduos repousava nos 28 anos e 1 mês, em 1984 ela caiu para 23 anos e 4 meses.

Após a exposição dos dados concretos foram apontadas as causas que na visão dos elaboradores justificavam os índices elevados. Na visão dos analistas da COSEG, alguns problemas tinham origem socioeconômica e cultural (crise econômica, êxodo rural, falta de habitação, fome, aumento do tráfico e uso de drogas), enquanto outros tinham relação com a estrutura judiciária (certeza da impunidade, legislação penal tolerante, lei Fleury²³³, política ineficaz em relação ao menor, revisão do Instituto da Unificação das Penas, Lei nº

²³¹ Palácio do Planalto Brasília-DF, 05 de agosto de 1985: Pronunciamento do Presidente José Sarney, por ocasião da entrega do documento produzido pela equipe do “Mutirão Contra a Violência”. Encontrado em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/63.pdf.

²³² APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 30/pasta: AC.15.16.

²³³ Lei nº 5.941, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1973, que altera os artigos 408, 474, 594 e 596 do Código de Processo Penal. Tramitou em meio ao processo de indiciamento e prisão preventiva do delegado do DOPS de São Paulo, Sérgio Fernando Paranhos Fleury, por envolvimento nas execuções do “esquadrão da morte”. A principal alteração no Código de Processo Penal trazida por essa lei foi fixar que o réu primário e de bons antecedentes poderia aguardar o julgamento em liberdade. Essa lei foi aprovada a tempo de ser utilizada pela defesa do delegado, resultando em sua liberação, por isso ficou conhecida como Lei Fleury.

4.898/65²³⁴), com a estrutura policial (necessidade de reciclagem modernização, aumento dos recursos humanos e materiais), com a estrutura carcerária (indiscriminação no tratamento carcerário, regalias carcerárias, excesso de população carcerária, ócio do detento), além de outras causas (proliferação das casas de compra de ouro velho, facilidade na aquisição de armas).

Ao final foram apontadas algumas sugestões para a superação do problema. A primeira medida relacionava-se ao adolescente menor de idade que, conforme os números apresentados, estaria cada vez mais envolvido na criminalidade. Nesse caso recomendava-se a realização de extensa obra assistencial abrangendo toda a dimensão psicológica, com atenção para a educação iniciada no âmbito da família que gerava transmissão de valores e influenciava as crianças a imitarem os adultos. Segundo os analistas, outros menores infratores já necessitariam de programas da intervenção de assistentes sociais.

Indo de encontro às propostas de soluções apresentadas pouco tempo antes no congresso realizado em Belo Horizonte pelo Conselho de Criminologia e Política Criminal, órgão do sistema operacional da então Secretaria de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais, conjecturou-se também medidas como amparo social, incentivo à adoção do menor e eliminação de obstáculos legislativos que o proibia de trabalhar. Além disso, dever-se-ia diferenciar o menor carente do menor infrator, buscando-se separá-los ao levá-los às entidades de assistência.

Outras medidas sugeridas para conter a criminalidade avocavam a responsabilidade do Estado na recuperação dos “mal formados”:

Adoção de leis menos tolerantes de repressão e supressão de indultos periódicos, menores regalias à presidiários que as não merecem e individualização do tratamento carcerário, afim de ser melhor conhecido o homem, submetendo-os a medidas de segurança ou a terapias que lhe abrande os impulsos, se reconhecidamente perigoso²³⁵.

Nesse aspecto, o estudo chamava atenção para o problema da superlotação carcerária, que estaria impossibilitando a necessária separação dos detentos pelo tipo de crime praticado e outros critérios seletivos, assim como já determinava a legislação, pois entendiam que a convivência diária indiscriminada de detentos de distintos graus de periculosidade, contribuía para o aumento de sua agressividade bem como para a especialização na prática de outros

²³⁴ No documento essa lei foi caracterizada como “timidez policial”, mas se trata do ato que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

²³⁵ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 30/pasta: AC.15.16.

crimes. Igualmente necessário seria reeducar e preparar o interno para seu retorno à sociedade após o cumprimento da pena. Há ainda uma forte crítica a certos pontos do sistema legal, que estaria desparelhando a justiça e a polícia, beneficiando os criminosos e gerando o aumento da impunidade. Por último, foi defendida a necessidade de valorização policial, principalmente através da destinação de maiores e melhores recursos às polícias bem como investimento em preparo físico e intelectual.

De alguma forma, este estudo se insere no projeto “Mutirão contra a Violência”, como ficou conhecido o memorando do presidente José Sarney à Fernando Lyra, Ministro da Justiça, recomendando ações no combate à violência que abrangessem os setores preventivos e repressivos. A medida tomada por Lyra foi o lançamento de um projeto a ser desenvolvido em três fases. A primeira estaria voltada para o reaparelhamento do sistema penitenciário, a segunda para a construção, reforma e ampliação de delegacias e a terceira para projetos especiais de combate à violência e à criminalidade. Ainda em 1985 o Governo Federal havia liberado 19 bilhões na moeda corrente para implementação da primeira fase do programa. Tão logo, Minas começou a corrida para assegurar parte dessa verba, uma vez que, assim como destacava o estudo feito pela COSEG, bem como toda imprensa escrita e falada da época, os setores carcerário e penitenciário mineiros enfrentavam sua pior crise²³⁶.

A crise carcerária havia provocado um mal-estar institucional entre a SESP e a Secretaria de Interior e Justiça de Minas Gerais, pelo fato de alguns setores da SESP estarem servindo para a guarda de presos já condenados pela Justiça, tais como os “depósitos de presos” do Centro de Triagem do Departamento de Investigações (“Inferno da Lagoinha”), a Delegacia Especializada de Furtos e Roubos (“Inferno da Floresta”) e diversas delegacias Seccionais, Metropolitanas e de Comarcas. Os presos que deveriam ser mantidos ali a título provisório permaneciam por longos períodos sem que houvesse condições físicas adequadas naquelas unidades, e ainda com grandes prejuízos para o funcionamento, a segurança e o trabalho policial naquelas unidades, e ainda em desacordo com a legislação em vigor.

Tal estado de coisa motivou a COSEG a produzir, também em 1985, um Estudo de Situação do sistema carcerário em Minas Gerais. O trabalho apontava algumas causas da crise e seus desdobramentos, como a explosão de condenações e a consequente superlotação de presos, diante de uma quantidade insuficiente de unidades penitenciárias, resultando em rebeliões, tentativas de fuga e presos assassinando outros presos através de sorteios. Em 1984 houve algumas mudanças na legislação estadual penitenciária, concomitante ao projeto de

²³⁶ “Minas aguarda verba do ‘Mutirão da Violência’”. *Jornal Estado de Minas*: edição de 02/05/1985, p. 18.

criação de uma penitenciária na região metropolitana de Belo Horizonte. Mesmo após muitas negativas por parte de autoridades políticas locais, a cidade de Contagem foi o local escolhido e, em 1987, ali foi inaugurado o Centro de Reeducação de Contagem, atual Penitenciária Nelson Hungria.²³⁷

Ainda no primeiro semestre de 1985, por meio de sua Subseção de Informações de Segurança Pública a COSEG produziu um estudo de 25 páginas intitulado “A violência sexual contra a mulher”. Embora contasse com a participação de uma mulher ligada à Secretaria estadual de segurança, o trabalho foi elaborado por um capitão da PM e um delegado da PC, ambos exerciam a função de Coordenador Especial naquele órgão. A escrita foi motivada pelo aumento no número de casos nos anos anteriores e por ser um assunto que sensibilizava a opinião pública naquele momento, sobretudo se tratando do estupro, que a equipe considerou como sendo a pior das violências contra a mulher.

Além de traçar um perfil psicológico do estuprador, a abordagem do tema tinha como objetivo “mostrar que a Polícia mineira acompanha e se preocupa com a situação”, indicando, para isso, os comportamentos e atitudes que a mulher poderia adotar na iminência de ser violentada e também as consequências de cada ação tomada por ela. Destacava ainda alguns casos e estatísticas sobre o estupro no estado, embora enfatizasse que certamente não representava a realidade, pois muitas vítimas não prestavam queixa em razão dos traumas e constrangimentos decorrentes da violência sofrida. Apesar de alguns trechos poderem ser interpretados como uma tentativa de superação da visão machista então reinante, na qual o estupro era juridicamente entendido como um crime contra a moralidade e o costume e não contra a dignidade da pessoa humana, não foi possível observar se o estudo estaria destinado para reciclagem dos agentes de segurança pública, para uma melhor atuação de prevenção ou acolhimento desses casos, ou para sugestões de mudanças na esfera jurisprudencial. Entretanto ele foi levado ao conhecimento público três meses depois de ser redigido, para servir de orientação e conscientização da população em geral.²³⁸

Apesar do empenho para a produção de estudos, as fontes consultadas indicam que a Subseção de Informações de Segurança Pública não operava tal como um serviço de informações padrão, sobretudo se considerado os métodos específicos de busca, como a vigilância e a infiltração. Corrobora a afirmativa o fato de que os Informes provenientes desta subseção eram em razão de algum Pedido de Busca, sendo a Polícia Federal um dos solicitantes mais assíduos, em geral para checar ou complementar dados de uma investigação.

²³⁷ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 29/pasta: AC.12.01

²³⁸ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 29/pasta: AC.07.32.

Por isso, não era tão comum a expedição de ordem de busca protocolada ou verbal para apuração de algum fato respeitante à segurança pública, como ocorria frequentemente em relação às informações de segurança interna. Essa constatação sugere a existência de um senso comum na COSEG, baseado na ideia de que a maioria dos casos não demandava um relatório de informações, mas sim uma investigação policial a ser realizada por outros setores da Secretaria de Segurança, tal como o Departamento de Investigações e a Corregedoria Geral de Polícia.

Em nossa pesquisa encontramos uma ocorrência em que uma notícia veiculada numa rádio de Belo Horizonte sobre violência praticada por policiais militares contra estudantes da escola municipal Israel Pinheiro, situada na favela Alto do Minério do bairro Alto Vera Cruz dessa cidade, levou a COSEG a enviar um agente para apurar os fatos. Por um lado, em que pese os diferentes argumentos apresentados pelos moradores da favela vítimas da agressão e, por outro, os PMs que atenderam ao pedido de policiamento feito pela diretora da escola, nota-se pelo relatório do agente que foi considerada apenas a parte acusada. Isso porque, observam-se no texto muitos adjetivos usados para desqualificar e marginalizar os usuários da Escola pertencentes aquela comunidade. Além disso, pode-se notar que o relatório foi escrito para desmentir a denúncia feita no programa de rádio e mostrar apoio às “ações mais enérgicas” por parte dos PMs, cuja motivação seria a manutenção da segurança dos funcionários e professores, bem como das instalações da Escola naquele ambiente considerado de risco.²³⁹

O caso acima ilustra também a constatação de que em alguma medida a COSEG vinha logrando êxito em promover um melhor entrosamento entre a PCMG e a PMMG, tanto nas operações quanto nas informações e na “camaradagem”, apesar de às vezes os policiais da PCMG lotados na COSEG não corresponderem com total honestidade. Por exemplo, em 26 de junho de 1985 a P-2 do Estado Maior da PMMG repassou para a COSEG um Informe de classificação B-2, oriundo do 16º BPM, sobre um de seus ex-soldados que na ocasião atuava como carcereiro da PCMG e ainda exercia função de detetive na Delegacia de Furtos e Roubo. Esse policial estaria extorquindo prostitutas na área central de Belo Horizonte, exigindo dinheiro sob ameaça de conduzi-las à Delegacia. Dois dias depois de ter recebido o Informe da P2, a CODIN elaborou um Informe, difundindo-o para a Corregedoria Geral de Polícia tal como havia recebido, porém, não revelando sua verdadeira origem, mas indicando que havia sido produzido no âmbito da própria COSEG, caracterizando, portanto, a falta de

²³⁹ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 29/pastas: AC.07.22.05 e rolo 30 - AC.15.05.

ética no uso da informação recebida. Além disso, a COSEG não tomou providências quanto à checagem dos fatos ali contidos ao repassar o Informe. Assim, a resposta que obteve da Corregedoria dois meses depois foi que a investigação procedida por aquele órgão não confirmava a denúncia, sugerindo por isso o arquivamento do expediente²⁴⁰.

Se nesse período a Polícia Federal era a organização que mais solicitava informações de segurança pública à COSEG, o SNI/ABH e a 4ª Divisão do Exército ocupavam este *status* quando o assunto era segurança interna. Entre estes dois últimos e a COSEG havia também grande trânsito de informações. Em julho de 1985, a SNI/ABH traçou um perfil da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em vista dos debates da XXXVII reunião anual ocorrida em Belo Horizonte, que tinha como tema central “Ciência Tecnologia e Brasil Democrático”. Foram dois os principais motivos que levaram a Agência a produzir esse documento de 85 laudas: a) a reunião contou com várias personalidades do mundo político e científico e interessava ter real conhecimento das perspectivas dessas autoridades a respeito do tema; b) houve a atuação ostensiva da esquerda com a presença de adeptos da PC do B, PT e palestra do líder trotskista argentino Nahuel Moreno²⁴¹.

O SNI e o I Exército impuseram que os órgãos de informações mantivessem constante monitoramento das atividades dos partidos políticos de esquerda, especialmente durante suas campanhas eleitorais, além de continuarem vigiando os setores organizados da sociedade. Assim, em virtude do centenário da abolição no Brasil, a COSEG se fez presente nos vários eventos do movimento negro programados para o mês de maio de 1988, entre eles, o I Encontro Estadual da Mulher Negra e a Marcha Nacional Contra o Racismo. O I Encontro da Mulher Negra foi um grande evento ocorrido nas dependências da Assembleia Legislativa de Minas Gerais entre os dias 06 e 08 de maio de 1988, sob a coordenação de Efigênia Carlos Pimenta, professora e militante de um coletivo de mulheres negras em Minas Gerais. Já a Marcha foi uma espécie de crítica ao dia 13 de maio como data comemorativa para a comunidade negra, pois muitos militantes a considerava apenas uma data da história oficial das classes dominantes, não representando uma efetiva abolição. Tais eventos foram acompanhados por dois ou mais agentes e cada relatório deu origem a um Informe difundido para o SNI/ABH e E2/4ª DE.²⁴²

²⁴⁰ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 29/pasta: AC.07.23 e rolo 30 /pasta: AC.15.12.

²⁴¹ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 70/pasta: AB.15.

²⁴² APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 70/pastas: AB.06 a AB.06.07.

Porém, o ano de 1988 foi marcado muito mais pelos problemas socioeconômicos do que pela atuação de movimentos sociais. Diante de um quadro de fator de correção monetária abaixo da inflação que voltava a crescer e de um Governo Federal que se mostrava incapaz de por fim à grave crise econômica pela qual o Brasil passava desde o fim do “milagre econômico”, diversas iniciativas políticas foram tomadas para pressionar o governo. Em vista da previsão de instabilidade no campo político institucional nacional, a COSEG foi acionada pela SNI/ABH para levantar dados sobre essa mobilização em Minas e identificar seus articuladores e a receptividade no meio trabalhista, principalmente entre os funcionários públicos em greve naquele momento. Nesse período já não se impunha a dificuldade de acesso às reuniões nas quais eram programados os atos públicos, assim os agentes da COSEG tomaram conhecimento de mais um Dia Nacional de Luta, agora, pela renúncia do presidente José Sarney.²⁴³

Poucos meses antes de estar em vias de ser promulgada a chamada Constituição Cidadã, alguns militares ainda desconfiavam que militantes da linha trotskista representavam ameaça à democracia emergente. Nesse sentido, as ordens vindas da 4ª DE eram para acompanhar as atividades e levantar dados que permitissem conhecer a estruturação das organizações Convergência Socialista, Democracia Socialista, Partido Operário Revolucionário Trotskista-Posadista e Quarta Internacional, com atenção para organizações “Partido Revolucionário dos Trabalhadores do Brasil” e “Frente Terrorista Brasileira”, que possivelmente estariam em fase de estruturação no estado. O Pedido de Busca continha muitas instruções, que podem ser sumarizadas da seguinte forma: especificação minuciosa dos eventos realizados por essas organizações, estruturação orgânica, formas de recrutamento e formação de quadros, ligações com o Movimento Comunista Internacional, atividades financeiras, publicações, organizações de fachada, atuação nos diversos segmentos sociais, identificação de militantes infiltrados em órgãos da administração pública, avaliação da existência de indícios, preparativos, apologia ou métodos empregados que remetessem à luta armada e atenção às declarações dos militantes que caracterizassem o radicalismo²⁴⁴.

Pouco mais de um mês depois a COSEG respondeu ao PB informando que o órgão não havia detectado atividades das organizações trotskistas que correspondessem ao grau de especificidade solicitado no Pedido de Busca, embora tenham observado a atuação da Convergência Socialista junto ao Sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, que abrigava em sua direção vários de seus militantes, conforme a apuração feita. A busca

²⁴³ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 70/pasta: AA.01.

²⁴⁴ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 70/pasta: AB.19.

para produção deste Informe foi realizada por apenas um agente, sendo possível perceber no documento certa ausência de comprometimento da COSEG com o atendimento do PB, que parecia ser de extrema importância para os militares da 4ª DE.

Entretanto, essa hipótese não evidencia um abandono da tônica anticomunista ainda presente no sistema de repressão, mas a existência de outras prioridades, uma vez que o cumprimento rigoroso de tal solicitação demandaria a formação de uma grande operação de busca, a partir da mobilização de diversos órgãos do sistema de segurança estadual. Além disso, os agentes especialistas nas informações de segurança interna eram também constantemente acionados para realizar levantamentos sobre as demais organizações de esquerda com maiores probabilidades de ascensão ao poder político institucional, sobretudo pelo artifício da formação de blocos políticos sob a bandeira “democrático-progressista”²⁴⁵, de acordo com a visão dos policiais.

Embora um dos primeiros atos do presidente Fernando Collor de Melo tenha sido extinguir o SNI através da Medida Provisória nº 150/90, as atribuições relacionadas aos serviços de informações passaram para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), por meio de seu Departamento de Inteligência. Mesmo depois do desmantelamento do bloco socialista liderado pela União Soviética, essa agência demonstrava que ainda havia uma preocupação com o reavivamento do ideário revolucionário. Como exemplo, em julho de 1990 o Escritório Regional da SAE em Belo Horizonte solicitou à COSEG, à PM-2, à SR/DPF/MG e à 4ª DE que apurassem quais militantes do MR-8 haviam sido indicados para candidatura às eleições gerais que ocorreriam em outubro daquele ano e quais candidatos iriam apoiar. Foram expedidos dois Pedidos de Buscas a respeito do mesmo assunto, cujos conteúdos introdutórios às solicitações oferecem indícios de que a SAE considerava o PMDB, partido no qual o MR-8 se abrigava, um partido ‘seguro’, no qual se limitavam os impulsos mais radicais dos militantes do MR-8. Porém preocupavam as filiações desses aos outros partidos, especialmente ao PT, bem como o desejo pela formação de um partido próprio²⁴⁶. Da mesma forma, nesse período ainda era forte a perseguição ao PCB, como pode ser constatado em vários Informes procedentes da COSEG, fruto de Pedidos de Busca por parte da inteligência da 4ª DE e da SAE/PR²⁴⁷.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 103/pastas: AB.19.03 e AB.19.03.01.

²⁴⁷ APM/fundo: SESP/COSEG/microfilme intitulado “Arquivos da COSEG”/rolo 103/pastas: AB.19.01.

Considerações Finais

Nesta dissertação sobre a Coordenação Geral de Segurança, inicialmente examinamos os pontos que tiveram relação direta ou indireta com seu processo histórico de criação e institucionalização, para depois analisar sua estrutura e funcionamento nos termos de seu Regimento Interno aprovado em dezembro de 1975. O trabalho de pesquisa realizado para se atingir tal meta trouxe à tona traços autoritários que incluíam diretrizes nacionais e específicas para o estado de Minas Gerais, vindas do governo federal, numa manobra para colocar a estrutura institucional de segurança pública à serviço do Estado ditatorial²⁴⁸. Somado a isso, observou-se ainda uma forte ingerência na área da segurança pública por parte dos militares, a influência exercida por parte de agências norte-americanas ligadas a este setor, uma estratégia para assegurar o controle do governo estadual sobre as ações isoladas e conjuntas da PMMG e PCMG, em meio a um quadro de modernização da Polícia Civil e fortalecimento na área de segurança interna.

Entendemos que todas essas medidas serviram para intensificar a prática de espionagem e vigilância, visando o controle social, e racionalizar o fluxo de informações de segurança interna a fim de atender as demandas de Informes para produção de informações estratégicas pelo SNI, bem como satisfazer o desejo dos militares de neutralizar ou eliminar qualquer tendência à esquerda. Partindo dessa constatação, vimos que a produção de Informes e Informações se consubstanciou como a base do trabalho desenvolvido no âmbito da COSEG. A implicação menos visível, porém mais acentuada dessa nova conformação diz respeito à produção aparentemente eficiente de informações para subsidiar as operações que resultavam nas ações violentas perpetradas por agentes públicos de segurança, em nome de estarem cumprindo a missão que lhes foi dada²⁴⁹.

Como toda organização legalmente constituída, a COSEG passou por um processo de institucionalização que, como definiu Marco Cepik (2003) reportando-se à Samuel Huntington, trata-se de um processo através do qual as instituições adquirem estabilidade e passam a ser valorizadas tanto em sua pirâmide hierárquica como frente às instituições

²⁴⁸ Essa estratégia adotada pelos governos militares é o elemento essencial da tese da incorporação da segurança pública à segurança nacional durante a ditadura que aparece em GUERRA, Maria Pia. *Polícia e Ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016, p. 11-55.

²⁴⁹ Uma importante fonte sobre a violência praticada por policiais e militares durante a ditadura militar em Minas Gerais são os Processos de Indenização das Vítimas da Ditadura Militar – Lei estadual nº 13.187/99, que se encontra sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Nesses processos, cerca de 470 pessoas relatam todas as torturas e privações pelas quais passaram em razão de suas posições ideológicas ou acusações infundadas.

congêneres e/ou a sociedade. A partir da análise dos fatores relevantes para sua continuidade no sistema de repressão, observamos que o trabalho desenvolvido na COSEG se mostrou útil aos propósitos iniciais de sua fundação, sobretudo tendo em vista o empenho empregado na captação de dados para auxiliar na identificação dos antagonismos e pressões de natureza político-ideológica, isto é, nas informações de segurança interna. No entanto, havia algumas questões a serem ajustadas para se alcançar à eficiência do sistema de segurança interna em Minas Gerais, particularmente no que respeitava à gestão integrada das polícias Civil e Militar. Ficou constatado em nosso estudo que a reestruturação e a ampliação da COSEG ocorreram como consequência de seu bom desempenho, assim como a equiparação numérica e hierárquica do pessoal da PCMG e PMMG ali lotada externava uma tentativa, por parte dos gestores da área de segurança pública, de solucionar o problema do mau entrosamento entre as duas instituições policiais e dos constantes episódios de insubordinação da PMMG para com a SESP.

Nossa dissertação foi também permeada pela procura de respostas para o porquê de se criar a COSEG, uma vez que o DOPS/MG já trabalhava com informações sobre política e subversão. Entendemos que seria igualmente relevante para a pesquisa sabermos como se dava a relação de trabalho entre os dois órgãos ao longo dos 20 anos do nosso recorte temporal. Nesse ponto, o depoimento do delegado Ediraldo Brandão, que por certo tempo chefiou concomitantemente ambos os órgãos, foi fundamental para perceber que a ditadura considerou imprescindível produzir Informes e Informações de maneira eficiente e coordenada, não apenas visando à repressão direta, mas para subsidiar as autoridades governamentais nas tomadas de decisão e elaboração de planos.

Além disso, considerando o momento em que a COSEG entrou em operação (1971), observamos a princípio uma forte dependência do serviço de informações do DOPS, sobretudo em relação aos dados de arquivo e ao setor de buscas. Porém, antes mesmo de seus primeiros 5 anos de existência, a equipe da COSEG se preparou a ponto de se tornar um órgão central de informações de segurança interna no âmbito da SESP, fazendo do DOPS uma unidade preponderantemente operacional. A tese aqui apresentada de que os agentes da COSEG foram melhor preparados para o trabalho com informações, em relação aos do DOPS, decorre de indícios encontrados na documentação pesquisada indicando que os agentes e analistas de informações da COSEG receberam treinamento na Escola Nacional de Informações e, por isso, desempenhavam um trabalho mais próximo do esperado pelas agências componentes do Sistema Nacional de Informações. No entanto, nossa pesquisa não teve sucesso em confirmar detalhes desse treinamento, tais como quantos foram os agentes

contemplados, quais cursos ou estágios oferecidos pela EsNI eles frequentaram²⁵⁰ ou outros dados igualmente relevantes.

Diante do grande acervo formado pelos documentos produzidos pela COSEG proveniente da Polícia Civil mineira e que atualmente se encontra sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, julgamos indispensável para a melhor compreensão da atuação efetiva da COSEG e sua relação com a comunidade de informações, avaliar seu *modus operandi* para além dos planos e resoluções oficiais. Nesse sentido, os documentos operacionais sobressaíram-se como principal fonte com potencial para revelar sua atuação efetiva. O processo de análise colocou em evidência tanto as reações dos órgãos de repressão quanto da sociedade civil diante das mudanças na conjuntura ocorridas entre 1970 e 1990, em seus aspectos políticos e econômicos.

Partindo da opção metodológica que propusemos (critérios de seleção documental e dos marcos temporais), concluímos a partir do estudo sobre a trajetória da COSEG que seus princípios se mantiveram impregnados da doutrinação do período ditatorial. Talvez seja por isso que o órgão não tenha avançado para estabelecer padrões de coleta e processamento das informações condizentes com o contexto democrático e com as demandas que surgiram do crescimento da violência urbana, do crime organizado, narcotráfico, etc., já no período de redemocratização.

Ainda assim, independente da força política, civil, militar ou estrangeira que tenha impulsionado sua criação e definido como iria funcionar, a COSEG se manteve como órgão estratégico Secretaria de Estado da Segurança Pública em Minas Gerais, em tempos de ditadura e de democracia.

No ano de 2003 a Polícia Civil de Minas Gerais conquistou maior autonomia ao ser desmembrada da estrutura orgânica da Secretaria de Segurança. A partir dessa mudança, a COSEG passou à condição de serviço de inteligência policial da PCMG. Pela Lei Complementar nº 113, de 29 de junho de 2010 foi criada a Superintendência de Informações e Inteligência Policial (SIIP) em substituição à COSEG.

²⁵⁰ Além dos cursos regulares, a EsNI oferecia estágios para atuação em diferentes atividades: “De informações – analista, auxiliar de analista, adido militar e auxiliar de adido militar. De contra informações - contra-espionagem, criptologia, auxiliar de criptologia, análise de propaganda adversas, JID/CID e segurança de familiares de adidos. De operações - chefe de seção de operações, adjunto de seção de operações, operação de informações pára-quedistas, entrevista, auxiliar de entrevista, eletrônica, fotografia para agente, fotografia para técnico de laboratório, proteção de autoridades, foto interpretação e auxiliar de foto-interpretação”. QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan./jun. 2012, p. 33.

Bibliografia:

ALONSO, Ângela. *De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro*. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 42, 2º semestre de 1996, p. 109-134.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços de secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, FAFICH/UFMG, 2006.

BOBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. Brasília: Editora UNB, 1998.

BRANDÃO, Priscila Carlos. e CEPIK, Marco. Orgs. *Inteligência de Segurança Pública: teoria e prática no controle da criminalidade*. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

CARDOSO, Renato de Araújo. *O tratamento da informação sob a perspectiva da inteligência de segurança pública/policial: uma proposta de combate à criminalidade*. (monografia de pós-graduação em gestão estratégica da informação). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

CEPIK, Marco A.C. *Espionagem e Democracia: Agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual*. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 46, nº 1, 2003, PP. 75 a 127.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. & CASTRO Celso. *Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. & FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente e Ensino de História*. Revista História Hoje - vol. 2, nº 4, p. 19 a 34 - 2013. <http://dx.doi.org/10.20949/rhhj.v2i4.90>.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópoles, RJ: Vozes, 1981.

DULLES, Allen. *The Craft of Intelligence. America's Legendary Spy Master on the Fundamentals of Intelligence Gathering for a Free World*. Maryland: Rowman & Littlefield, 1965.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias*. Varia História. Belo Horizonte, n. 28, 2000, p. 13-28.

FERNANDES, Fernando do Carmo. *Inteligência ou Informações*. Brasília: Revista Brasileira de Inteligência - ABIN, v. 2, nº 3, set. 2006, pp. 7-21.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005*. Rio de Janeiro: editora Record, 2005.

FON, Antônio Carlos. *Tortura: A História da Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *História da Polícia Civil em Minas Gerais: A instituição Ontem e Hoje*. Belo Horizonte, 2008.

FURTADO, Juliano Meira. *A Atividade de Inteligência em Minas Gerais no Raiar do século XXI: Propostas de integração, disputas corporativas e busca por legitimidade (2000-2007)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUERRA, Maria Pia. *Polícia e Ditadura: A arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. HARITOS-FATOUROS, Mika. e ZIMBARDO, Philip G. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora UnB, 2006.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2012.

KENT, Sherman. *Informações Estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-editora, 1967.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: editora PUC-Rio, 2006.

LAMBERT, Francis. *Tendências da Reforma Administrativa no Brasil*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, Jan./jun. 1970, P. 135-158.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos Anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 23, nº 67, jun. 2008.

_____. Estado e Regime no Pós-64: Autoritarismo Burocrático ou Ditadura Militar? Revista de Sociologia e Política. nº 2, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira a modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*. São Paulo: FAPESP/Perspectiva, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P. S. Org. *Culturas Políticas na Historiografia: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

_____. *O Ofício das Sombras*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Ano XLII, nº 1, jan.-jun. de 2006, p. 52-67.

_____. *Modernizando a Repressão: A USAID e a polícia brasileira*. Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 30, nº 59, 2010, p. 237-266.

_____. SANTANA, Emerson Nogueira. LANA, Jonas Soares. JESUS, Ludmila Barros de. PEREIRA, Raquel Aparecida. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. QUEIROZ, Tatiana Pereira. *República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG*. In: *Varia História*, Belo Horizonte: UFMG / Departamento de História, v. 29, 2003, p. 126-153.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. A Segurança Pública na Constituição. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 28, nº 109, jan./mar. 1991, PP. 137-148.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PLATT, Washington. *A produção de Informações Estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-editora, 1974.

QUADRAT, Samantha Viz. *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan./jun. 2012, pp. 19-41.

REIS, Daniel A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

RÉMOND, René. O Retorno do Político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

SILVA, Shirlene Linny da. *Construindo o direito de acesso aos arquivos da Repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação): UFMG, 2007.

THOMPSON, Ana Carolina Rolim Tucunduva da Fonseca. MENDES, Edson de Paula Rodrigues. THOMPSON, Carlos Eduardo Marques. Os Processos de Institucionalização como Mecanismo de Conversão do Conhecimento Individual em Conhecimento Organizacional: contribuições da aprendizagem e da gestão do conhecimento. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 04 a 07 de 2011. http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/EOR1469.pdf

VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel Pinheiro: uma vida para a história*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1996, p. 287-352.

Verbetes Enciclopédia Latino-Americana. Editora Boitempo. Encontrado em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/o/olas>.

ANEXOS

Anexo I:

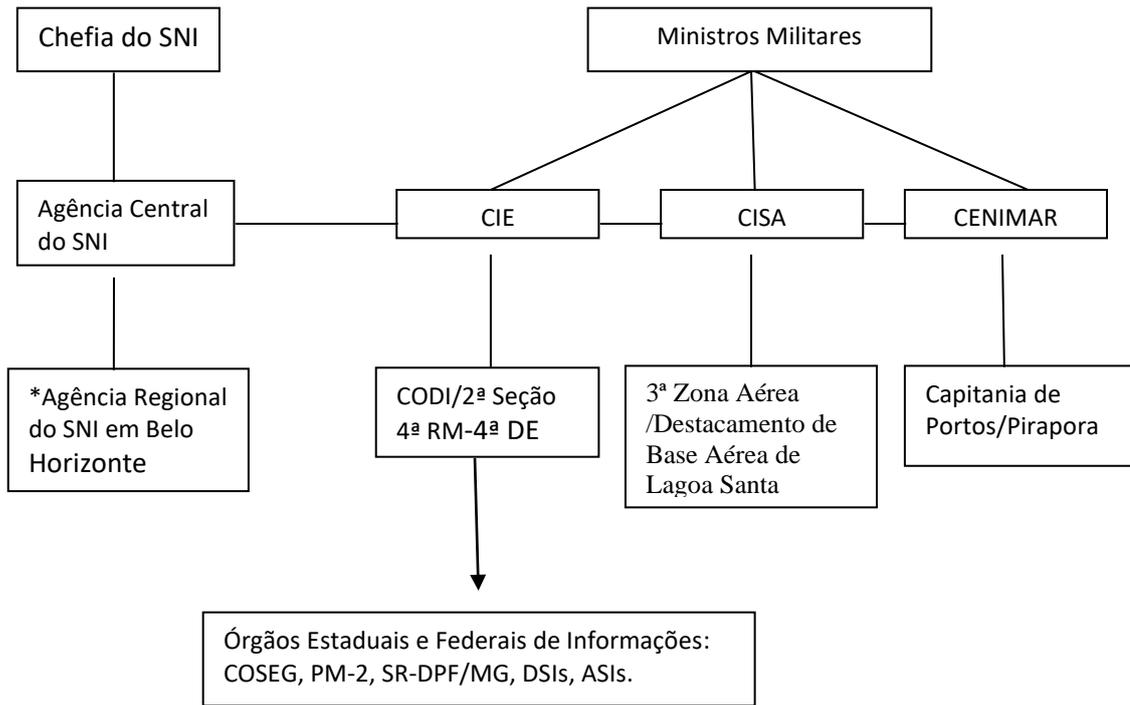
Símbolo da COSEG



Anexo II:

Esquema hierárquico da estrutura de Informações formada na década de 1970 com base no Sistema Nacional de Informações (SISNI) e conforme a Diretriz de Segurança Interna, destinada ao atendimento do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN)

Específico para informações sobre “subversão, sabotagem, terrorismo, espionagem”
Composição no Estado de Minas Gerais



* As Agências Regionais apóiam os CODIs.

Anexo III:

Tabela Explicativa dos Tópicos de Cabeçalho de Documentos de Informação	
Data	Dia em que o documento foi produzido.
Assunto	Título sintético a respeito do conteúdo do documento que, em regra, deveria constar, além do local da busca, <i>do que e de quem se trata</i> .
Classificação*	Grau de veracidade. Aplicável apenas em Informes.
Origem	Sigla do Órgão de Informações que originou o assunto.
Difusão	Indica o(s) destinatário(s) do documento, sendo específico para troca de conhecimento entre órgãos de Informações
Referência	Tópico no qual eram citados outros documentos que pudessem conter assuntos correlatos e de interesse do destinatário (referência cruzada).
Difusão desde a Origem ou Difusão Anterior	Serve para indicar os órgãos nos quais foi divulgado anteriormente o documento ou assunto nele contido.
Anexos	Relação da documentação que acompanha o documento (panfletos, certidões, fotos, etc.)
Número do Documento e tipo de documento	Dava-se de forma crescente, considerando o tipo de documento, seguido da dezena do ano em curso, sendo útil para controle interno da quantidade de documentos produzidos pelo órgão.

* Os documentos oriundos de uma Agência de Informações deveriam ainda ser classificados quanto ao grau de sigilo, se Ultrassegredo, Secreto, Confidencial ou Reservado. Suas definições e demais prescrições se encontram no Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967.

Anexo IV:

Código de avaliação da veracidade de Informes adotado pelo SISNI	
<i>Sistema letra-número</i>	
Idoneidade da Fonte	Grau de Veracidade
A- Absolutamente idônea	1- Confirmado por outras fontes
B- Idônea	2- Provavelmente verdadeiro
C- Regularmente idônea	3- Possivelmente verdadeiro
D- Normalmente inidônea	4- Duvidoso
E- Inidônea	5- Improvável
F- A idoneidade não pode ser julgada	6- A veracidade não pode ser julgada

Anexo V:

Relação das secretarias estaduais de segurança pública que instalaram serviços de informações em suas estruturas orgânicas a partir 1969.

Acre – (SSP/AC)*

Alagoas – Serviço de Informações (SI/SSP/AL)

Amazonas – Central de Informações (CINFO/SESEG/AM)

Bahia – Serviço de Informações (SI/SSP/BA)

Ceará – Serviço Estadual de Informações (SEI/CE)**

Distrito Federal – Coordenação de Informações, Planejamento e Operações – Divisão de Informações (DI/CIPO/SSP/DF)

Espírito Santo – Assessoria Técnica para Informações e Contra-informações (ATICI/SESP/ES)

Mato Grosso – Coordenadoria de Informações, Operações e Planejamento (CIOP/SSP/MT)

Mato Grosso do Sul – (AsI/SSP/MS)

Minas Gerais – Coordenação Geral de Segurança (COSEG/SSP/MG)

Pará - Centro de Informações Policiais (CIP/SSP/PA)

Paraíba – Centro de Informações Policiais de Segurança (CIPS/SSP/PB)

Paraná – Centro de Informações (CI/SESP/PR)

Pernambuco – Centro de Informações (CI/SSP/PE)

Rio de Janeiro – Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE/SSP/RJ)

Rio Grande do Sul – ***Supervisão Central de Informações (SCI/SSP/RS)

Rondônia – Departamento de Informações (DI/SSP/RO)

Roraima – Departamento de Informações e Operações (DIO/SSP/RR)

Santa Catarina – Divisão Central de Informações (DCI/SSI/SC)

São Paulo – Coordenadoria de Informações e Operações Policiais (CIOP/SSP/SP)

Sergipe – Serviço Estadual de Informações (SEI/SSP/SE)

Estados que mantiveram os serviços de informações exclusivamente nos DOPSS:

Amapá (território); Goiás; Maranhão; Piauí; Rio Grande do Norte.

* No levantamento realizado não foi detectada a existência, no estado do Acre, de um órgão específico para os serviços de Informações ou mesmo a existência de um DOPS. Não foi possível apurar por quais meios a Secretária de Segurança Pública deste estado prestava aos órgãos do SISNI as informações solicitadas.

** Tudo indica que este SEI era diretamente ligado ao governo estadual e os serviços de informações de ordem política e social permaneceram no DOPS/CE.

*** Criado com o nome de Divisão Central de Informações (DCI/SSP/RS)

Anexo VI:

Glossário de Informações

Compilação da terminologia utilizada pelo Serviço Nacional de Informações²⁵¹

ABC – Método de vigiar empregando 3 pessoas no qual a primeira designada pela letra A, segue o vigiado(a) e as outras duas pessoas, designadas pelas letras B e C, tomam posições adequadas para observar e substituir a A, se as circunstâncias assim exigirem.

AÇÃO EVASIVA – Ações realizadas pelo suspeito para evitar a captura, o ataque e particularmente a vigilância.

ACESSIBILIDADE – Facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção. Oportunidade natural ou prática de alcançar o objetivo.

ACOBERTADOR – Pessoa, grupo, sociedade ou outra organização que mediante acordo guarda valores, bens ou encarrega-se dos negócios de outra pessoa, sociedade ou organização, a fim de ocultar sua identidade.

ACOLHIMENTO – Preparativos e ação de receber e prover acomodações ou meios de transporte para desertores (fugitivos ou evadidos) e agentes que chegam.

ACOMPANHANTE – Parceiro do agente que o segue a fim de verificar se ele está sendo vigiado. É um instrumento de contra-vigilância.

ADORMECIDO – Agente recrutado que está pronto para entrar em ação, todavia mantido inativo por um período considerável para criar ou reforçar sua cobertura ou ainda para estar pronto caso se apresente uma necessidade especial.

AGÊNCIA – Principais órgãos do Serviço de Informações dispendo de uma área de responsabilidade, cobrindo extensas partes do território nacional.

AGENTE – Pessoa que se dedica as atividades de informações sob a direção de um Serviço de Informações.

AGENTE ADORMECIDO - Ver Adormecido.

AGENTE ATUANTE – Executor da ação clandestina, em geral, designado de acordo com a função que desempenha: espião, sabotador, guerrilheiro, capanga, etc.

AGENTE DE APOIO – Elemento empregado em atividades de apoio à operação clandestina. Pode ser designado como vigilante, investigador, angariador de fundos, zelador de casa de apoio, etc.

AGENTE DUPLO – Agente empregado ao mesmo tempo por dois Serviços de Informações. Em casos como esse, pelo menos em dos Serviços visa informar-se a respeito do outro. Quando uma das organizações tem confiança na lealdade do agente duplo ou controla rigorosamente suas ações, costuma designá-lo como agente duplo controlado.

AGENTE PRINCIPAL – Trata-se do agente que dirige a operação. Na maioria das situações é o chefe de uma rede. Normalmente substitui o encarregado do caso em algumas tarefas que por razões de segurança ou outros motivos não pode realizar.

ALVO- Indivíduo, organização, estabelecimento, zona, objeto, etc. sobre o qual são dirigidas as operações militares, policiais ou de informações.

²⁵¹ Principais fontes: 1) Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. AGR.RFU. 13, p. 91-114. 2) BRASIL, Escola Superior de Guerra: Doutrina Básica. Rio de Janeiro, 1979.

AMPLITUDE – (1) Delimitação racional de todos os destinatários dentro da comunidade de informações que tenham interesse direto na Informação produzida e dela possam se beneficiar. (2) Princípio básico da produção da Informação: o conhecimento abrangido pela Informação, sobre o fato, assunto ou situação, deve ser o mais completo possível.

ANÁLISE – (1) Fase do processo de pesquisa durante a qual os Informes são estudados com a finalidade de identificar seus pontos significativos que permitam tirar conclusões. (2) Qualquer combinação de avaliação, cotejo, síntese e interpretação de dados.

ANGARIADOR DE FUNDOS – Agente de apoio encarregado de obter o numerário necessário à operação.

ANGARIADOR DE SUPRIMENTOS – Agente de apoio encarregado de adquirir os suprimentos necessários à operação.

ANTEPARO – Indivíduo (intermediário) ou coisa interposta entre duas pessoas ou grupos a fim de permitir que se comuniquem sem entrar em contato direto.

APOIO TÉCNICO – Técnico ou pessoal instruído para a preparação e o emprego de equipamento, aparelho e instrumentos úteis às operações clandestinas.

APRESENTAÇÃO – Maneira de concretizar o produto final do processo intelectual de elaboração da Informação. Pode ser escrita, gráfica ou oral.

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE INFORMAÇÃO – Regiões em que é dividido o país, no aspecto Informação e Contrainformação, onde os elementos psicossociais, políticos, econômicos e militares apresentam características semelhantes, no que interessa o levantamento estratégico, visando à formulação e a condução da política nacional.

ÁREAS LIBERADAS – Regiões dominadas pelos guerrilheiros, quando obtêm uma zona que já lhes permita instalar governo próprio.

ÁREAS DE RESPONSABILIDADE – Porção do território nacional dentro da qual compete às Agências exercer as atividades de Informações e Contrainformações. Com a liberdade de distribuição dos seus recursos e de fazer as ligações necessárias ao desempenho de suas funções.

ÁREA SENSÍVEL – Porção do território nacional dentro da qual é de esperar-se o surgimento de problemas sociais, políticos ou militares que possam criar dificuldades à segurança nacional e para onde as Agências devem ter sua atenção sempre voltada, em condições de pressentir e acusar qualquer indício de anormalidade.

ASSINALAR – Consiste em localizar, identificar e obter dados preliminares sobre pessoas inclinadas a atuar em operações clandestinas.

AVALIAÇÃO- Verificação de grau de relação do Informe com o problema em estudo, da fidelidade da fonte e da coerência intrínseca e com outros dados.

BAIXA DE CLASSIFICAÇÃO – Atenuação do grau de sigilo do documento ou material, ou mesmo a sua desclassificação quando recomendável.

BUSCA – Ação ou operação que leva à coleta inicial de dados em fontes não catalogadas.

BUSCA ESPECÍFICA – Diz respeito à obtenção de dado ou informe, normalmente imediato, visando à produção de uma determinada informação ou relatório.

BUSCA SISTEMÁTICA – Ação de obtenção de dados ou informes, dentro de um Plano de Busca, quer exista ou não um Pedido de Busca.

CANAIS TÉCNICOS – Circuitos que utilizam meios elétricos de transmissões aprovadas por autoridade competente para a transmissão de informações secretas, confidenciais ou reservadas.

CAPANGA – Tipo de agente utilizado a fim de proporcionar uma proteção especial em fases perigosas de uma ação clandestina.

CAPTAR – (1) Interpretar uma comunicação destinada a outra pessoa. (2) Atrair uma pessoa para trabalhar numa organização de informações.

CARTA COBERTURA - Carta de texto inocente utilizada para ocultar outro texto escrito com tinta simpática (invisível).

CASA DE APOIO – Casa, quarto, edifício ou recinto de qualquer natureza que oferece, pelo menos temporariamente, segurança relativa a pessoas entregues às atividades clandestinas. Pode destinar-se a ser utilizada como refúgio, para encontros, alojamento e refeições, ligações, instrução de agentes ou depósito de materiais.

CASO – (1) Objeto de uma operação específica. (2) História do desenrolar de uma operação, incluindo participantes, métodos, providências, etc.

CÉLULA – Pequeno grupo de indivíduos que trabalham juntos com fins escusos ou subversivos.

CICLO DA INFORMAÇÃO – Diz respeito às fases de produção das Informações: Orientação (necessidades de informações), Produção (planejamento, reunião, processamento), Utilização.

CIFRA – Chave de escrita secreta, normalmente transmitida em grupos de letras.

CLANDESTINO – Feito oculta e ilegalmente. Ações realizadas sem o consentimento e conhecimento de adversários, praticando atos por vezes ilegais no próprio país do patrocinador e sempre assim considerados, se praticados em território estrangeiro. Todos os objetivos clandestinos caem em uma das seguintes categorias: a) Colher informes (espionagem); b) Penetrar e destruir (infiltração, subversão e provocação); c) Alterar uma situação (sabotagem, guerrilha e guerra psicológica).

CLAREZA – Princípio básico da produção da Informação: determina que os conhecimentos contidos numa Informação devem ser expressos de forma a receberem imediata e completa compreensão por parte do usuário.

CLASSIFICAR – Especificar o grau de sigilo de um documento ou objeto.

CLIENTE – Pessoa ou serviço que utiliza informes procurados por seu próprio pessoal ou por outros órgãos. Utilizador dos Informes ou Informações.

COBERTURA – Identidade de proteção usada por pessoa, organização ou instalação para evitar a detecção e investigação das atividades clandestinas.

COBERTURA ARTIFICIAL – Aquela em que os dados usados como cobertura são para iludir o adversário.

COBERTURA LIGEIRA – Tipo de cobertura que não resiste a investigações rotineiras.

COBERTURA NATURAL – Utilização da vida real de um agente para acobertar atividades clandestinas.

COBERTURA OFICIAL – É a proporcionada por uma função oficial em um órgão do governo.

COBERTURA PROFUNDA – É a que pelos antecedentes laboriosamente preparados permite que resista à intensa investigação sem revelar as ligações de seu portador com serviços de informações.

CÓDIGO – escrita ou combinação secreta para comunicação entre órgãos de informações. Não confundir com cifra!

COLABORADOR (do SNI) – Democrata convicto que presta serviço como informante, normalmente secreto, com ou sem remuneração.

COMPARTIMENTAÇÃO – Consiste na organização e direção de um órgão de informações de tal maneira que as pessoas de um setor conheçam apenas o que precisam conhecer acerca do pessoal, organização ou atividades de qualquer outro componente.

COMPROMETIDO – Agente exposto a algum perigo por ter sido descoberto ou estar em vias de sê-lo.

COMUNICAÇÕES CLANDESTINAS – Canais utilizados para estabelecer contatos entre agentes e entre diversos escalões de uma organização clandestina.

COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES – Rede formada pelos órgãos oficiais capazes de fornecer informações que, objetivando a segurança nacional, trabalham em íntima ligação e estreita colaboração.

COMUNISMO – Sistema econômico e político que não admite a propriedade privada dos meios de produção, nem das mercadorias produzidas e no qual praticamente uma classe rege de forma ditatorial os destinos das demais, influenciando não só no campo material, mas também no campo espiritual.

COMUNISTA – Relativo ao comunismo. Indivíduo que é partidário ou que age segundo os desígnios dos comunistas, podendo ser ou não filiado ao partido. Os comunistas são, de acordo com o grau de suas atividades, assim classificados: C1- Comunista militante, entusiasmado, muito ativo, normalmente profissional do comunismo capaz de qualquer empreendimento em prol de sua causa. C2- Comunista militante, convicto, ativo, mas que desempenha outras atividades. C3- Comunista que age às vezes, mas sem grande entusiasmo pela causa.

COMUNISTA MILITANTE – Indivíduo que é membro de um Partido Comunista ou que age como tal, tomando parte ativa em reuniões do partido, em atos de aliciação e de agitação, ou realizando a propaganda em favor do mesmo partido.

COMUNISTA TEÓRICO – Indivíduo que limita suas atividades à prática da doutrinação, seja de modo ostensivo ou veladamente.

CONFIDENCIAL – Classificação sigilosa de documento, informação ou material cuja revelação desautorizada, apesar de não por em perigo a segurança nacional, seja prejudicial a uma investigação, aos interesses ou prestígio do país, a qualquer atividade governamental, a um indivíduo ou que possa criar embaraço administrativo ou apresentar vantagem para uma nação estrangeira.

CONFIDENTE – Pessoa que facilita ou transmite informes a um serviço, sem estar sob seu controle.

CONTRA-ESPIONAGEM – Emprego de meios clandestinos para descobrir agentes e penetrar em serviços de outro país, organização ou grupos adversários, visando sua destruição ou neutralização.

CONTRAINFORMAÇÃO – Atividade de informações que trata das medidas ativas e passivas que visam a proteger as próprias informações, o pessoal, o equipamento e as instalações, visando impedir a espionagem, sabotagem e as ações de subversão por parte de nações estrangeiras ou de grupos dissidentes que ameaçam a segurança nacional. A contra-espionagem é uma das facetas das atividades gerais de contrainformações.

CONTROLE – (1) Conjunto de medidas tomadas para assegurar que um agente ou grupo cumpra rigorosamente as instruções recebidas, com segurança e lealdade. (2) Pressão física, ou mais comumente psicológica, exercida para induzir ou restringir a atividade de um agente ou pessoa qualquer. (3) Medida tomada para exercer o referido controle sem o conhecimento do indivíduo visado. (4) Princípio básico da produção da Informação: a produção da Informação deve obedecer a um planejamento que permita o adequado controle de cada uma das suas fases.

CORREIO – (1) Mensageiro secreto. (2) Mensageiro oficial que viaja com prerrogativas diplomáticas. Esse último, em geral, é periódico e denominado Correio Diplomático. (3) Repartição do Governo Federal.

CORREIO INCONSCIENTE – Indivíduo utilizado como mensageiro por serviços de informações, que ignora estar sendo empregado como um meio de comunicação.

COTÊJO – Comparação crítica de dois ou mais documentos ou fatos relacionados.

CREDIBILIDADE DO INFORME – Grau de confiança que o Informe merece (ver anexo IV).

CRÍPTOCOMUNISTA – Indivíduo comunista que procura ocultar suas ideias e atividades, guardando-se para externá-las num momento mais oportuno.

CULTIVAÇÃO – Associação com um indivíduo, aparentemente casual, porém, na realidade, intencional e provocada, como preparação para recrutá-lo, ou colher informes ou controlá-lo.

DADO – Elemento ou informe útil ao planejamento ou ao levantamento estratégico, normalmente algo escrito.

DADOS CONHECIDOS – Em um Pedido de Busca, são os conhecimentos sobre determinado assunto, pessoa ou organização que o serviço de informações solicitante já possui.

DADOS OPERACIONAIS – (1) Informes úteis ao planejamento e exploração de uma operação. (2) Descrição da conduta de uma operação.

DEFECÇÃO – Abandono consciente da lealdade a um governo, culto, causa, partido ou pessoa, em geral acompanhado pela adoção de lealdade aos seus antigos adversários. O emprego mais comum desta palavra referia-se ao rompimento com o comunismo ou os países da órbita soviética.

DELATOR – Pessoa que revela intencionalmente à polícia ou ao serviço de informações informes sobre agentes adversários.

DELEGADOS CREDENCIADOS (pelo SNI) – Colaboradores dedicados que prestam serviços, normalmente fixos em uma região, em caráter secreto ou ostensivo.

DEPURAÇÃO – (1) Preparação de Informes para difusão, retirando dos mesmos os dados operacionais. (2) Crivo pelo qual se faz passar um indivíduo suspeito de haver alterado sua linha de trabalho e conduta.

DESARTICULAÇÃO – Destruição progressiva de uma organização clandestina ou de uma parte da mesma por um serviço de segurança adversário. Em geral, implica em prender seus membros, mas pode limitar-se a obrigá-los à desistência e à fuga.

DESLOCAR – (1) Transferência de uma pessoa de um local para o outro, com seu consentimento ou sem ele, visando sua segurança ou a de uma organização com a qual está ou esteve relacionada. (2) Remoção física de uma pessoa cuja presença pode ameaçar as atividades presentes ou futuras de uma organização clandestina.

DESMASCARAR – Comprometer, descobrir.

DESPISTAR - Iludir o adversário, fazendo-o empenhar-se em investigações infrutíferas.

DESVIO – Abandonar princípios estabelecidos ou que são considerados ortodoxos por uma seita ou partido, particularmente pelo Partido Comunista. Uma das imputações mais graves que se pode lançar contra um membro do PC. Exemplos: Trotskismo, Titoísmo, Maoísmo. Expressões semelhantes: desviacionismo, abandono da linha.

DETECÇÃO – Percepção e reconhecimento de sinais ou vestígios que pelo seu caráter justifiquem uma investigação.

DIFUSÃO – Processo de fazer chegar os Informes ou Informações aos interessados.

DISPENSA – Término do emprego de um agente.

DOCUMENTAÇÃO – Conjunto de documentos falsos fornecidos a um agente para que possa desempenhar sua tarefa clandestina.

DOCUMENTOS NUMERADOS – Qualquer documento numerado por conveniência administrativa, mas para o qual nenhum título convencional e controle são necessários.

ENCAMINHAMENTO – Documento pelo qual se remete um documento ou um processo a outro órgão.

ENCARREGADO DO CASO – Funcionário de serviço de informações que entra em contato direto com os agentes ou chefes de rede de agentes.

ENCONTRO – Contato direto de um agente com outra pessoa com fins operacionais.

ENDEREÇO DE CONVENIÊNCIA – Direção para onde é enviada correspondência pelo correio para ser entregue ao destinatário ou reendereçada e remetida novamente pelo correio.

ENTIDADE DOMINADA – Entidade infiltrada e trabalhada por elementos subversivos e cujos postos de direção caíram em poder dos mesmos, trabalhando praticamente só em favor das ideias comunistas.

ENTIDADE INFILTRADA – Entidade na qual se insinuaram elementos capazes de conduzir, após o tempo necessário, a propagação de suas idéias, embora a entidade ainda tenha atividades não comunistas.

ENTREVISTA – Ação de obter informes de uma pessoa que sabe estar fornecendo dados desejados, embora possa ignorar as verdadeiras ligações e fins que o entrevistador tem em mira.

ESCONDERIJO – Local no qual se oculta material destinado a operações clandestinas.

ESCRITA SECRETA- Escrita por qualquer método que a torne ilegível ou invisível à simples vista. Implica no emprego de cifras, códigos ou tintas simpáticas.

ESCUA – Captação de conversações por meio de microfones ou de tomadas em linhas telefônicas.

ESGOTAR – Explorar completamente todas as fontes disponíveis sobre um assunto de interesse do serviço de informações.

ESPAÇO AÉRIO INTERDITO – Espaço aéreo limitado e reservado por ente administrativo, no qual o vôo de aeronaves é proibido ou restringido por motivo de defesa nacional ou por outras razões.

ESPIÃO – Agente que busca informes ou dados.

ESPIONAGEM – A arte de obter informes secretamente por diversos meios.

ESPONTÂNEO – Oferecimento voluntário de serviços a um órgão de informações.

ESQUERDISTA – Indivíduo de tendências socializantes e comunistas.

ESTÉRIL – Diz-se de qualquer artigo de emprego operacional cuja procedência não possa ser identificada através de marcas, desenhos, natureza ou local de aquisição.

ESTERELIZAR – Rever um informe ou qualquer documento para eliminar os vestígios que permitem a identificação da fonte. Em geral compreende a eliminação de nomes e outras minúcias características de pessoas e lugares.

EVACUAÇÃO – (1) Remoção de indivíduos das zonas em perigo de cair sob o controle inimigo. (2) Remoção de uma agência de serviço local para outro, por razões práticas e táticas.

EXAME – Consiste na verificação inicial do grau de credibilidade dos conhecimentos obtidos e da pertinência dos mesmos com o assunto da Informação a ser produzida.

EXPLORAÇÃO – (1) Ação de extrair o máximo de informes de determinada fonte. (2) Ação de obter o máximo de serviços de alguém.

FALSIFICAÇÃO – (1) Informes falsos ou preenchido com notícias obtidas em fontes ostensivas com fins políticos ou pessoais. (2) Produto de tal atividade.

FALSIFICADOR – Quem elabora falsificações.

FICHA ANTROPOMÉTRICA – Documento onde são consignados as medidas corporais e sinais individuais para identificação de pessoas sujeitas à vigilância policial ou de algum serviço de informações.

FONTE – Pessoa, serviço, publicação, documento, etc., do qual se recebe ou obtém o informe. (1) As fontes são caracterizadas de acordo com sua colocação na cadeia de informações: primária, secundária, terciária, etc. (2) Essas designações podem ser modificadas com relação a determinado utilizador: última fonte (observação direta), última fonte conhecida, fonte controlada, última fonte controlada, fonte imediata, canal e subfonte. Ver também: **INFORMANTE, ORIGEM.**

FOTOCÓPIA – Método de tirar cópias pó contato em papel fotográfico, sem usar filmes. Também designado como cópia fotostática.

FOTOINTERPRETAÇÃO – Técnica de examinar imagens para deduzir sua significação ou identificar suspeitos.

FOTOMICROFOTOGRAFIA – Método de fotografar objetos muito pequenos através de microscópios.

FRENTE COMUNISTA – Entidade que trabalha para o Partido Comunista, fazendo aliciação, infiltração, atividades subversivas, sabotagem ou qualquer ação útil à causa comunista.

FRIO – Denomina-se “a frio” o método de recrutamento. Aquele que não é precedido por uma preparação.

FUGA E EVASÃO – Saída de território hostil. Aplica-se em geral no caso de, pare os aviadores que caem. Pode referir-se a uma ação individual ou de todo o conjunto de uma organização. Fuga normalmente implica em haver estado em poder inimigo e a evasão apenas em abandono de zona sob controle. As vias estabelecidas para esse fim denominam-se vias de fuga ou evasão.

GAZUA – (1) Pedaco de aço usado para abrir fechaduras. (2) Pessoas que tem a arte de fazer com que outras revelem seus segredos.

GRAU DE SIGILO – Especifica a proteção q se deseja dar a determinado documento ou material, que devem ser classificados de acordo com o Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

GUERRA ECONÔMICA – Emprego, por uma nação, de técnica financeira, comercial e industrial, ou intercâmbio que debilitam ou inutilizam o poderio de outra nação ou nações para preparar ou conduzir à guerra. O açambarcamento e aumento intencional de preços no mercado mundial são métodos comuns de guerra econômica. Essa expressão não se aplica a atos de violência como sabotagem ou destruição de material por bombardeio.

GUERRA INSURRECIONAL – É a guerra interna que obedece a processos geralmente empíricos, em que parte da população – auxiliada e reforçada, ou não, do exterior, mas sem estar apoiada em uma ideologia – empenha-se contra a autoridade (de direito ou de fato) que detém o poder, com o objetivo de depô-la ou pelo menos forçá-la a aceitar as condições que lhe forem impostas.

GUERRA PSICOLÓGICA – ver: **OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS.**

GUERRA REVOLUCIOARIA – É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior, visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida.

GUERRILHAS – Luta desencadeada por grupos organizados contra pessoal, unidades, instalações, suprimentos e vias de comunicações das forças que controlam determinada área. Quando tomam maior vulto, podem passar a buscar objetivos de liberação de áreas.

GUERRILHEIRO – Agente membro de um grupo paramilitar, organizado para hostilidade em situação de guerra, ou mesmo para tentar a subversão de ordem e a posse do governo.

IDONEIDADE DA FONTE – Grau de confiança que merece a fonte do informe. Ver Anexo IV.

IMPARCIALIDADE – Princípio básico da produção da Informação: uma Informação deve estar isenta de ideias pré-concebidas, subjetivismo e outras ideias que originem distorções.

ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE INFORMES – Sistema “Letra-Número” de classificação usado para determinar o grau de confiança que a fonte merece e o grau de credibilidade do informe. Ver anexos III e IV.

INFILTRAÇÃO – Ação de introduzir um agente ou outra pessoa num serviço, grupo ou território hostil.

INFORMAÇÃO – (1) Produto da reunião, avaliação, análise, integração e interpretação de todos os informes disponíveis sobre determinado assunto. (2) Conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os Informes disponíveis, relacionados com o respectivo fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios. As Informações são classificadas em Internas e Externa, podendo ser desdobradas subclasses, conforme 4 diferentes critérios:

- **CRITÉRIO DE ABRANGÊNCIA DE ÁREA:**
 - Informação Global – É a que integra todos os aspectos (geográficos, políticos, econômicos, etc.) que devem ser considerados para o completo conhecimento de um determinado assunto, abrangendo toda a área ocupada pelo país ou grupo de países focalizados.
 - Informação Regional – Tem amplitude limitada à extensão de determinada região de um país, integrando, porém, todos os aspectos relacionados a tal delimitação.
 - Informação Setorial – Especificamente relacionada com as atribuições de determinado órgão, focaliza o assunto tratado, cingindo-se apenas aos aspectos abrangidos pelo campo de atuação do órgão que a produz.
- **CRITÉRIO DE ABRANGÊNCIA DE ASSUNTO:**
 - Informação Básica - Também designadas como descritivas, constituem uma compilação enciclopédica de informes de natureza mais ou menos permanente ou imutável, de interesse geral. Proporcionam aos planejadores militares, outros órgãos do governo e a pesquisadores de informações os dados fundamentais que necessitam.
 - Informação Corrente – São as provenientes da busca de informes de todos os tipos e formas que apresentam interesses e valor imediato para os grupos de execução e planejamento e que por eles são normalmente utilizados sem os tardos decorrentes de uma avaliação ou interpretação completa.
 - Informações Estimadas – Aquelas que, tomando por base outras informações, procuram prever acontecimentos e linhas de ações prováveis de nações estrangeiras ou forças militares adversas.
- **CRITÉRIO DE ALCANCE DE AÇÃO:**

- Informação Estratégica – São as que revelam a capacidade, o potencial e a vulnerabilidade das nações estrangeiras. Permitem para a nação interessada a preparação de uma defesa adequada em tempo de paz ou servem de elementos para a política de guerra. São elementos que podem, também, ser aproveitados para a formulação e a condução da política interna e externa.
 - Informações Gerais – São as informações militares referentes à descoberta das atividades, possibilidades e segredos de um Estado, organizações ou indivíduos.
 - Informação Operacional – Conhecimento de um fato ou de uma situação de interesse imediato para o planejamento e para a execução de operações de enfrentamento, de alcance limitado no tempo e no espaço.
 - Informações Táticas – Consistem nos dados militares necessários em uma situação de combate. Distingue-se da estratégica só quando à amplitude, ponto de vista e escalão de emprego.
 - Informações Departamentais ou Administrativas– São as informações básicas e correntes de que necessitam os ministros do governo e seus órgãos subordinados para cumprirem suas missões e desincumbirem-se de suas responsabilidades.
- CRITÉRIO DE EXPRESSÃO DO PODER NACIONAL:
 - Informações Técnico-científicas – São os conhecimentos relativos à situação técnico-científica, cuja aplicação das tecnologias às pesquisas científicas possa influir nas políticas de segurança e de desenvolvimento do país.
 - Informações Fisiográficas – Descrição dos aspectos ou fenômenos naturais de determinado país ou região que possam servir aos planejadores da política nacional.
 - Informações Biográficas – Dados biográficos e conhecimento sobre a atuação no desempenho de cargos ou funções públicas ou privadas sobre personalidades ou líderes nacionais e estrangeiros, bem como de novas personalidades e futuros líderes em formação ou ascensão.
 - Informações Históricas – Conhecimentos sobre a História do próprio país ou de países estrangeiros que sejam úteis para o planejamento da política nacional.

INFORMAÇÕES EXTERNAS – São as que visam, especificamente, determinar intenções e possibilidades de nações estrangeiras, as quais possam interferir favorável ou desfavoravelmente na consecução dos Objetivos Nacionais.

INFORMAÇÕES INTERNAS – São as destinadas especificamente à satisfação das necessidades de interesse nacional, permitindo o conhecimento das possibilidades e limitações do Poder Nacional. A Informação Interna de abrangência Global é denominada INFORMAÇÃO NACIONAL, definida pela integração das informações internas referentes aos mais amplos aspectos da política e da segurança nacional e que, por natureza, transcendem da competência exclusiva de um único órgão do Governo.

INFORMAÇÕES MILITARES – Podem ser assim designadas qualquer tipo de informações que possa ter valor para planos ou ações militares. Podem ser classificadas como Geral, Estratégica ou Tática.

INFORMAÇÃO POSITIVA – Denominação usada para designar as informações desejadas pelos utilizadores em geral, diferenciando-as daquelas de interesse apenas operacional para a busca ou para ações de contrainformação.

INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA INTERNA – São as que permitem conhecer os antagonismos existentes ou em potencial, indicando as ameaças ou ações contra a Segurança Interna.

INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA – Não há na literatura do período o conceito para tal tipo de Informação. Para informações de segurança pública na COSEG ver: capítulo 2, item 2.2.1, p. 89.

INFORMANTE – (1) Pessoa que consciente ou inconscientemente fornece informes, permanente ou temporariamente, a um agente ou outro membro de um serviço de informações. (2) No Informe, é a pessoa apresentada como *origem* ou *fonte*.

INFORME – (1) Documento ou mensagem que relata um fato, do campo de observação ao órgão pesquisador. (2) Documento que apresenta um fato, avaliado ou não, para difusão. (3) “Matéria prima” a ser estudada para compor uma Informação.

INFORME SISTEMÁTICO – Documento originado pela Busca Sistemática.

INOCENTE ÚTIL – Indivíduo de boa fé que foi envolvido pelos comunistas e que faz número em ações de massa por eles realizadas ou encobertas, ou que trabalha ingenuamente em proveito do comunismo.

INTEGRAÇÃO – Estabelecimento de relações recíprocas entre vários dados, reunindo-os em um todo unificado, criando assim algo novo e mais completo.

INTERCEPTAR – Captar uma comunicação destinada à outra pessoa.

INTERMEDIÁRIO – Indivíduo usado como anteparo. Pode ser um receptador ou correio.

INTERPRETAÇÃO – (1) Processo de determinar o provável sentido e significações dos informes. (2) Determinação da importância do produto resultante da integração.

INTERROGATÓRIO – Esforço sistemático para obter informes por meio de perguntas diretas, normalmente em condições controladas pelo interrogador.

INTRODUZIR – Por uma pessoa, documento, objeto ou notícia em contato com outra pessoa ou grupo, com fins de provocar, confundir, espionar ou outra qualquer ação clandestina. Em geral, refere-se às ações dessa natureza feita por um serviço de informações de um país contra serviço semelhante ou outra atividade de outro país. Ver: AGENTE DUPLO E INFILTRAÇÃO.

INVESTIGAÇÃO – Busca sistemática de informes sobre uma pessoa, grupo ou instalação.

INVESTIGADOR – Agente de apoio que busca informes sobre pessoas e coisas que tenham interesse operacional.

ISOLAR – Restringir ou cortar o contato com uma pessoa, lugar ou operação que se sabe ou suspeita haver sido detectada, penetrada ou que perdeu a segurança por qualquer razão. Essa ação é realizada para prevenir e limitar as perdas ou desarticulação da organização. Para isso utiliza-se geralmente os anteparos.

LINGUAGEM CODIFICADA – Sistema de compor mensagens em texto aparentemente claro e inocente, contendo informes ocultados pelo emprego de palavras convencionadas. O oposto de linguagem clara ou texto claro.

LINHAS DE COMUNICAÇÃO – ver comunicações clandestinas.

MACROFOTOGRAFIA – Fotografias de pequenos objetos reproduzidos em tamanho natural ou maior, sem auxílio de microscópio.

MATÉRIA CONTROLADA – Qualquer documento ou dispositivo controlado normalmente por número e periodicamente verificado.

MATERIAL CRIPTOGRÁFICO – Compreende todos os documentos e dispositivos empregados para transformar, por meio de códigos e cifras, mensagens em linhagem clara em textos ininteligíveis.

MEIOS – Qualquer recurso tangível – pessoa, grupo, instrumento, instalação, suprimentos, etc. – disponível para uma operação.

MENSAGEM – Documento de texto curto e objetivo que contém informe, pedido de busca ou Informação. É redigido geralmente em cifra ou código e utilizado particularmente para transmissões por meios elétricos (ex. Telex).

MENSAGEM DE TEXTO INOCENTE – Mensagem inteligível e aparentemente inócua que, por combinação entre o remetente e o destinatário, contém informes que as palavras usadas não expressam normalmente.

MICROFOTOGRAFIA – Reprodução de documentos em tamanho reduzido (geralmente feita em filmes). Em virtude da redação, os detalhes de uma microfotografia não podem ser distinguidos a olho nu. As palavras microfilmar ou microcopiar são termos que se referem à técnica da microfotografia, enquanto seu produto é denominado microfotografia, microfilme ou microcópia.

MICROPONTO – Microfilme de dimensões tão diminutas que pode ser confundido com um ponto de máquina de escrever.

MOTIVAÇÃO – Motivo ou razões para a disposição ou desejo de um indivíduo em aceitar determinada tarefa ou de agir de alguma maneira. Exemplos de motivação: necessidade, cobiça, vingança, atração por aventuras, convicção ideológica, etc..

NECESSIDADES ESPECÍFICAS – Informes, Informações ou dados de interesse dos campos fisiográfico, psicossocial, político, econômico, militar, geográfico ou biográfico necessários à produção de Informação ou Contrainformação, que têm sua especificidade ligada à oportunidade.

NECESSIDADES IMEDIATAS – Informes, Informações e dados que devem ser colhidos com prioridade e transmitidos com urgência, normalmente dizendo respeito à segurança nacional.

NECESSIDADES MEDIATAS – Informes, Informações e dados que devem ser colhidos e transmitidos dentro do prazo de utilização, dizendo respeito, normalmente, à formulação e condução da política nacional brasileira.

NOME DE GUERRA – Nome fictício usado por uma pessoa para impedir sua identificação. O mesmo que pseudônimo.

OBJETIVIDADE – Princípio básico da produção da Informação: preconiza que a produção da Informação, em todas as suas fases, deve orientar-se pela utilidade, finalidade e objetivo específico da Informação a ser produzida, e realizar-se com a maior precisão possível.

OBJETIVO – Tópico, estabelecimento, organização, zona, pessoa, objeto, etc., sobre o qual são dirigidas as operações militares ou de informações.

OCULTAR – Ato de esconder cartas, documentos, microfilmes ou objetos.

OFICIAL DE INFORMAÇÕES – Elementos civis ou militares dos serviços de informações encarregados do processo das informações.

OFICIAL OU ASSEMELHADO EM MISSÕES ESPECIAIS – Funcionário a serviço do SNI, normalmente integrante dos quadros, que recebem missões para realizar em regiões, aonde vão oficialmente, normalmente em caráter secreto.

OFICIAL DE OPERAÇÕES – Funcionário do serviço de informações encarregado de direção ou trato de agentes.

OFÍCIO – Instrumento de correspondência oficial, utilizado para tratar de assuntos administrativos, de serviço, ou para remessa ou encaminhamento de documentação.

OPERAÇÃO – Todas as medidas relacionadas com o desempenho de uma missão clandestina, incluindo o planejamento, direção, apoio e execução.

OPERAÇÕES POLÍTICAS – Atividades tendentes a influenciar, dominar ou desalojar em governo adversário.

OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS – Em sentido geral referem-se ao uso da propaganda e outras ações, quais sejam políticas, econômicas, militares, ideológicas, isoladas ou em conjunto que são planejadas e conduzidas para criar em grupos inimigos, hostis, neutros ou de países amigos, as emoções, atitudes ou procedimentos favoráveis à consecução da Política e dos Objetivos Nacionais Permanentes. Dividem-se em:

Atividades Psicológicas – Aquelas ações, realizada em tempo de paz ou fora das atividades militares no teatro de guerra, que são planejadas e conduzidas no sentido de influenciar as emoções, as atitudes ou procedimentos de grupos nos caminhos favoráveis à consecução da Política e dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Guerra Psicológica – É o emprego planejado, em tempo de guerra ou de emergência declarada, da propaganda e da exploração de outras ações, com o principal propósito de influenciar as opiniões, as emoções, as atitudes e o procedimento de grupos nacionais ou estrangeiros, inimigos, neutros ou de amigos, no sentido de cooperarem na conquista dos objetivos e das aspirações nacionais.

OPORTUNIDADE – Divulgação da Informação dentro do prazo estabelecido na etapa de planejamento. A Informação deve ser produzida em prazo que assegure sua utilização completa e adequada.

OPOSIÇÃO ATIVA – (1) A parte do sistema de segurança de um Estado que realiza operações agressivas de contrainformações. (2) Organizações ou pessoas em situação oficial ou oficiosa, cuja missão é averiguar ou tomar providências contra atividades clandestinas.

ORDEM DE BATALHA – Compilação de informes sobre a identificação, efetivo, estrutura de comando e localização do pessoal e material de uma força militar.

ORGANIZAÇÃO CLANDESTINA – (1) Estrutura de um grupo para realizar ações clandestinas. (2) Organismo, oficial ou não-oficial, de um determinado país, que realiza operações clandestinas.

ORGÃO DE SEGURANÇA CRIPTOGRÁFICA – Elemento de serviço de comunicações encarregado de fornecer sistemas criptográficos tecnicamente eficientes, empregá-los adequadamente e cuidar de sua salvaguarda.

ORIGEM – Fonte imediata de informes.

OSTENSIVO – (1) O que não é sigiloso. (2) Ações realizadas publicamente.

PARÁFRASE – Reescrever uma mensagem com fraseologia diferente, sem alterar sua significação original.

PATROCINADOR – País ou organização que apóia e dirige os grupos empenhados em operações clandestinas.

PEDIDO DE BUSCA – Documento pelo qual se pede informe ou dados necessário à produção de uma Informação.

PLANEJAMENTO – Fase do Ciclo da Informação na qual é estabelecido o prazo, os aspectos essenciais a serem contemplados na Informação, os dados conhecidos e a reunir.

PLANO DE SINAIS – Sinais de reconhecimento, perigo e segurança utilizados pelos participantes de encontros clandestinos.

PONTO CRÍTICO – Pequena região do território nacional, fazendo ou não parte de uma área sensível, onde é de esperar-se o surgimento de problemas sociais, políticos, militares, cuja exacerbação possa vir a criar problemas de segurança à determinada região ou área estratégica.

PROBABILIDADE – Grau de possibilidade de algo exposto num documento operacional acontecer.

PROCESSO DAS INFORMAÇÕES – Consiste nos quatro elementos essenciais do ‘ciclo das informações’: busca de informes, elaboração de Informação, difusão e utilização.

PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES – Também chamado de **PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES**. “Abrange as ações que um analista ou oficial de informações executa quando recebe ordem de produzir uma Informação sobre determinado assunto. Significa, em suma, o processo pelo qual a massa de dados e informes é transformada em uma Informação conclusiva, para utilização em nível de formulação ou ação política. Inclui todas as atividades ligadas ao planejamento, supervisão, revisão e coordenação da produção de Informações” (PLATT, 1974, p. 33). O processamento compreende as etapas de Seleção, Avaliação, Interpretação, Integração, Conclusões e Apresentação.

PROCESSO SUBVERSIVO – Sequência de atos coordenados, com conotações ideológicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifesta no âmbito interno do país, visando subverter a ordem através do domínio físico e espiritual da população.

PRONTUÁRIO - Local de registro de todos os dados disponíveis sobre determinada pessoa.

PROPAGANDISTA – Agente que procura moldar atitudes, opiniões e ações de indivíduos grupo ou nações.

PROVOCAÇÃO – Operação contra uma pessoa, grupo ou serviço de informações, procurando induzir o elemento visado a prejudicar-se, desacreditar-se revelando seu verdadeiro propósito ou identidade, ou ainda desviando-se de seus próprios objetivos.

PROVOCADOR – Agente empregado para induzir um adversário a agir em seu próprio detrimento, seja desacreditando-o ou revelando seu verdadeiro propósito ou identidade.

PSEUDÔNIMO – Nome fictício atribuído a um indivíduo com propósito específico e às vezes temporário.

QUEIMAR – Revelar intencionalmente ou inadvertidamente a situação de uma pessoa empenhada em ações clandestinas.

RADIOGONIOMETRIA – Técnica para localizar transmissores de rádio.

RECEPTÁCULO – Forma de anteparo entre dois elementos de uma organização, visando permitir que se comuniquem sem entrarem em contato direto.

RECEPTÁCULO FIXO – É um lugar ou objeto em que pode ser deixado material clandestino por um indivíduo, para ser recolhido por outro.

RECEPTÁCULO MÓVEL – Consiste no veículo em que pode ser deixado material clandestino para ser transportado e recolhido posteriormente em outra região. Podem ser utilizados como receptáculo móvel, navios, trens, aviões, automóveis, caminhões, etc.

RECEPTADOR – Pessoa que recebe informes ou material de um agente e os entrega a outro.

RECONHECIMENTO – Inspeção ou vigilância sigilosa de um edifício, lugar ou zona para verificar sua utilidade para ações clandestinas.

RECRUTAMENTO – Processo mediante o qual se induz um indivíduo a trabalhar para um serviço de informações, particularmente em atividades clandestinas. O método de recrutamento demorado e procedido por

laboriosa preparação é chamado de progressivo ou cultivado, enquanto que quando a preparação é mínima ou nenhuma se denomina direto ou a frio.

REDE – Sistemas de organizações clandestinas para fins operacionais. A rede compreende uma sucessão de escalões e os especialistas de cada função específica necessários ao cumprimento da missão. A expressão cadeia define uma série de agentes que recebem instruções ou informes e vão transmitindo sucessivamente até o agente principal. O sistema celular é característico de uma rede, cujo pessoal está agrupado em pequenas unidades que são relativamente autônomas e isoladas. Para maior segurança, cada célula só se comunica com as demais através de um único agente da organização e um único membro da célula. Os demais elementos não conhecem o agente, nem tão pouco a identidade e atividades dos membros das outras células.

REGISTRO – Compreende as operações necessárias para tornar um informe disponível ao analista, depois que o mesmo chega à organização responsável por processá-lo. Refere-se as etapas de protocolo, distribuição e arquivamento.

RELATÓRIO – É o meio pelo qual são transmitidos dados, Informes ou Informações, normalmente muito extensos. Este documento geralmente é fruto de um aprofundado estudo sobre o assunto em questão, através da análise de vários outros documentos e pesquisas *in-loco*.

RESERVADO – Nível de classificação de documentos sigilosos destinado aos documentos que não devem ser publicados ou comunicados a qualquer pessoa, exceto por determinação oficial.

RESIDENTE (LEGAL E ILEGAL) – Na terminologia soviética o “aparelho legal” é aquele que funciona sob controle de um funcionário de informações denominado Residente Legal, instalado numa sede diplomática e gozando das imunidades decorrentes. O “aparelho ilegal” é aquele administrado por pessoa que não é membro de representação diplomática e denominado “Residente Ilegal”. O emprego pelos soviéticos dos termos “legal e “ilegal” com referência às suas organizações que operam no exterior, nada tem a ver com o fato de serem ou não lícitos, indicando tão somente se a organização é dirigida por funcionário que goza de prerrogativas diplomáticas ou sem imunidades.

RESISTÊNCIA – Grupo ou movimento de naturais do país, organizados clandestinamente, com ou sem comando ou ajuda do exterior, que se opõe às forças que detêm o controle geral da zona por qualquer meio que não chegue a ser operações militares. Os movimentos de resistência em geral atuam em guerrilhas, sabotagem, não cooperação, espionagem, manutenção de linhas de fuga e evasão, etc.

REUNIÃO – Ações que compreendem buscas de informes e seu registro para processamento posterior.

SABOTADOR – Agente que realiza ações para provocar perda temporária ou permanente de objeto, material, instalações, processos, e outros recursos materiais.

SABOTAGEM – Qualquer ação, exceto a militar, cujo resultado seja a inutilização ou redução permanente ou temporária de um artigo, material, instalação ou outros recursos físicos quaisquer.

SABGRAR LINHAS – Fazer uma tomada em um circuito telefônico para fins de escuta.

SECRETO – Classificação atribuída a documento, informação ou material, cuja revelação a pessoas não autorizadas poria em perigo a segurança nacional ou causaria sério prejuízo aos interesses e prestígio nacional ou a qualquer atividade do Governo, ou ainda que resultaria em grande vantagem para uma nação estrangeira.

SEDUÇÃO – Qualquer ação que induza alguns a desviar-se de sua missão.

SEGURANÇA – Princípio básico da produção da Informação: em todas as fases de sua produção a Informação deve ser protegida por grau de sigilo adequado, de forma que o acesso a seus termos seja limitado apenas às pessoas credenciadas ao seu conhecimento.

SEGURANÇA CIVIL – Medidas passivas de contrainformações que compreendem os controles de imigração, passaportes, permanência de estrangeiros, etc., visando vigiar todas as formas de entrada do inimigo.

SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES – Medidas indispensáveis para salvaguardar as informações, a fim de preservar uma determinada fonte.

SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES – Medidas passivas de contrainformações que consistem na utilização de obstáculos materiais tais como grades, cartão de identificação, guardas, cofres, etc.

SIGILOSO – Qualquer documento, informação ou material que não pode ser divulgado indiscriminadamente. Para cada grau de sigilo há uma classificação correspondente.

SIMPATIZANTE – Elemento que embora não se empenha de fato em trabalhos úteis ao comunismo, participa das suas ideias, sem ousar definir-se ostensivamente.

SIMPLICIDADE – Princípio básico da produção da Informação: preconiza que a produção da Informação deve evitar atividades e/ou ações complexas.

SINAL – Meio de comunicações entre agentes.

SINAL DE PERIGO – Indica perigo. Em geral consiste na ausência dos sinais de segurança.

SINAL DE RECONHECIMENTO – Convencionado para permitir que dois desconhecidos entrem em contato.

SINAL DE SEGURANÇA – Para indicar que não foi percebida qualquer vigilância nem outra ameaça.

SISTEMA CELULAR – Ver: REDE.

SISTEMA CRIPTOGRÁFICO – Compreende os códigos, cifras e respectivas instruções relacionadas à criptografia.

SONDAR – Método indireto de colher informes através de conversações aparentemente corriqueiras.

SUBVERSÃO – (1) Ação tendente a enfraquecer a lealdade de uma pessoa no seu governo ou organização, como prelúdio à defecção ou ao trabalho de recrutamento. (2) Esforços para alterar o caráter ou fidelidade de uma organização. (3) Ação destinada a destruir, desorganizar ou solapar o regime em vigor.

SUBVERSIVO – Ato. Indivíduo propagador da subversão.

TÍTULO CONVENCIONAL – Designação aplicada a documento, material ou dispositivo classificado como sigiloso, devido a razões de segurança ou para abreviação.

TOMADA OU DERIVAÇÃO TELEFÔNICA – Conexão feita em linha telefônica com fim de escutar secretamente as conversas.

TRUNCAR – (1) Adulterar uma mensagem AM sua transmissão, recepção, decifração ou cifração, intencional ou acidentalmente, de modo que no todo ou em parte provoque engano, confusão ou incompreensão. (2) Adulterar da mesma forma um texto ao traduzi-lo.

VIGIAR – Manter algo ou alguém sob monitoramento.

VIGILÂNCIA – Forma de investigação que consiste em manter sob observação física qualquer pessoa, lugar ou coisa, a fim de colher informes relativos às atividades e identidades. Destacam-se três formas de vigilância:

Vigilância Fixa – Quando o agente observa seu objetivo de um ponto fixo.

Vigilância Móvel – Consiste em acompanhar o vigiado a pé ou em viatura descaracterizada.

Vigilância Técnica – Realizada pelo emprego de equipamentos técnicos, como microfones, câmeras fotográficas ou filmadoras.

VISTORIA – Busca legal, autorizada por mandado judicial ou realizada de maneira clandestina, levada a efeito no interior de residências, escritórios, etc.

ZELADOR DE CASA DE APOIO – Indivíduo que administra as casas utilizadas por grupos clandestinos para encontros, esconderijo, treinamento e outros.

Anexo VII:

Orientação para seleção do pessoal a ser lotado na COSEG:

Aspectos a serem apreciados (conforme documento anexo ao Regimento Interno)

Aspecto Caracterológico:

Tenacidade (capacidade de lutar até a consecução do objetivo);

- Perseverança (constância em trabalhar construtivamente sem oscilações);
- Organização (compreensão natural da hierarquia, dos valores, sentido de finalidade e importância, compreensão prática do que é essencial e do que é secundário, senso de oportunidade);
- Método (ordenação e esquematização);

Aspecto Ético:

Disciplina intelectual;

- Comportamento nos trabalhos em equipe;

Aspecto Social:

Comunicabilidade;

- Sociabilidade;
- Capacidade de lidar com pessoas;

Aspecto Intelectual:

Inteligência;

- Raciocínio dedutivo ou indutivo;
- Memória visual;
- Memória auditiva;

- Paciência;
- Confiança em si mesmo;
- Prudência;
- Iniciativa;
- Equilíbrio emocional;
- Energia;
- Acentuada noção de responsabilidade;
- Humildade (capacidade de trabalhar anonimamente e produzir o melhor, sem se importar com o valor que será dado ou não ao seu esforço).
- Senso de justiça (capacidade de julgar com isenção);
- Discrição;
- Honestidade.
- Espírito de cooperação;
- Cortesia;
- Capacidade de convencimento;
- Estrutura familiar.
- Argúcia (agilidade intelectual, combinada com sensibilidade humana e certa dose de intuição);
- Imaginação criadora (capacidade de gerar ideias novas, de fugir de esquemas rotineiros, de buscar novas soluções);
- Curiosidade mental.

Aspecto Físico:

Controle nervoso;

Traços que Contraindicam:

- Viciado em jogo, ou em bebidas alcoólicas, ou em entorpecentes;
- Conquistador (dado a conquistas amorosas frequentes. Obcecado pelo sexo oposto);
- Desregrado, descontrolado (gasta mais do que pode), estando sempre com dificuldades financeiras;
- Oportunista (tudo que faz tem em vista alguma vantagem pessoal. Carreirista);

-
- Coordenação viso-motora;
 - Vigor;
 - Boa visão e boa audição;
 - Resistência à fadiga.
 - Apaixonado (julga precipitadamente, antes pelo coração do que pela razão);
 - Presunçoso e arrogante (só o que faz ou o que diz está certo. Vaidoso em excesso);
 - Materialista (ateu. julga religião um atraso);
 - Ideologicamente indefinido (embora não seja um marxista-leninista, não é democrata convicto. Sua lealdade a democracia é duvidosa).